

RELATÓRIO  
& CONTAS

TCAP

'10

# ÍNDICE

---

## 01

### **Geral**

- 4 | Corpos Sociais
- 5 | Árvore do Grupo
- 6 | Informação Geral

---

## 02

### **Relatório Único de Gestão**

- 8 | Relatório Único de Gestão
- 24 | Anexo ao Relatório Único de Gestão

---

## 03

### **Contas Individuais**

- 27 | Demonstrações Financeiras
- 67 | Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- 69 | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 70 | Declaração do Conselho Fiscal

---

## 04

### **Contas Consolidadas**

- 72 | Demonstrações Financeiras
- 123 | Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- 125 | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- 126 | Declaração do Conselho Fiscal

---

## 05

### **Governo das Sociedades**

- 128 | Relatório sobre o Governo da Sociedade

---

## 06

### **Política de Remuneração**

- 149 | Declaração da Comissão de Remunerações



# 01

GERAL



**Mesa da Assembleia Geral**

Manuel de Oliveira Marques - Presidente  
José Lourenço Abreu Teixeira – Vice-Presidente  
Manuel Fernando Monteiro da Silva – 1º Secretário  
Maria Olívia Almeida Madureira – 2º Secretário

**Conselho de Administração**

José Reis da Silva Ramos –Presidente  
Hiroyuki Ochiai – Vogal  
Miguel Silva Ramalho da Fonseca – Vogal  
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal  
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal  
Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal  
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Vogal  
Shigeki Enami – Suplente

**Conselho Fiscal**

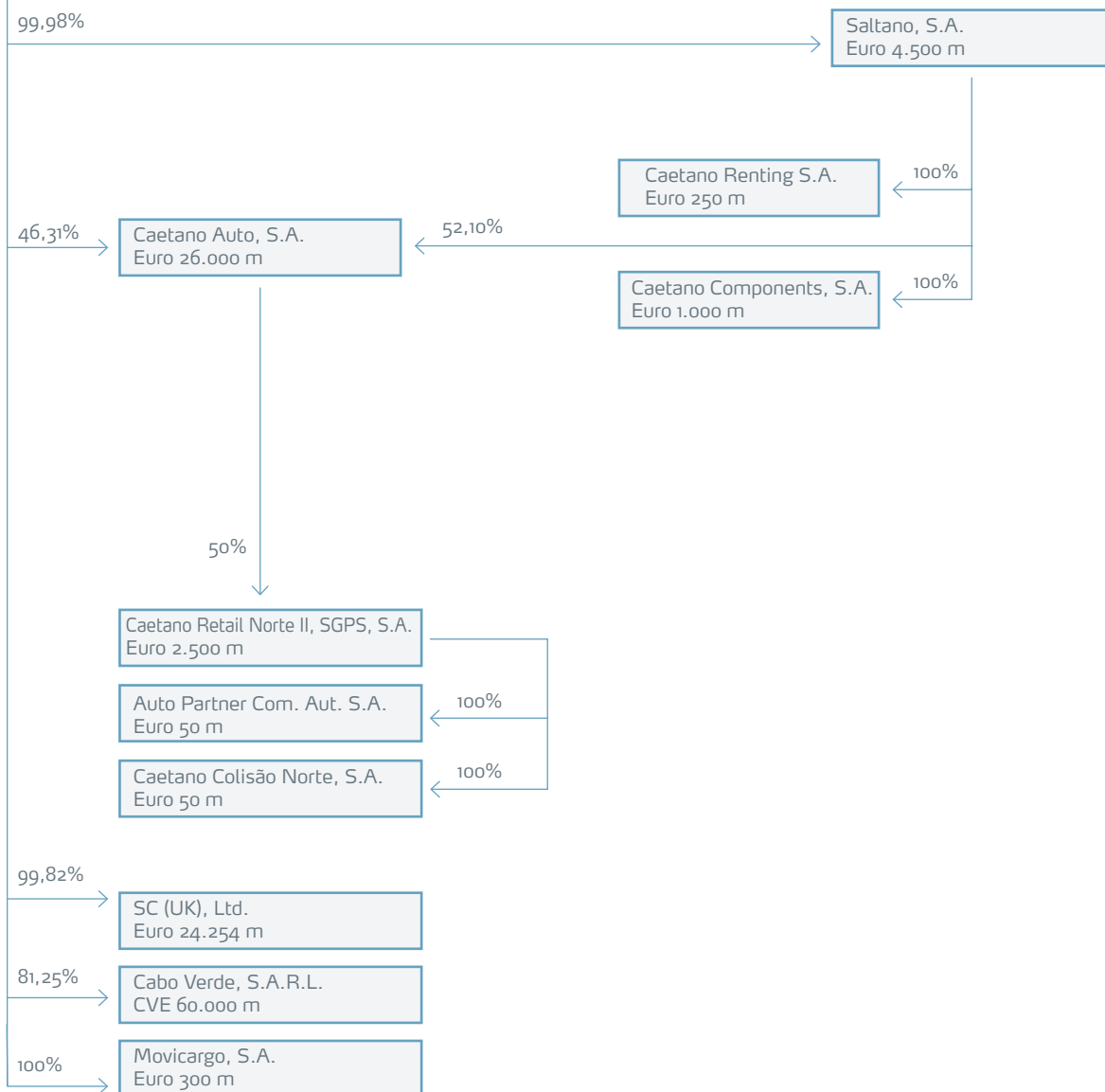
José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente  
António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão – Vogal  
Kenichiro Makino – Vogal  
Fernando Sousa Matos Pires - Suplente

**Revisor Oficial de Contas**

José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso em representação da  
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
António Joaquim Brochado Correia - Suplente

### Toyota Caetano Portugal, S.A.

Euro 35.000 m



**Sede**

Avenida Vasco da Gama, 1410  
4431-956 Vila Nova de Gaia  
Telef. 22.7867000 – Fax 22.7867215

**Unidade Fabril de Ovar**

Olho Marinho – 3885-100 Arada  
Telef. 256.790000 – Fax 256.790005

**Direcção Regional Sul**

Carregado  
E.N. 3 – Carregado – Apartado 23 – 2584-908 Carregado  
Telef. 263.857200 – Fax 263.857208

Data de Constituição: 4 de Julho de 1946  
N.I.P.C. 500 239 037  
Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N.º 500239037  
Capital Social: EUR 35 000 000  
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

# 02

## RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

### Mensagem do Presidente

A sustentabilidade empresarial começa a ser o denominador de sucesso no mundo dos negócios. Na Toyota Caetano Portugal, temos balizado a nossa acção junto da Comunidade, Colaboradores, Clientes e Parceiros de Negócio, em plena preocupação com o Ambiente e assente nos valores de confiança, inovação e qualidade.

Desde sempre preocupados com a máxima satisfação dos nossos Clientes, mantemo-nos firmes na oferta de produtos fiáveis, seguros e inovadores, com especial foco em soluções amigas do ambiente, pelo que destaco o pioneirismo dos híbridos Toyota, a liderança ambiental da marca no sector automóvel e o lançamento, em meados do ano passado, de uma versão híbrida na gama Auris, que representa o nosso modelo de maior volume.

Em 2010, vivemos um período de grande agitação mediática, fruto das notícias sobre Campanhas de Serviço, contagiados sobretudo pelos acontecimentos nos Estados Unidos da América. Todavia, os resultados alcançados em vendas e rentabilidade, assim como os estudos independentes de avaliação da credibilidade das marcas (de que destaco a conquista do Troféu “Marca de Confiança” das Selecções do Reader’s Digest) e, com maior relevância, o empenho dos nossos Clientes na defesa da nossa reputação, revelam a qualidade dos nossos produtos e a Toyota como valor seguro. A este respeito, menciono ainda uma avaliação realizada pela TUV, líder mundial em inspeções técnicas, a qual colocou a Toyota como líder incontestável pela sua qualidade, posicionando 17 modelos da Marca no TOP10 de classificação de cada segmento, com relevo para o Prius como o modelo mais fiável na tabela geral.

Junto dos Colaboradores, o capital mais valioso da Empresa, procuramos a confiança mútua e o respeito. Com os Parceiros de Negócio, onde se enquadram a Rede de Concessionários Toyota, os fornecedores e os accionistas, entre outros, a cooperação continua assente no crescimento estável e mútuo, no valor corporativo e nas relações duradouras.

Em 2010, fruto de uma estratégia de contenção e do esforço global na redução de desperdícios e racionalização de custos, encerrámos o ano com elevados índices de rentabilidade. Estes resultados são o espelho do bom desempenho na venda de viaturas novas e usadas, na excelência do serviço após-venda, mas também a prestação da unidade de Empilhadores Toyota (mais uma referência no sector).

Continuámos a apostar na indústria, como vertente estratégica da Empresa e do Grupo Salvador Caetano, pelo que registo a qualidade dos produtos fabricados em Ovar, entre os quais distingo o comercial Toyota Dyna que manteve a liderança no segmento chassis-cabine em 2010.

Nesta visão integrada de sustentabilidade empresarial, a Toyota Caetano Portugal, a par do firme respeito pelas normas de cidadania, continua a promover junto da comunidade uma sociedade melhor, com o desenvolvimento de acções de sensibilização ambiental, de segurança rodoviária e de filantropia. Entre uma diversidade de factos que corroboram a nossa actuação empresarial, social e ambientalmente sustentável, menciono o Projecto de reflorestação “1 Toyota, 1 Árvore”, assim como o facto da Toyota Caetano Portugal ser signatária da Carta Europeia da Segurança Rodoviária e da Carta Anti-Corrupção e parceira de várias ONG’s nacionais. E numa actuação muito estreita com a comunidade local, faço um balanço positivo de um ano de cooperação com o Centro de Dia de Gervide (Oliveira do Douro) e com a Conferência de S. Vicente de Paulo de S. Martinho de Arada (Ovar), onde garantimos diariamente o fornecimento de refeições para os seus idosos.

Apesar de complexo, 2010 acabou por se transformar num ano de desafios superados, ao consubstanciar-se na assumpção plena e num período completo de gestão da Empresa, sob a minha responsabilidade como Presidente.

Tenho a sensação de dever cumprido, porém convicto de que se tratou apenas de uma etapa no já longo percurso desta Empresa.

2011 traz uma provação ainda maior, cujas condições difíceis começaram a evidenciar-se logo no início do ano, quer para a economia portuguesa, quer para o sector. O contexto conjuntural previsível, assim como as alterações à tributação automóvel, com o aumento do IVA, ISV e o fim ao Abate de Viaturas em Fim de Vida, conduziram a uma antecipação das compras em 2010, agravando os prognósticos para o novo ano. Contudo, garanto que trabalharemos afincadamente para continuar a registar bons resultados, com vantagens para todos: Colaboradores, Clientes, Parceiros de Negócio, Accionistas e Comunidade.

Continuaremos a ser uma referência em sustentabilidade empresarial, porque cuidamos pela solidez dos negócios, gerimos com eficiência e actuamos por resultados.

José Reis da Silva Ramos  
Presidente



### Introdução

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respectivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras será apresentado.

## TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

### Actividade Industrial

#### Unidade Fabril de Ovar

Em 2010 foram produzidas, na actividade Toyota, 2.553 unidades, o que corresponde a um crescimento de 30% face a igual período de 2009. A produção do modelo Dyna para o mercado exportação registou um crescimento de 98% comparativamente a 2009, tendo sido produzidos 1.055 veículos.

Em 2010 foram produzidas, na actividade Mini Autocarros, 91 unidades, um acréscimo de 6% comparativamente com o período homólogo de 2009. O mercado nacional é o principal destino da produção com 59 veículos.

A actividade de Transformações e PDI preparou 6.316 viaturas, o que corresponde a um crescimento de 11% face a igual período do ano anterior.

Importa salientar que os valores apresentados resultam da comparação feita com valores de produção anormalmente baixos no ano 2009.

PRODUÇÃO	2010	2009	2008	2007	2006
Unidades Físicas Toyota	2.553	1.967	5.947	4.924	3.831
Unidades Físicas Mini Autocarros	91	86	154	160	132
Unidades Físicas Transformadas	6.316	5.677	10.046	11.682	6.865
Total Colaboradores	297	340	360	343	325

Numa outra vertente, é de salientar que a adesão ao PASA (Programa de Apoio do Sector Automóvel) permitiu que 22,2% dos colaboradores da Unidade Fabril de Ovar fossem certificados com a escolaridade mínima (9º Ano) e 20% fossem certificados com o 12º Ano.

À semelhança do ano transacto, esta Unidade Fabril celebrou com todos os seus Colaboradores um novo acordo de “banco de horas”, com vigência até 2013.

De salientar, a renovação da certificação Ambiental ISO 14001:2004 e acompanhamento da norma da Qualidade ISO 9001:2008.

Destacamos ainda que a Unidade Fabril de Ovar foi premiada pela Toyota Motor Corporation pela sua qualidade de produção através do “Overseas Plant Quality”, que coloca esta Unidade entre as melhores da Europa. Viu ainda reconhecida pela segunda vez consecutiva a sua eficiência ambiental com o “Toyota Global Eco Award”.

Quanto ao mini-autocarro Toyota Optimo Seven, este foi distinguido com um dos mais reputados prémios de design internacional na categoria de transportes, o “Good Design Award”, atribuído pelo Chicago Athenaeum.

Aquando da celebração do seu 39º aniversário, a Fábrica de Ovar dedicou um dia diferente aos seus colaboradores e familiares, no qual realizou uma sessão de portas abertas com visitas guiadas e diversas actividades lúdicas.

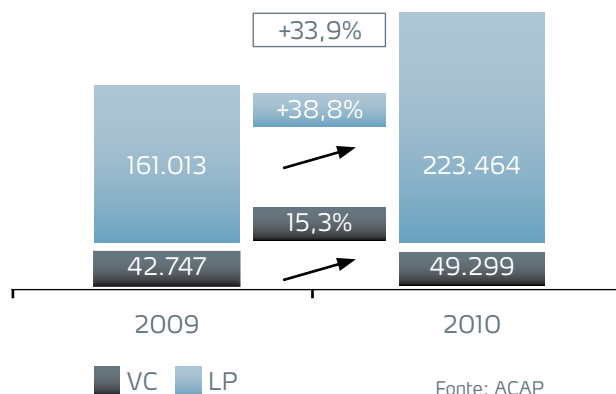
De referir também a primeira participação da Unidade Fabril de Ovar na 5ª Convenção Europeia dos Círculos de Controlo de Qualidade (QCC) na TMMT (Turquia).

## Actividade Comercial

### Viaturas

#### Mercado Total

O ano de 2010 apresentou resultados claramente positivos face ao verificado em 2009, com um crescimento de 33,9%, totalizando 272.763 unidades comercializadas.



Os ligeiros de passageiros apresentaram um desempenho superior às viaturas comerciais, com cerca de 39% Vs. 15% de crescimento, respectivamente.

	2009	2010	VAR%
Abates	40.194	35.754	-11,0%
RAC	10.560	17.730	67,9%
Outros	110.259	169.980	54,2%
TTL	161.013	223.464	38,8%

O bom comportamento de mercado tem como base justificativa os seguintes factores:

1. O ano 2009 foi o pior dos últimos 22 anos, com a performance prejudicada pela forte quebra da actividade económica.

O ano de 2010 apresentou-se mais positivo, com uma recuperação significativa ao nível económico, sentida nos vários canais de distribuição.

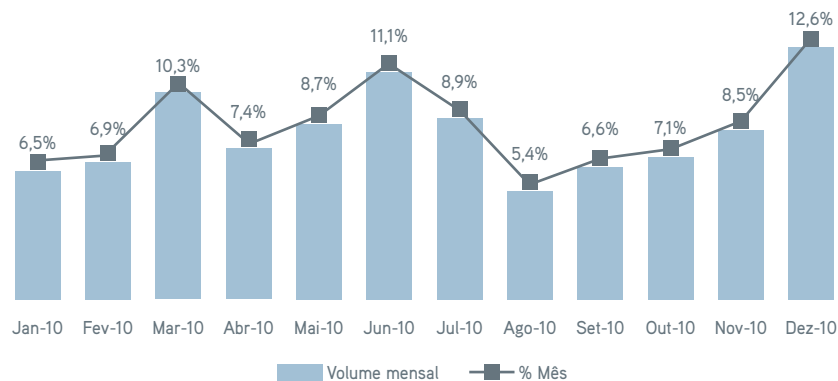
Neste capítulo, é de destacar a evolução do mercado de rent-a-car que fecha o ano com um crescimento de aproximadamente 68%.

2. Pela ocorrência de um fenómeno de antecipação da compra, fruto das medidas de contenção aprovadas em sede de Orçamento de Estado para 2011.

O aumento do IVA em 2 p.p. e o agravamento do Imposto Sobre Veículos, com impacto nos preços entre 2% e 4% e o fim do incentivo ao abate justificam a forte procura sentida no final de 2010.

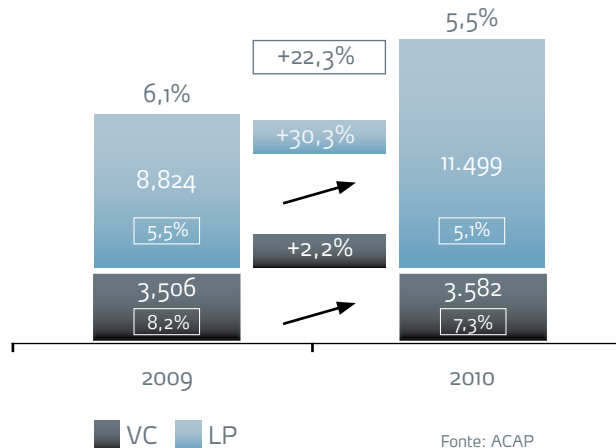
Esta realidade fica clara na distribuição de vendas exposta, onde se vê que, contrariamente ao tradicionalmente verificado, o mês de Dezembro é o mais representativo de todo o ano, com 12,6% de peso no total de vendas.

Evolução do Mercado: 2010



### Toyota

Em 2010, em linha com a tendência do mercado, as vendas Toyota apresentaram um crescimento de 22,3% no seu total, atingindo as 15.081 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado total de 5,5%.



O desempenho da Toyota foi distinto consoante estejamos a falar de viaturas Ligeiras de Passageiros ou Comerciais:

Nas viaturas Ligeiras de Passageiros, verificou-se um crescimento de cerca de 30%, com a quota de mercado a cair para 5,1% (-0,4 p.p. face a 2009).

O forte crescimento verificado fica a dever-se essencialmente:

1. Ao cumprimento do plano de produto pré-definido, com o lançamento de séries especiais competitivas e que reforçaram o posicionamento dos modelos;
2. À optimização progressiva das gamas relativamente ao Mercado, com uma maior aposta em versões de acesso à gama;
3. À campanha de promoção de vendas no final do ano, para YARIS e AURIS, que permitiu otimizar o acréscimo de procura relacionado com a antecipação de compra.

Ainda assim, os bons resultados obtidos não foram suficientes para compensar o forte crescimento do Mercado, resultando numa perda global de quota. Esta perda de quota resulta fundamentalmente de uma menor taxa de cobertura do mercado, devido à tendência crescente de oferta de um tipo de viaturas que não disponibilizamos (SW e SUV / CUV no segmento C).

Nas Viaturas Comerciais, o crescimento verificado foi significativamente inferior, com 2,2%, tendo como consequência uma queda da quota de mercado para os 7,3% (- 0,9 p.p. face ao ano anterior).

Esta diferença de performance face ao Mercado é justificada essencialmente pelos seguintes factores:

1. Reduzido grau de cobertura do mercado, não estando a Toyota presente no segmento dos Combos, que apresenta o maior crescimento dos Comerciais (cerca de 27%);
2. Menor competitividade do segmento dos CDV's, o segundo segmento com a maior taxa de crescimento (25,5%);
3. Segmentos onde temos presença mais forte foram os que menos cresceram e, no caso dos Chassi-cabine (Dyna), foi mesmo o único segmento a perder vendas.

De destacar, no entanto, dois pontos positivos:

- A manutenção da liderança do segmento Chassi-Cabine com o modelo Dyna, produzido localmente na fábrica de montagem de Ovar;
- A campanha de final de ano bem sucedida na Dyna e Hiace.

### Lexus

O ano de 2010 ficou marcado pelo acréscimo nas vendas das Gamas IS e RX. No caso da Gama IS, o incremento de vendas ficou a dever-se à introdução do IS200d, com um posicionamento de preços bastante competitivo, e ao esforço comercial desenvolvido durante todo o ano de 2010. No caso do RX450h, o incremento das vendas ficou a dever-se ao impacto positivo das acções de lançamento, no final do ano de 2009, e à introdução das versões com tracção dianteira com um excelente posicionamento de preços.

Esta estratégia permitiu-nos incrementar as vendas no 2º ano de vendas da 2ª Geração do RX450h. A gama GS sofreu uma redução de 50% nas suas vendas fruto da menor competitividade do modelo face aos novos produtos lançados pelos concorrentes directos. O mesmo sucedeu com a Gama LS que viu as suas vendas reduzidas para apenas 2 unidades. Esta redução deve-se ao esgotamento do efeito novidade do modelo e à introdução de novos modelos por parte dos concorrentes mais directos.

	2009	2010
IS	198	219
GS	22	11
RX	41	54
LS	5	2
TOTAL	266	286

### Máquinas Industriais

#### Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	'09	'10	VARIAÇÃO %	'09 QT	'09 %	'10 QT	'10 %	VARIAÇÃO %
Viaturas								
Empilhadores Contrabalançados	1.172	1.001	-14,6	276	23,5	233	23,3	-15,6
Equipamento de Armazém	1.053	1.041	-1,1	278	26,4	199	19,1	-28,4
Total MMC	2.225	2.042	-8,2	554	24,9	432	21,2	-22,0

### Mercado

No ano de 2010 o mercado de Máquinas de Movimentação de Carga, manteve a sua trajectória descendente ainda que mais atenuada face ao ano anterior, ressentindo-se da crise que abala a economia Portuguesa e que tem conduzido ao encerramento de inúmeras empresas da área Industrial. Desta forma, foi verificada uma quebra de mercado na ordem dos 8,2%, perfazendo 2.042 unidades contra 2.225 unidades em 2009.

Analisando por tipo de equipamento, verificou-se que a quebra de mercado dos Empilhadores Contrabalançados foi mais acentuada (-14,6%) face à registada no Equipamento de Armazém (-1,1%), tendo este último beneficiado do sentimento de maior confiança existente no sector do Retalho e Distribuição Alimentar português.

### Vendas Toyota + BT

Relativamente às vendas de **Empilhadores Contrabalançados Toyota**, pode-se afirmar que acompanharam a queda de mercado, tendo decrescido 15,6%.

Quanto às vendas de **Equipamentos de Armazém**, a quebra de vendas registada foi mais acentuada (28,4%).

Este desempenho foi justificado pelo facto de, em 2009, terem sido concretizados dois grandes negócios de frota que influenciaram positivamente as vendas Toyota e BT fechando esse ano em contra ciclo com o mercado, o que não veio a acontecer em 2010.

Não obstante, e em termos de ranking de vendas, a Toyota + BT manteve a liderança de mercado atingindo uma quota de 21,2%.

### Após-Venda

#### Vendas Globais

Produto	VENDAS 2010	VENDAS 2009	CRESC. % 2010/2009	ORÇAMENTO GESTÃO	% EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
Peças/Acessórios/ Merchandising	42.879	40.075	7,0%	40.949	104,7%
Serviços Extracare/ Eurocare	1.943	1.473	31,9%	1.356	143,3%
Total	44.822	41.548	7,9%	42.305	105,9%

A Divisão de Após-Venda Toyota facturou durante o ano de 2010, em peças, acessórios e merchandising, 42,9 milhões de euros. Este valor representa um crescimento de 7,0% face à facturação obtida no ano de 2009, reflectindo assim uma recuperação do negócio em oposição às dificuldades verificadas no ano anterior.

De igual modo, também na venda de serviços (designadamente os "Eurocare", "Extracare" e "Euroassistance") se assinala um crescimento. A facturação destes serviços totalizou 1,9 milhões de euros, mais 31,9% que no ano anterior. Neste valor encontra-se incluída a venda do "Eurocare" para oferta na campanha de Inspeção do Pedal do Acelerador e que totalizou 156 mil euros. Por seu lado, os serviços "Mandatory" encontram-se dependentes da venda de viaturas novas, às quais estão directamente associados.

Distribuição das vendas totais	PESO (%) NO TOTAL DAS VENDAS	
	2009	2010
Peças Genuínas Toyota	85,7%	84,7%
Peças de Incorporação Nacional	4,5%	4,3%
Acessórios	9,1%	10,2%
Merchandising	0,8%	0,9%

Nota: O quadro acima diz respeito apenas à venda de peças, acessórios e merchandising (não incluindo a venda de serviços).

A venda de Peças Genuínas Toyota representa a maior fatia das vendas globais, e que correspondeu a 84,7% das mesmas (ligeiramente inferior aos 85,7% de 2009).

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após-Venda. Para este cliente destinou-se 90,5% da facturação global, o equivalente a 38,8 milhões de euros. Este valor representa um

crescimento de 7,7% (+2,7 milhões de euros) quando comparado com o realizado no ano transacto. O valor orçamentado para este cliente foi ultrapassado em 0,6 pontos percentuais.

O ano de 2010 reflectiu uma retoma do negócio do Após-Venda face às dificuldades económicas verificadas em 2009. Contribuíram para este crescimento os esforços da Toyota Caetano Portugal, através de diversas acções. Destas, gostaríamos de destacar as seguintes:

- Lançamento do Programa de Comercialização de Lubrificantes TGMO (Toyota Genuine Motor Oil) na Rede Oficial Toyota.
- Criação do Seguro Toyota a funcionar, indirectamente, como uma forma de protecção e retenção de clientes, na actividade da colisão das Oficinas da Rede Oficial.
- Para as viaturas sem Seguro Toyota, foi criado o “Toyota Apoio 24”, programa que pretende promover o encaminhamento de viaturas sinistradas para as oficinas da Rede Oficial Toyota.
- Campanha de Colisão Toyota: redução de 25% nos preços das principais peças de colisão (limitada a determinadas gerações Yaris e Corolla). Esta campanha decorreu durante todo o ano de 2010.
- Lançamento de duas Campanhas de Retenção/Fidelização de clientes. Uma decorrida durante o Verão, focalizada na segurança da viatura e respectiva preparação para as férias e a segunda decorrida durante o Inverno, com a intenção de preparação das viaturas para esta estação.
- Incremento da venda de Acessórios através do programa Toyota Red Line e da inclusão de diversos produtos nas campanhas de retenção de clientes (ex. alarmes, bluetooth e cortinas de sol).
- Lançamento da Campanha Primavera Toyota destinada aos clientes de peças do Balcão Público.
- Persistente divulgação do negócio dos pneus, inserido nas diversas campanhas de retenção de clientes.
- Criação do Programa “Liga Toyota” com intenção de dinamizar as diversas áreas do Após-Venda.
- Lançamento dos serviços Smart Care, que consistiu em mais uma aposta na diversificação e associação da venda de produtos e serviços.

## CAETANO AUTO, S.A.

O exercício económico que findou em 31 de Dezembro de 2010 ficou marcado pela crise que persiste em manter-se na Europa e no resto do Mundo.

Assim, e nesse contexto a que Portugal naturalmente não está alheio, foi com agrado que a Caetano Auto verificou ter atingido volumes de negócio, e simultaneamente retenção de despesas, acima dos expectáveis nesta conjuntura económica.

De facto, o negócio core da Empresa – venda de viaturas – foi em 2010 responsável por 7.310 novas matrículas contra as 7.176 do período homólogo anterior, registando deste modo um crescimento de cerca de 1,8 pontos percentuais. Também no negócio de viaturas usadas, a Caetano Auto foi responsável por mais de cinco mil viaturas facturadas.

Estes indicadores não se evidenciam directamente no volume de negócios da Empresa que incluem outras vendas e serviços, mas também por força da redução da margem bruta para fazer face à crise e à concorrência do mercado.

Paralelamente, registou-se outra forte redução dos custos indirectos, nomeadamente nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) - outro dos focos da atenção da gestão - que, em resultado de várias acções e ferramentas implementadas conseguiu uma maior e melhor racionalização de meios que, com o envolvimento e motivação de todos os intervenientes, concorreram para uma redução de cerca de 50% destas despesas de 2009 para 2010.

Contudo, e por força da implementação pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que regem o novo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), a Empresa viu os seus resultados baixarem em mais de dois milhões de euros, pelo registo de imparidades (diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado) de Activos, nomeadamente em instalações classificadas como Propriedades de Investimento.

Entretanto, e apesar da actual e já referida conjuntura, a Empresa registou em 2010 investimentos próximos dos 12 milhões de euros, consubstanciados principalmente em material de transporte pela substituição / actualização da frota de viaturas de serviço e em edificações, nomeadamente com a conclusão das instalações do Montijo, onde a partir já de 2011, a Caetano Auto passa a disponibilizar ao público, num local novo e aprazível, todas as actividades quer de venda, quer de pós-venda.

Importa ainda acrescentar ser convicção da Caetano Auto que o resultado alcançado em 2010 seja superado em 2011 em cerca de 12%, apesar do cenário económico global se manter sem perspectivas de melhoramento no curto prazo.

### **AUTO PARTNER - COM. AUTOMÓVEIS, S.A.**

Foi com agrado que a Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. verificou ter atingido um volume de negócios e uma retenção de despesas acima dos expectáveis e, conseqüentemente, resultados manifestamente superiores aos alcançados em exercícios anteriores (RAI positivo de 108 milhares de euros em 2010, contra 453 milhares de euros negativos em 2009).

De facto, o negócio core da Empresa – venda de viaturas novas e usadas – foi em 2010 responsável por 649 unidades facturadas, contra as 629 do período homólogo anterior.

Importa ainda registar a alteração na gestão desta entidade que, por reestruturação operacional, conta agora, desde o início de 2010, com a atenção e intervenção directa da mesma Administração da Caetano Auto – entidade que detém 50% do capital social da empresa-mãe Caetano Retail (Norte) II, SGPS, SA.

A Empresa registou, ainda em 2010, alguns investimentos em obras de adaptação e equipamento oficial.

Para finalizar, importa ainda acrescentar ser convicção da Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. que o resultado antes de impostos para 2011 se mantenha nos níveis de 2010, apesar do cenário económico global se manter muito instável.

### **CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.**

A Caetano Colisão (Norte) S.A. atingiu um volume de negócios superior ao do ano anterior. Privilegiou-se, uma vez mais, o controle das despesas, o que contribuiu para uma significativa melhoria do resultado alcançado, comparativamente com o exercício anterior.

De facto, o negócio core da Empresa – reparação de sinistros de automóvel – evidencia já em 2010 a melhoria resultante da reestruturação operacional registada, nomeadamente com o encerramento das instalações em Bragança.

Efectivamente, ao resultado antes de impostos negativo registado em 2009, corresponde, em 2010, um resultado positivo a rondar a centena de milhar de euros.

A Empresa, em 2010, não registou investimentos significativos.

Importa ainda acrescentar ser convicção da Caetano Colisão (Norte), S.A. que o resultado antes de impostos para 2011 se mantenha na linha do melhoramento iniciado em 2010.

### **CABO VERDE MOTORS, S.A.**

O ritmo de crescimento económico em Cabo Verde, está dependente dos sectores do turismo e imobiliário. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), estes sectores registaram uma ligeira melhoria no último trimestre de 2010.

O enquadramento externo mais favorável nos últimos meses tem tido reflexos positivos na evolução das

transacções internacionais de Cabo Verde, conforme as informações do último trimestre de 2010, recolhidas em organismos oficiais.

Com efeito, a retoma da actividade económica internacional tem tido um impacto positivo na recuperação das receitas do turismo e de fluxos direccionados para o sector imobiliário.

Apesar dos sinais de alguma recuperação, o investimento continua a decrescer, confirma o INE de Cabo Verde.

Embora beneficiando desta ligeira melhoria na economia, a Cabo Verde Motors não conseguiu elevar o seu nível de facturação, ficando aquém do ano anterior.

No quadro abaixo podemos observar a comparação da evolução da actividade comercial do ano de 2010 relativamente ao ano de 2009.

Período	Nº VIATURAS VENDIDAS	VOLUME NEGÓCIOS			TOTAL
		VIATURAS	PEÇAS	MÃO-DE-OBRA	
Ano 2009	521	11.921.517	2.231.002	335.033	14.487.552
Ano 2010	411	9.505.561	1.915.484	355.557	11.776.602
Comparação					
Valor	-110	-2.415.956	-315.518	20.524	-2.710.950
%	-21,11	-20,27	-14,14	6,13	-18,71

euros

Em termos de perspectivas para o exercício de 2011, julgamos que, embora a conjuntura económica tenda a melhorar, os níveis de actividade e de resultado se manterão semelhantes aos apurados em 2010.

### CAETANO RENTING, S.A.

O Volume de Negócios atingiu um valor a rondar os 5 milhões de euros, o que em confrontação com o Exercício anterior, representa uma quebra de cerca de 1,8%.

A frota média da Empresa ao longo do ano, situou-se nas 1535 unidades, sendo que no termo do exercício, o total das unidades era de 1736.

O aumento significativo da frota, ficou a dever-se essencialmente ao aumento do segmento de "RAC'S", cujo número de unidades adquiridas foi de 1229, das 1600 aquisições efectuadas durante o ano de 2010.

Deste aumento significativo de veículos no segmento acima referido, resulta um acréscimo dos gastos operacionais, os quais apenas serão recuperados em 2011, momento em que os contratos de locação terão o seu termo.

O acréscimo dos gastos operacionais acima mencionado reporta-se às diferenças entre as Rendas praticadas e as Reintegrações suportadas, que muito contribuiram para o Resultado Líquido negativo apurado no exercício.

É nossa convicção que, com a estabilização da frota, o exercício de 2011 permita recuperar, pelo menos parcialmente, as perdas agora verificadas.

### CAETANO COMPONENTS, S.A.

O ano de 2010 fica marcado pela redução de encomendas dos principais clientes, CaetanoBus e Toyota Caetano, ao nível de carroçarias e veículos comerciais.

Pela positiva há a referir a encomenda de bancos referentes a 61 unidades Levante para a National Express que



permitiu melhorias dos resultados.

Para os outros clientes com um volume de facturação com algum significado para a Caetano Components, verificou-se que a EFACEC também reduziu o seu volume de encomendas e a Manitowoc teve um ligeiro incremento nas mesmas, com a introdução de alguns novos componentes.

Iniciou-se o estudo e fabrico dos primeiros componentes estruturais para os chassis C5, com a validação do processo de corte e soldadura. O arranque deste projecto verificou-se com o fornecimento de conjuntos de estruturas para montagem de chassis protótipos na Suíça.

Foi implementado o layout para este projecto, com a definição das áreas de stockagem de materiais, de pré-montagem de componentes e linha de montagem para a produção integral dos módulos frente e traseiro do chassis. Iniciou-se o treino do pessoal a trabalhar neste novo produto.

Foram transferidas para a CaetanoBus as actividades ligadas a corte de perfilados e soldadura das estruturas para carroçarias. Foi também deslocada a montagem de tampas laterais em alumínio. Esta acção teve como consequência uma redução significativa dos efectivos da Caetano Components, por transferência para a CaetanoBus e outras empresas do Grupo Salvador Caetano.

Concluíram-se, entretanto, as soluções do projecto Ibus, com a previsão da construção de um Mokup em 2011, tendo como objectivo a criação de novos conceitos para interiores de autocarros, para o integrador final CaetanoBus. Foi iniciado o projecto Iseat, com a finalidade da criação de novos acabamentos de bancos para a indústria ferroviária.

Foram também estabelecidos contactos com a Fainsa para estudo de uma parceria de fornecimento de capas para a indústria Ferroviária Alemã. Pretende-se que este projecto seja consolidado durante 2011.

No que respeita a resultados, o ano de 2010, trouxe o cumprimento integral dos valores orçados, sendo de salientar que, para 2011, e ainda que numa conjuntura interna francamente desfavorável, é nossa convicção que, fruto das encomendas já asseguradas, a Empresa continuará a assegurar uma rentabilidade adequada, mantendo os níveis de resultados obtidos em 2010.

### **SALTANO (S.G.P.S.) S.A.**

A Saltano, no desenvolvimento da sua actividade de gestão de participações sociais e no exercício em análise, aumentou a sua participação na Caetano Auto através da aquisição de 1.355.447 acções, no montante de 2,3 milhões de euros, passando assim a deter 52,10% do seu capital social. Neste contexto, a empresa alienou ainda as participações que detinha no BCP e BPI.

Os contratos de suprimentos existentes com a empresa-mãe, mantiveram-se activos, tendo no presente exercício sofrido um aumento de 2,3 milhões de euros.

Os dividendos recebidos totalizaram 710 milhares de euros, provenientes da distribuição de resultados das participadas Caetano Renting, Caetano Auto e ainda pela participação detida no BCP e BPI, sendo que, relativamente a estas últimas, o seu contributo para a formação do resultado foi de 324 milhares de euros.

Em consequência do anteriormente exposto o resultado líquido do exercício, ultrapassou os 622 milhares de Euros.

### **MOVICARGO / SC (UK)**

Empresas sem actividade no período em análise.

## Recursos Humanos

O mais importante e actual desafio das Empresas é, antes de mais, o da sobrevivência, com um significativo compromisso com a sustentabilidade. Concorre para este grande objectivo o estabelecimento de princípios e valores fortes que potenciem e cimentem todas as actividades estratégicas e operacionais.

É neste sentido que continuamos, em 2010, a procurar conhecer as expectativas dos Colaboradores, através dos Survey de Satisfação, a estabelecer compromissos assentes em processos de Avaliação e Gestão de Desempenho, como forma de ter por parte do Capital Humano das Empresas uma importante mais-valia face aos Objectivos e à Missão das mesmas.

Procuramos com este compromisso resolver a constante preocupação com o recrutamento e a integração dos novos Colaboradores mesmo que estejam temporariamente connosco, como é o caso dos Estagiários, mas sempre com elevado nível de exigência nos desafios que colocamos mutuamente.

A formação e o desenvolvimento, mantendo-se como pilares fundamentais para o êxito dos diversos projectos, têm para as nossas Empresas uma exigência cada vez maior nos índices da qualidade, nos programas que define, mas sobretudo nos resultados que são esperados.

Paralelamente, continuamos a incentivar os Colaboradores que não têm o 12.º ano de escolaridade, a aderirem ao Programa Novas Oportunidades, tendo ao longo de 2010 havido 319 novas adesões, e sido certificados 55 com o nível básico e 46 com o nível secundário.

Na Qualificação de Jovens, que continuamos a considerar estratégica, devemos realçar a abertura de mais um Pólo em Sintra – Rio de Mouro, aumentando assim para 4 os locais onde é desenvolvida esta formação.

O quadro seguinte evidencia a actividade que desenvolvemos na Área da Formação, em 2010:

Tipo de Acções	2008		2009		2010	
	CURSOS	PARTICIPANTES	CURSOS	PARTICIPANTES	CURSOS	PARTICIPANTES
Formação de jovens	10	158	13	293	18	342
Formação de activos	348	6.589	300	6.591	626	7.365
Totais	358	6.747	313	6.884	644	7.707

Na área dos incentivos e da manutenção em alta do nível motivacional dos nossos Colaboradores, gostaríamos de realçar duas situações:

- Procedemos a uma revisão salarial exclusivamente dirigida aos Colaboradores com índices remuneracionais mais baixos, como sinal de solidariedade pelas dificuldades acrescidas que as condições económicas adversas produzem neste grupo, aumentando a coesão interna e o sentido de responsabilidade e justiça social perante todos os Colaboradores.
- Proposta de atribuição a todos os Colaboradores de uma gratificação extraordinária a título de participação nos lucros do período em apreço no montante global de 682.500 Euros.

## Actividade Financeira

Com o indicador avançado da OCDE a apontar para uma melhoria progressiva da economia portuguesa, em linha com a zona Euro, desde Setembro passado, o ano de 2010 termina com uma evolução positiva do PIB de 1,4%, face à contracção registada em 2009, de 2,5%. Para este crescimento da economia, Portugal contou com o forte contributo do aumento da Procura Interna, onde assumiu especial relevância a componente de despesa de consumo final das famílias e ainda uma menor retracção ao investimento, do que o constatado em 2009.

Neste cenário, o sector automóvel, onde o Grupo Toyota Caetano Portugal maioritariamente actua, assumiu

especial importância, tendo-se verificado um incremento de viaturas matriculadas de 33,9%, face a 2009, com a Toyota, marca representada pelo Grupo, a registar um crescimento de 22,3%.

Assim, no período de análise, e tendo-se mantido inalterado o perímetro de consolidação, o desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal traduz o comportamento do mercado da sua área de influência.

	2009	2010	VARIAÇÃO
Proveitos operacionais totais	438.074	463.265	5,8%
Resultados operacionais	14.485	13.134	- 9,3%
Resultado antes de impostos	14.234	14.545	2,2%

meuros

O crescimento da actividade foi acompanhado por algum sacrifício da margem de comercialização, embora tenha sido possível alcançar um resultado antes de impostos de 14,5 milhões de euros, muito próximo do obtido no período homólogo de 2009, o qual contou com o contributo de cerca de 4 milhões de euros relativos a uma reversão de custos estimados com o fundo de pensões. Para a obtenção do lucro apurado, contribuiu uma continuada política de contenção de despesa, bem como uma evolução favorável dos resultados financeiros, quer pela redução de custos através da diminuição de dívida remunerada, e preço da mesma, tendo em conta o rating do Grupo, quer ainda pela neutralização de custos associados a uma operação de fixação de taxa de juro num montante de aproximadamente 1 milhão de Euros, custos estes já reconhecidos em períodos anteriores pela aplicação do justo valor a este instrumento financeiro.

A contribuir negativamente para o resultado, salientamos o facto de, não obstante o critério valorimétrico adoptado para os imóveis ser o modelo de custo, foi registada uma imparidade de 1,8 milhões de euros relativa a activos afectos à exploração, face aos valores apurados em avaliações recentes.

O resultado líquido consolidado do exercício, no montante de 11,9 milhões de euros, reflecte um acréscimo de 16,6% comparativamente com o ano de 2009.

De referir que neste período, e devido à entrada em vigor do novo normativo contabilístico em Portugal, as empresas do perímetro do Grupo aqui sedeadas, adoptaram o mesmo, evidenciando nas respectivas contas individuais todos os ajustamentos de transição.

Podemos então apreciar no quadro seguinte a reconciliação dos capitais próprios e resultados líquidos consolidados agora divulgados e apurados de acordo com as normas "IFRS", com os capitais próprios e resultados individuais também agora publicitados e obtidos aplicando o normativo em vigor no nosso País (SNC).

	NORMA	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Consolidado IFRS		11.740	139.746
Exclusões			
Alienação das Acções da Sociedade Cotada no Euronext Lisboa - BPI	a) IAS 39	817	-
Justo Valor de Unidades de Participação Cível	b) IAS 39	86	-
Justo Valor das Acções da Sociedade Cotada no Euronext Lisboa - BCP	b) IAS 39	186	-
Inclusões			
Subsídios Governamentais em Activos Fixos Tangíveis	NCRF 22	-	160
Subsídio Governamental Cativo em reservas	NCRF 22	-	289
Individual - NCRF		10.652	140.195

meuros

a) Transferência para Resultados da Reserva de Justo Valor constituída em exercícios anteriores decorrente da alienação de activos financeiros classificados como disponíveis para venda.

b) Transferência para Reservas de Justo Valor das perdas por imparidade do exercício referentes aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda

O Cash Flow Bruto gerado pelo Grupo, no montante de 32 milhões de euros, inferior ao registado em 2009 em 7%, permitiu reduzir o endividamento bancário em 18,8%, assumindo uma responsabilidade global de 60

milhões de euros, realizando ainda um investimento líquido de 23 milhões de euros. Paralelamente, verificou-se um incremento das contas de Clientes e Fornecedores e redução de Inventários, efeito do volume de negócios extraordinário registado junto ao final de ano. Da conjugação dos anteriores contributos, foi possível reforçar o Grau de Autonomia Financeira, que passou de 47,3%, em 2009, para 48,4% no corrente exercício.

Importa ainda mencionar que, em termos das empresas que compõem o perímetro do Grupo Toyota Caetano Portugal, não se verifica, em nenhuma delas, qualquer dívida à Segurança Social ou mora no pagamento de impostos, contribuições ou taxas ao Sector Público Estatal.

## Perspectivas

O ano de 2011 perspectiva-se como sendo um ano particularmente desafiante dados os pressupostos macroeconómicos assumidos, com uma forte retracção do PIB conforme previsão do Banco de Portugal no seu último Boletim de Inverno:

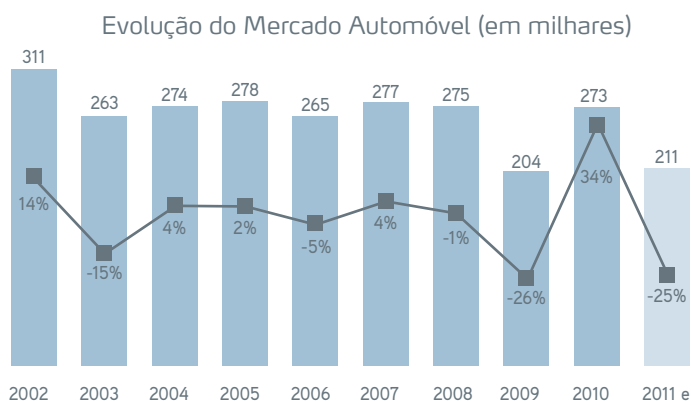
Projeções do Banco de Portugal 2010-2012 Taxa de variação, em percentagem	PROJEÇÕES ACTUAIS			BE OUTONO	
	2010	2011	2012	2010	2011
PIB	1,3	-1,3	0,6	1,2	0,0
Consumo Privado	1,8	-2,7	-0,5	1,8	-0,8
Consumo Público	3,2	-4,6	-1,0	1,5	-1,0
FBCF	-5,0	-6,8	-0,4	-4,2	-3,2
Procura interna	0,5	-3,6	-0,5	0,4	-1,2
Exportações	9,0	5,9	6,1	7,9	4,5
Importações	5,0	-1,9	2,4	4,2	0,4
IHPC	1,4	2,7	1,4	1,4	1,0

A retracção prevista ao nível de consumo é sentida de forma mais intensa no consumo de bens duradouros, tipicamente mais sensíveis ao ciclo económico, estando projectada uma quebra em torno dos 21,7% para 2011.

O Mercado Automóvel será afectado por esta envolvente, destacando-se ainda dois factores específicos que condicionam a procura em 2011:

- O fenómeno de antecipação de compra, sentido no final de 2010, que irá previsivelmente resultar numa menor procura no início do ano de 2011;
- E o aumento generalizado de preços das viaturas novas, fruto do aumento simultâneo do Imposto Sobre Veículos (ISV) e do IVA.

Face a este enquadramento, a Associação de Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) apresenta uma previsão de Mercado para 2011 em torno das 211.000 unidades, o que implica uma quebra de 25% face ao ano anterior:



Fonte ACAP

Esta previsão tem implícito um nível de vendas a retalho em linha com o verificado em 2009, sendo a diferença sustentada por um mercado de Rent-a-Car mais activo do que o verificado então.

Face às condições descritas, o objectivo Toyota para 2011 é de 11.800 unidades, representando este valor uma quebra ligeiramente inferior ao estimado para o mercado, resultando numa quota de mercado de 5,6% - um crescimento de 0,1 p.p. face ao ano anterior.

Quanto à Lexus, para 2011, mesmo atendendo à forte probabilidade de agravamento do contexto económico, a nossa aposta passa por incrementar o volume de vendas para 492 unidades (crescimento de 72%). Para atingir este objectivo contamos com a introdução de um novo modelo na gama Lexus, o CT200h que se destina ao 2º maior segmento do mercado premium. Este modelo possui um posicionamento de preços competitivo, uma motorização adequada ao segmento e é um modelo líder no segmento no que diz respeito a emissões de gases poluentes e consumo de combustível. Irá representar, previsivelmente, 61% das vendas totais da Lexus no mercado nacional. Nas restantes gamas prevemos reduzir ligeiramente as vendas anuais em linha com as previsões para os segmentos em que se enquadram e tendo em conta a ausência de novidades no que diz respeito aos produtos.

## Gestão de Riscos

### Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a actividade operacional.

O principal objectivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efectiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementado processos e procedimentos pró-activos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc).

### Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

### Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e ter alterado no exercício de 2008 a sua moeda funcional para o Euro), o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

### Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objectivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspectos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

### Acções Próprias

A sociedade não adquiriu, nem alienou acções próprias durante o exercício. À data de 31 de Dezembro 2010, a sociedade não detinha acções próprias.

### Declaração

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2010, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

### Proposta de Aplicação dos Resultados

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados apurados no exercício, no valor de Euros 10.652.178,78, expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

a) Para cobertura das perdas apuradas e registadas como redução dos capitais próprios, aquando da transição para o novo Normativo Contabilístico

Eur: 1.291.340,73

b) Para a conta de Lucros não atribuídos pelos Ganhos reconhecidos e não realizados em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial

Eur: 3.010.129,21

c) Para dividendos a atribuir ao capital, Eur.0,18 por acção, o que atente o seu número 35.000.000 de acções, perfaz

Eur: 6.300.000,00

d) O remanescente para reforço de Reservas Livres

Eur: 50.708,84

**Factos relevantes ocorridos após o termo do Exercício**

Desde a conclusão do ano de 2010 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

**Outros Assuntos / Agradecimentos**

Este relatório não ficaria concluído, sem expressarmos o nosso reconhecimento às pessoas ou entidades que, de algum modo, tenham contribuído para o desenvolvimento da actividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados em 2010, designadamente:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pelo estímulo que nos transmitiram através da confiança depositada nos nossos produtos e pela distinção da sua preferência;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração demonstrada ao par da evolução da nossa actividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela cooperação mantida em todos os momentos;
- A todos os Colaboradores pela dedicação com que se envolveram na concretização dos objectivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos –Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

**Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização**

(Nos termos do artigo 9º alínea a) do Reg. da CMVM 5/2008)

**Conselho de Administração**

ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS: Em 27 de Janeiro de 2010, adquiriu 39.590 acções, ao preço de € 4,10 cada uma, pelo que em 31 de Dezembro de 2010 detinha 125.590 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

HIROYUKI OCHIAI - Não tem acções nem obrigações.

MIGUEL SILVA RAMALHO DA FONSECA - Não tem acções nem obrigações.

DRª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS - Não tem acções nem obrigações. O cônjuge, em 27 de Janeiro de 2010, adquiriu 39.590 acções, ao preço de € 4,10 cada uma, pelo que, em 31 de Dezembro de 2010 detinha 125.590 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

ENGº SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

ENGº MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS - Não tem movimentos, pelo que em 31 de Dezembro de 2010, detinha 1.130 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

DR. RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES - Não tem acções nem obrigações.

SHIGEKI ENAMI - Não tem acções nem obrigações.

Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Presidente do Conselho de Administração, Engº Salvador Acácio Martins Caetano - Vice-Presidente do Conselho de Administração, Engº José Reis da Silva Ramos e Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos - Vogais do Conselho de Administração do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2010 detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Engº José Reis da Silva Ramos - cônjuge da Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano e Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes - Vogais do Conselho de Administração, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, alienou em 25 de Janeiro de 2010, 670.006 acções ao preço de € 4,10 cada uma, e adquiriu: em 30 de Junho de 2010, 3.962 acções ao preço de € 3,20 cada uma; em 21 de Julho de 2010, 200 acções ao preço de € 3,20 cada uma; em 23 de Julho de 2010, 15 acções ao preço de € 3,60 cada uma; em 16 de Agosto de 2010, 22 acções ao preço de € 3,60 cada uma; em 24 de Agosto de 2010, 10 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 25 de Agosto de 2010, 140 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 26 de Agosto de 2010, 150 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 27 de Agosto de 2010, 45 acções ao preço de € 3,40 cada uma; em 1 de Setembro de 2010, 45 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 7 de Setembro de 2010, 50 acções ao preço de € 3,70 cada uma, pelo que, em 31 de Dezembro de 2010 detinha 4.639 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do Engº José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração e Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano - Vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2010 detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

**Conselho Fiscal**

Dr. José Jorge Abreu Fernandes Soares - Não tem acções nem obrigações.

António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada pelo Senhor Dr. António Maia Pimpão - Não tem acções nem obrigações.

Kenichiro Makino - Não tem acções nem obrigações.

Dr. Fernando Sousa Matos Pires - Não tem acções nem obrigações.

**Revisor Oficial de Contas**

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Pereira Alves, ou pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso - Não tem acções nem obrigações.



**Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização  
no Capital Social da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2010**  
(Nos termos do Artigo 14º 6/7 do Reg. da CMVM 5/2008) (artigo 447.º CSC)

	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.09	ACÇÕES ADQUIRIDAS EM 2010	ACÇÕES VENDIDAS EM 2010	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.10
ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Presidente)	86.000	39.590		125.590
HIROYUKI OCHIAI (Vogal)				
MIGUEL SILVA RAMALHO DA FONSECA (Vogal)				
DRª MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal)				
ENGº SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal)				
ENGº MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS ((Vogal)	1.130			1.130
DR RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES (Vogal)				
DR JOSÉ JORGE ABREU FERNANDES SOARES (Presidente Cons. Fiscal)				
KENICHIRO MAKINO (Vogal Cons. Fiscal)				
ANTÓNIO PIMPÃO & MAXIMINO MOTA, SROC, REPRESENTADO POR DR ANTÓNIO MAIA PIMPÃO (Vogal Cons. Fiscal)				
PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados, SROC, S.A., REPRESENTADO PELO SR. DR. JOSÉ PEREIRA ALVES OU PELO SR. DR. HERMINIO ANTÓNIO PAULOS AFONSO (ROC - Efectivo)				

**Informação sobre a Participação de Accionistas Toyota Caetano Portugal, S.A.**  
(Nos termos do Artigo 9º do Reg. da CMVM 5/2008)

Participações superiores a um décimo do Capital

Accionistas	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2009	ACÇÕES ADQUIRIDAS EM 2010	ACÇÕES VENDIDAS EM 2010	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2010
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000			9.450.000

Participações superiores a metade do Capital

Accionistas	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2009	ACÇÕES ADQUIRIDAS EM 2010	ACÇÕES VENDIDAS EM 2010	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2010
Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	21.000.000			21.000.000

Lista de Participações Qualificadas superiores a 2% do Capital Social  
(Artigo 448º CSC)

Accionistas	ACÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
GRUPO SALVADOR CAETANO - SGPS, SA	21.000.000	60,00
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	27,000
SALVADOR FERNANDES CAETANO	1.399.255	3,998
Millennium BCP - Gestão de Fundos de Investimentos, S.A., em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:		
Millennium Acções Portugal	701.163	2,00
Millennium PPA	541.020	1,55
Millennium Poupança PPR	85.296	0,24
Millennium Investimento PPR	48.823	0,14
Millennium Aforro PPR	11.752	0,03

# 03

## CONTAS INDIVIDUAIS



## Indicadores Financeiros Não Consolidados

	euros	
	DEZ'10	DEZ'09
Volume de Negócios	328.425.815	294.821.380
Cash-flow Bruto	18.980.831	18.272.002
Resultado Líquido	10.652.179	11.033.809
Encargos Financeiros Líquidos	2.669.057	2.786.295
Custos com o Pessoal	19.850.120	18.782.724
Investimento Líquido	5.827.094	12.070.239
Fundo de Maneio Bruto	84.340.688	77.511.482
VAB	47.216.057	43.421.334
Unidades Vendidas	18.839	16.564
Volume de Emprego	618	675

## Demonstração da Posição Financeira Individual em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

	euros		
Activo	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos Fixos Tangíveis	5	32.414.642	39.157.605
Propriedades de Investimento	6	14.470.383	11.587.818
Goodwill	7	611.997	611.997
Activos Intangíveis	8	12.300	167.815
Participações Financeiras - MEP	9	53.016.791	51.076.225
Outros Activos Financeiros	10 e 14	39.904	9.869.904
Activos por Impostos Diferidos	11	902.886	1.236.916
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Inventários	12 e 19	48.317.270	51.303.072
Clientes	13 e 19	88.303.488	73.199.949
Adiantamento a Fornecedores		12.162	39.035
Accionistas	14	1.866.882	1.074.749
Outras Contas a Receber	15	30.688	2.200
Outros Activos Financeiros	10	12.133.199	0
Diferimentos	16	485.926	408.355
Caixa e Depósitos Bancários	4	1.996.607	1.984.710
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>254.615.123</b>	<b>241.720.350</b>

	euros		
Capital Próprio e Passivo	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado		35.000.000	35.000.000
Reservas legais		7.498.903	7.498.903
Outras reservas		74.944.552	74.544.546
Resultados transitados		548.253	
Ajustamento em activos financeiros		6.486.824	1.362.587
Excedentes de revalorização		6.195.184	6.195.184
Outras variações no capital próprio		-1.131.341	-1.089.959
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>10.652.179</b>	<b>11.033.809</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	17	<b>140.194.554</b>	<b>134.545.070</b>

Capital Próprio e Passivo	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	19	0	60.090
Financiamentos obtidos	20 e 21	4.124.771	5.626.328
Accionistas	14	3.536.244	0
Passivos por impostos diferidos	11	898.073	885.655
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	22	30.318.608	24.374.663
Adiantamento de clientes		321.801	69.513
Estado e outros entes públicos	11	15.425.296	11.679.262
Accionistas	14	47.426	3.592.232
Financiamentos obtidos	20 e 21	47.202.702	46.401.341
Outras contas a pagar	15	8.076.672	8.391.853
Diferimentos	16	4.294.196	4.981.080
Passivos financeiros detidos para negociação	23	174.782	1.113.264
TOTAL DO PASSIVO		114.420.570	107.175.280
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		254.615.123	241.720.350

### Demonstração Individual dos resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

euros

	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados	26	328.425.815	294.821.380
Subsídios à exploração	18	1.110.939	1.616.398
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	9	3.010.129	5.666.012
Variação nos inventários da produção	12	-1.049.454	-3.167.473
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-267.072.664	-235.895.529
Fornecimentos e serviços externos	28	-39.396.823	-38.490.294
Gastos com o pessoal	29	-19.850.120	-18.782.724
Imparidade de inventários	19	212.028	
Imparidade de dívidas a receber	19	-212.672	
Aumentos/Reduções de justo valor	23	938.483	-331.110
Outros rendimentos e ganhos	31	29.599.346	30.061.080
Outros gastos e perdas	31	-10.117.151	-9.106.255
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.597.855	26.391.485
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 8	-9.843.007	-10.582.111
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.754.848	15.809.374
Juros e rendimentos similares obtidos	32	134.356	240.784
Juros e gastos similares suportados	20 e 32	-2.803.413	-3.027.079
Resultado antes de impostos		13.085.791	13.023.079
Imposto sobre o rendimento do período	11	-2.433.612	-1.989.270
Resultado líquido do período		10.652.179	11.033.809
Resultado por acção básico		0.30	0.32
Resultado por acção diluído		0.30	0.32

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	euros								
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VAR. CAP. PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 1 de Janeiro de 2009	35.000.000	7.498.903	74.217.796	3176.750	1.419.861	6.195.184	-1.691.301		125.817.193
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									
Ajustamentos por Impostos Diferidos				-400.000	-57.274		601.342		144.068
Outras alterações no Capital Próprio				-400.000	-57.274		601.342		144.068
Resultado Líquido do período								11.033.809	11.033.809
Resultado Integral								11.033.809	11.033.809
Aplicação do resultado									
Transferência para Reserva Legal									
Dividendos distribuídos			326.750	-2.450.000					-2.450.000
Transferência para Outras Reservas			326.750	-326.750					0
				-2.776.750					-2.450.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	35.000.000	7.498.903	74.544.546	0	1.362.587	6.195.184	-1.089.959	11.033.809	134.545.070
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Ajustamentos por Impostos Diferidos									0
Outras alterações no Capital Próprio			288.687	541.775	-541.775		-41.382		247.305
			288.687	541.775	-541.775		-41.382		247.305
Resultado Líquido do período								10.652.179	10.652.179
Resultado Integral								10.652.179	10.652.179
Aplicação do resultado									
Transferência para Reserva Legal									0
Dividendos distribuídos			111.319	6.478	5.666.012			-5.250.000	-5.250.000
Transferência para Outras Reservas			111.319	6.478	5.666.012			-5.783.809	0
			74.944.552	5.48.253	6.486.824	6.195.184	-1131.341	10.652.179	-5.250.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	74.944.552	5.48.253	6.486.824	6.195.184	-1131.341	10.652.179	140.194.554

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

EUROS

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2010		2009	
Recebimentos de Clientes	412.682.113		393.117.449	
Pagamentos a Fornecedores	-355.098.030		-310.846.204	
Pagamentos ao Pessoal	-13.310.482		-13.595.713	
Fluxo gerado pelas Operações		44.273.601		68.675.532
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-1.659.352		-802.520
Outros Recebimentos/Pagamentos		-35.840.314		-28.414.425
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		6.773.935		39.458.587

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2010		2009	
Recebimentos provenientes de:				
Activos Fixos Tangíveis	4.261.546		3.137.163	
Subsídios ao Investimento	392.773		2.042.729	
Juros e Rendimentos Similares	711		2.277	
Dividendos	541.775	5.196.805		5.182.169
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	-2.303.199			
Activos Fixos Tangíveis	-1.338.597		-1.809.230	
Activos Fixos Intangíveis	-11.463	-3.653.259	-198.551	-2.007.781
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		1.543.547		3.174.388

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2010		2009	
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos	710.596	710.596	2.459.358	2.459.358
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos			-40.029.229	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-1.430.195		-1.461.871	
Juros e Gastos Similares	-2.346.829		-2.481.804	
Dividendos	-5.239.157	-9.016.181	-2.445.849	-46.418.753
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		-8.305.585		-43.959.395

CAIXA E EQUIVALENTES	2010		2009	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		1.984.710		3.311.130
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		1.996.607		1.984.710
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		11.897		-1.326.420

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

**Notas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2010**

## 1. Nota Introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como actividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respectiva assistência pós-venda.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo ("Grupo Toyota Caetano") que se apresenta da seguinte forma a 31 de Dezembro de 2010:

Empresas	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe")	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. ("Saltano")	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. ("Caetano Components")	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. ("Caetano Renting")	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. ("Caetano Auto")	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A. ("Caetano Retail SGPS")	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. ("Auto Partner")	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. ("Caetano Colisão")	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. ("Movicargo") (1)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Salvador Caetano (UK), Ltd. ("Salvador Caetano UK") (1)	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. ("Cabo Verde Motors")	Praia (Cabo Verde)

(1) Empresas que não tiveram qualquer actividade no período.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correcta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adoptadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor desde 1 de Janeiro de 2010. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009. Sendo o exercício de 2010 o primeiro exercício de aplicação das normas NCRF, encontram-se apresentados na nota 2 os principais ajustamentos de transição.

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correcta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

## 2.Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos

no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) adoptado a partir do início do exercício de 2010.

Para efeitos de comparabilidade, todas as peças das demonstrações financeiras agora apresentadas e referentes a períodos anteriores foram objecto de ajustamentos decorrentes da transição do normativo POC para NCRF, devidamente evidenciados na Nota 2.2.

#### **Primeira Aplicação das “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”**

A Empresa adoptou as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 2010.

As peças das demonstrações financeiras agora apresentadas e referentes a períodos anteriores foram objecto de ajustamentos decorrentes da transição do normativo POC para NCRF.

2.1. Opções técnicas na transição (Primeira aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)  
Activo Intangível, Activo Fixo Tangível e Propriedades de Investimento

A Empresa adoptou o modelo do custo (deemed cost) na mensuração de Activos Intangíveis, Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento conforme previsto na norma de transição NCRF 3.

2.2. Ajustamentos de Transição

2.2.1. Activos Intangíveis (NCRF 6)

Procedeu-se ao desreconhecimento de activos intangíveis que não preenchem os critérios de capitalização previstos na NCRF 6.

2.2.2. Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento (NCRF 7 e NCRF 11)

A NCRF 3 permite considerar o justo valor na mensuração inicial dos activos fixos tangíveis e propriedades de investimento no momento da transição, no seu todo ou em alguns bens. De acordo com a NCRF 3, e opção tomada pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., os activos fixos tangíveis e propriedades de investimento são mensurados ao custo de aquisição, contendo efeitos de reavaliações legais (deemed cost) conforme referido na nota 3 alínea b).

Adicionalmente, procedeu-se ao desreconhecimento de bens não capitalizáveis.

2.2.3. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação (NCRF 15) e Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas (NCRF 13)

Conforme é exigido pelas NCRF 13 e 15, as participações em empresas em que a Toyota Caetano Portugal, S.A. exerça influência significativa ou controlo foram mensuradas de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

2.2.4. Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo (NCRF 22)

Os Subsídios ao Investimento foram reconhecidos directamente em Capital Próprio, conforme exigido pela NCRF 22.

2.2.5. Impostos sobre o Rendimento (NCRF 25)

Procedeu-se ao reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos em consequência das diferenças entre base fiscal e base contabilística de activos e passivos geradas pelos ajustamentos de transição, conforme previsto no artigo 5º do Decreto-Lei 159/2009.

2.2.6. Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

O Swap Taxa de Juro foi classificado como passivo financeiro de negociação sendo mensurado ao Justo Valor



com variações do mesmo a serem reflectidas no Resultado do Período.

#### 2.2.7. Benefícios dos Empregados – Especialização de Gratificações (NCRF 28)

Conforme exigido pela NCRF 28 procedeu-se à especialização das gratificações de balanço.

#### 2.2.8. Gastos Diferidos

Efectuado o desreconhecimento de gastos plurianuais não capitalizáveis.

### 2.3. Resumo dos Impactos em Capitais Próprios

Os impactos da transição em capitais próprios resumem-se da seguinte forma:

	01/JAN/2009	NOTA	31/DEZ/2009	NOTA
Capital Próprio POC	103.235.325		100.385.325	
Ajustamentos em Activos Financeiros - Método de Equivalência Patrimonial	24.273.168	2.2.3.	24.215.894	2.2.3.
Outras Variações no Capital Próprio				
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	-2.607	2.2.1.	-2.607	2.2.1.
Desreconhecimento de Activos Fixos Tangíveis não capitalizáveis	-580.731	2.2.2.	-580.731	2.2.2.
Subsídios do Governo	0		273.989	2.2.4.
Impostos Diferidos	465.854	2.2.5.	393.207	2.2.5.
Reconhecimento de Justo Valor de Swap	-782.154	2.2.6.	-782.154	2.2.6.
Especialização de Gratificações	-400.000	2.2.7.	0	
Desreconhecimento de Encargos Plurianuais	-391.662	2.2.8.	-391.662	2.2.8.
Capital Próprio NCRF (sem Resultado Líquido)	125.817.192		123.511.260	

De referir que os ajustamentos acima mencionados não incluem efeitos no Resultado Líquido do Período de 2009.

### 2.4. Impacto no Balanço à data de 1 de Janeiro de 2009 POC/NCRF

#### 2.4.1. Activo

ACTIVO	1-JAN-09 POC	AJUST.	1-JAN-09 NCRF
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	49.675.711	-13.261.842	36.413.868
Propriedades de Investimento	0	12.652.728	12.652.728
Goodwill	611.997	0	611.997
Activos Intangíveis	332.737	25.776	358.514
Participações Financeiras - MEP	17.486.106	28.882.534	46.368.641
Accionistas	0	0	0
Outros Activos Financeiros	9.869.904	0	9.869.904
Activos por Impostos Diferidos	773.667	465.646	1.239.312
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	80.280.652	0	80.280.652
Clientes	93.610.481	-2.331.050	91.279.431
Adiantamentos a Fornecedores	22.447	0	22.447
Estado e Outros Entes Públicos	806.022	0	806.022
Accionistas	268.822	0	268.822
Outras Contas a Receber	243.822	0	243.822

ACTIVO	1-JAN-09 POC	AJUST.	1-JAN-09 NCRF
Diferimentos	875.677	-391.662	484.015
Outros Activos Financeiros	0	0	0
Meios Financeiros Líquidos	3.311.130	0	3.311.130
TOTAL ACTIVO	258.169.176	26.042.130	284.211.306

#### Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Os ajustamentos de cerca de 13,3 milhões de Euros ocorridos a 01/01/2009 em Activos Fixos Tangíveis referem-se essencialmente a:

- Reclassificações para Propriedades de Investimento (Activos Fixos Tangíveis detidos para efeitos de obtenção de rendas periódicas): cerca de 12,7 milhões de Euros;
- Remanescente refere-se a despesas que não preenchem os critérios para capitalização previstos na NCRF 7.

#### Activos Intangíveis

Procedeu-se ao desreconhecimento de cerca de 3 milhares de Euros de despesas não capitalizáveis ao abrigo da NCRF 6, bem como à classificação de programas de software no valor de 28 milhares de Euros em Activos Intangíveis.

#### Participações Financeiras - MEP

O ajustamento de cerca de 29 milhões de Euros refere-se à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial na mensuração de participações em entidades sobre as quais é exercido controlo ou influência significativa de acordo com o previsto nas normas NCRF 13 e NCRF 15.

#### Activos por Impostos Diferidos

Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos no valor de cerca de 466 milhares de Euros em resultado da geração de diferenças entre as Bases Tributáveis e Contabilísticas de Activos e Passivos em consequência do ajustamento de transição:

- Reconhecimento do Justo Valor de Swap Taxa de Juro: 207 milhares de Euros
- Desreconhecimento de Gastos Diferidos Não Capitalizáveis: 104 milhares de Euros
- Desreconhecimento de Activos Fixos Tangíveis: 154 milhares de Euros

#### Clientes

Ajustamento referente à apresentação de Provisões constituídas para Contas a Receber ao abrigo do Código de Contribuição Industrial em Perdas por Imparidade Acumuladas, líquido da constituição de respectivo Passivo por Imposto Diferido.

#### Diferimentos

Efectuado o desreconhecimento do diferimento de gastos plurianuais em consequência do não preenchimento de critérios de capitalização em SNC.

#### 2.4.2. Passivo

PASSIVO	1-JAN-09 POC	AJUST.	1-JAN-09 NCRF
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	2.596.546	-2.516.726	79.820
Financiamentos Obtidos	0	1.919.861	1.919.861
Passivos por Impostos Diferidos	729.537	185.468	915.005
Outras Contas a Pagar	1.919.861	-1.919.861	0

PASSIVO	1-JAN-09 POC	AJUST.	1-JAN-09 NCRF
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	35.343.391	0	35.343.391
Adiantamentos de Clientes	128.828	0	128.828
Estado e Outros Entes Públicos	12.488.801	0	12.488.801
Accionistas	3.297.677	0	3.297.677
Financiamentos Obtidos	84.949.633	355.064	85.304.697
Outras Contas a Pagar	12.421.829	44.936	12.466.765
Diferimentos	1.057.747	4.609.367	5.667.114
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	0	782.154	782.154
TOTAL DO PASSIVO	154.933.850	3.460.264	158.394.114

#### Provisões

Ajustamento referente à apresentação de Provisões constituídas para Contas a Receber ao abrigo do Código de Contribuição Industrial em Perdas por Imparidade Acumuladas em Saldos de Clientes.

#### Financiamentos Obtidos – Passivo Não Corrente

Ajustamento referente à reclassificação de Leasings para dívida de financiamento.

#### Passivos por Impostos Diferidos

Reconhecimento de Passivos por Impostos Diferidos no valor de cerca de 185 milhares de Euros decorrentes dos ajustamentos de transição.

#### Financiamentos Obtidos – Passivo Corrente

O ajustamento de cerca de 355 milhares de Euros refere-se à reclassificação de Leasings de Outras Contas a Pagar para Financiamentos Obtidos, conforme exigido pelo novo normativo.

#### Outras Contas a Pagar – Passivo Corrente

Varição evidenciada de cerca de 45 milhares de Euros que resulta do efeito líquido da reclassificação de cerca de 355 milhares de Euros de Leasings para Financiamentos Obtidos e Especialização de cerca de 400 milhares de Euros de Gratificações, conforme exigido pela NCRF 28.

#### Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Reconhecimento do Justo Valor do Swap Taxa de Juro classificado como Detido para Negociação a 31 de Dezembro de 2008.

#### Diferimentos

Valor referente ao diferimento de margens intra-grupo relativas a inventários que permanecem em stock do grupo, no âmbito da mensuração de participações em entidades sobre as quais é exercido controlo de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

### 2.4.3. Capital Próprio

CAPITAL PRÓPRIO	1-JAN-09 POC	AJUST.	1-JAN-09 NCRF
Capital Realizado	35.000.000	0	35.000.000
Reservas Legais	7.498.903	0	7.498.903
Outras Reservas	74.217.795	0	74.217.795
Resultados Transitados	3.176.750	0	3.176.750
Ajustamentos em Activos Financeiros	-22.853.307	24.273.168	1.419.861
Excedentes de Revalorização	6.195.184	0	6.195.184

CAPITAL PRÓPRIO	1-JAN-09 POC	AJUST.	1-JAN-09 NCRF
Outras Variações no Capital Próprio	0	-1.691.301	-1.691.301
Resultado Líquido do Período	0	0	0
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	103.235.325	22.581.866	125.817.192

O detalhe dos ajustamentos em Capital Próprio encontra-se apresentado na nota 2.3.

## 2.5. Impacto no Balanço e Demonstração dos Resultados à data de 31 de Dezembro de 2009 POC/NCRF

### 2.5.1. Activo

ACTIVO	31-DEZ-09 POC	AJUST.	31-DEZ-09 NCRF
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos Fixos Tangíveis	51.267.148	-12.109.543	39.157.605
Propriedades de Investimento	0	11.587.818	11.587.818
Goodwill	611.997	0	611.997
Activos Intangíveis	142.307	25.508	167.815
Participações Financeiras - MEP	17.486.106	33.590.119	51.076.225
Accionistas	0	0	0
Outros Activos Financeiros	9.869.904	0	9.869.904
Activos por Impostos Diferidos	773.667	463.250	1.236.916
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Inventários	51.303.072	0	51.303.072
Clientes	75.530.998	-2.331.050	73.199.948
Adiantamentos a Fornecedores	39.035	0	39.035
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0
Accionistas	1.074.749	0	1.074.749
Outras Contas a Receber	2.200	0	2.200
Diferimentos	546.986	-138.632	408.355
Outros Activos Financeiros	0	0	0
Meios Financeiros Líquidos	1.984.709	0	1.984.709
TOTAL ACTIVO	210.632.879	31.087.471	241.720.350

#### Activos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Os ajustamentos de cerca de 12.1 milhões de Euros ocorridos a 31/12/2009 em Activos Fixos Tangíveis referem-se essencialmente a:

- Reclassificações para Propriedades de Investimento (Activos Fixos Tangíveis detidos para efeitos de obtenção de rendas periódicas): cerca de 11.6 milhões de Euros;
- Remanescente refere-se a despesas que não preenchem os critérios para capitalização previstos na NCRF 7.

#### Activos Intangíveis

Ajustamento referente à reclassificação de software para Activos Intangíveis.

#### Participações Financeiras - MEP

O Ajustamento de cerca de 33.6 milhões de Euros refere-se à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial na mensuração de participações em entidades sobre as quais é exercido controlo ou influência significativa de acordo com o previsto nas normas NCRF 13 e NCRF 15.

**Activos por Impostos Diferidos**

Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos no valor de cerca de 463 milhares de Euros em resultado da geração de diferenças entre as Bases Tributáveis e Contabilísticas de Activos e Passivos em consequência do ajustamento de transição:

- Reconhecimento do Justo Valor de Swap Taxa de Juro: 295 milhares de Euros;
- Desreconhecimento de Gastos Diferidos Não Capitalizáveis: 37 milhares de Euros;
- Desreconhecimento de Activos Fixos Tangíveis: 131 milhares de Euros.

**Clientes**

Ajustamento de 2.3 milhões de Euros referente à apresentação de Provisões constituídas para Contas a Receber ao abrigo do Código de Contribuição Industrial em Perdas por Imparidade Acumuladas.

**Diferimentos**

Efectuado o desreconhecimento do diferimento de gastos plurianuais em consequência do não preenchimento de critérios de capitalização em SNC.

**2.5.2. Passivo**

PASSIVO	31-DEZ-09 POC	AJUST.	31-DEZ-09 NCRF
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	2.576.816	-2.516.726	60.090
Financiamentos Obtidos	2.119.358	3.506.970	5.626.328
Passivos por Impostos Diferidos	627.371	258.283	885.655
Outras Contas a Pagar	3.506.970	-3.506.970	0
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	24.374.663	0	24.374.663
Adiantamentos de Clientes	69.514	0	69.514
Estado e Outros Entes Públicos	11.679.262	0	11.679.262
Accionistas	3.592.232	0	3.592.232
Financiamentos Obtidos	44.970.000	1.431.342	46.401.342
Outras Contas a Pagar	9.472.951	-1.081.099	8.391.852
Diferimentos	1.814.598	3.166.482	4.981.080
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	0	1.113.265	1.113.265
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>104.803.735</b>	<b>2.371.546</b>	<b>107.175.281</b>

**Provisões**

Ajustamento de 2.5 milhões de Euros essencialmente referente à apresentação de Provisões constituídas para Contas a Receber ao abrigo do Código de Contribuição Industrial em Perdas por Imparidade Acumuladas.

**Financiamentos Obtidos**

O Ajustamento de cerca de 3.5 milhões de Euros em Passivo Não Corrente refere-se à reclassificação de Leasings de Outras Contas a Pagar para Financiamentos Obtidos, conforme exigido pelo novo normativo.

A variação de cerca de 1.4 milhões de Euros em Passivo Corrente tem o mesmo motivo.

**Passivos por Impostos Diferidos**

Reconhecimento de Passivos por Impostos Diferidos no valor de cerca de 258 milhares de Euros decorrentes dos ajustamentos de transição:

- Reclassificação Provisões: 186 milhares de Euros;
- Remanescente refere-se à Contabilização de Subsídios do Governo: 73 milhares de Euros.

**Outras Contas a Pagar**

Variação evidenciada no Passivo Não Corrente refere-se à reclassificação de Leasings para Financiamentos Obtidos.

Por outro lado, o ajustamento evidenciado no Passivo Corrente refere-se a:

- Especialização de Gratificação: 83 milhares de Euros;
- Reclassificação de Leasings para Financiamentos Obtidos: -1.4 milhões de Euros;
- Reclassificação de Outras Contas a Pagar: 268 milhares de Euros

**Diferimentos**

Ajustamento referente a:

- Contabilização de Subsídios do Governo em Capital conforme previsto na NCRF 22 (-542 milhares de Euros);
- Diferimento de margens intra-grupo relativas a inventários que permanecem em stock do grupo, no âmbito da mensuração de participações em entidades sobre as quais é exercido controlo de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial (3.7 milhões de Euros).

**Passivos Financeiros Detidos para Negociação**

Reconhecimento do Justo Valor do Swap Taxa de Juro classificado como Detido para Negociação a 31 de Dezembro de 2009.

**2.5.3. Capital Próprio**

CAPITAL PRÓPRIO	31-DEZ-09 POC	AJUST.	31-DEZ-09 NCRF
Capital Realizado	35.000.000	0	35.000.000
Reservas Legais	7.498.903	0	7.498.903
Outras Reservas	74.544.545	0	74.544.545
Resultados Transitados	0	0	0
Ajustamentos em Activos Financeiros	-22.853.307	24.215.894	1.362.587
Excedentes de Revalorização	6.195.184	0	6.195.184
Outras Variações no Capital Próprio	0	-1.089.959	-1.089.959
Resultado Líquido do Período	5.443.819	5.589.990	11.033.809
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>105.829.144</b>	<b>28.715.925</b>	<b>134.545.069</b>

O detalhe dos ajustamentos em Capital Próprio encontra-se apresentado em 2.3.

**2.5.4 Demonstração dos Resultados**

RENDIMENTOS E GASTOS	31-DEZ-09 POC	AJUST.	31-DEZ-09 NCRF
Vendas e Serviços Prestados	294.821.380	0	294.821.380
Subsídios à Exploração	1.616.398	0	1.616.398
Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias	0	5.666.012	5.666.012
Variação nos Inventários da Produção	-3167.473	0	-3167.473
Custo da Mercadoria Vendida e Matérias Consumidas	-235.895.529	0	-235.895.529
Fornecimentos e Serviços Externos	-38.739.911	249.617	-38.490.294
Gastos com Pessoal	-18.700.224	-82.500	-18.782.724
Ganhos/Perdas por Aumento/Redução de Justo Valor	0	-331.110	-331.110
Outros Rendimentos e Ganhos	30.061.080	0	30.061.080
Outros Gastos e Perdas	-9106.255	0	-9106.255

RENDIMENTOS E GASTOS	31-DEZ-09 POC	AJUST.	31-DEZ-09 NCRF
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20.889.466	5.502.019	26.391.485
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-10.672.647	90.536	-10.582.111
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	10.216.819	5.592.555	15.809.374
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	240.784	0	240.784
Juros e Gastos Similares Suportados	-3.027.079	0	-3.027.079
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	7.430.524	5.592.555	13.023.079
Impostos sobre o Rendimento	-1.986.706	-2.564	-1.989.270
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	5.443.819	5.589.990	11.033.809
RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO	0,16		0,32

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### a) Activo intangível

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem a 31 de Dezembro de 2010 exclusivamente Programas de Software Informático (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

#### b) Activo fixo tangível e Propriedades de investimento

Os activos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de amortizações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:

Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro  
 Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho  
 Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro  
 Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio  
 Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril  
 Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro  
 Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro  
 Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), pelo que 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de activos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não amortizados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

#### c) Locação financeira

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do activo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

#### d) Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo e associadas encontram-se registados ao Método de Equivalência Patrimonial.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução directa ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

#### e) Instrumentos Financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

##### Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

Inclui todos os activos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos activos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Activos Financeiros - Nota 10);
- Empréstimos concedidos à Saltano, SGPS. S.A. (Outros Activos Financeiros - Nota 10);
- Clientes e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34)



Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados

Um activo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura – Nota 24.

#### f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

#### g) Subsídios e apoios do Governo

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de activos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos subsidiados (Nota 18).

Os subsídios à exploração são registados como Outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

#### h) Benefícios dos Empregados

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

#### i) Impostos sobre o rendimento

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros

fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

#### **j) Especialização de exercícios**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a Receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Nota 15 e 16).

#### **l) Indemnizações ao pessoal**

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 1.406.000 Euros (aproximadamente 913.000 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

#### **m) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

#### **n) Activos e Passivos Contingentes**

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

#### **o) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são

incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

**p) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como ganho ou perda na Demonstração dos resultados do exercício.

**q) Rédito**

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos activos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

**r) Informação por segmentos**

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à empresa.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 27.

**s) Juízos de Valor, Julgamentos e Estimativas e Pressupostos relativos ao futuro**

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do activo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao goodwill;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

**t) Eventos subsequentes e Principais fontes de incerteza das estimativas**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que

proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte.

#### 4. Fluxos de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Rubricas	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009
Numerário	101.250	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	1.894.907	1.846.812
Equivalentes a Caixa	450	36.648
Caixa e Depósitos Bancários	1.996.607	1.984.710

#### 5. Activos Fixos Tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ACTIVO BRUTO								
Saldo inicial 31/12/2009	6.512.319	29.455.359	48.873.545	32.198.282	5.847.361	2.771.712	903.473	126.562.051
Aumentos			368.642	8.477.344	82.467	37.326		8.965.779
Alienações			-41.141	-6.685.760				-6.726.901
Transferências e abates	-3.146.965	1.842.379	-2.500	2.500				-1.304.586
Saldo final 31/12/2010	3.365.354	31.297.738	49.198.546	33.992.366	5.929.828	2.809.038	903.473	127.496.343
AMORTIZAÇÕES								
Saldo inicial 31/12/2009		23.568.903	42.427.369	13.297.440	5.616.114	2.494.620		87.404.446
Aumentos		1.158.403	1.583.790	6.082.013	112.342	85.280		9.021.828
Alienações			-41.012	-3.274.160				-3.315.172
Transferências e abates		1.970.599	-500	500				1.970.599
Saldo final 31/12/2010		26.697.905	43.969.647	16.105.793	5.728.456	2.579.900		95.081.701
Valor Líquido	3.365.354	4.599.833	5.228.899	17.886.573	201.372	229.138	903.473	32.414.642

2009	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO E FERRAMENTAS	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ACTIVO BRUTO								
Saldo inicial 01/01/2009	6.512.319	29.745.939	48.337.862	23.397.163	5.818.244	2.739.615	980.990	117.532.132
Aumentos			589.446	13.904.510	36.658	32.097		14.562.711
Alienações			-53.763	-5.089.564	-7.386			-5.150.713
Transferências e abates		-290.580		-13.827	-155		-77.517	-382.079
Saldo final 31/12/2009	6.512.319	29.455.359	48.873.545	32.198.282	5.847.361	2.771.712	903.473	126.562.051
AMORTIZAÇÕES								
Saldo inicial 01/01/2009		22.655.717	40.762.992	9.796.414	5.494.925	2.406.432		81.116.480
Aumentos		1.203.766	1.718.140	6.109.013	128.730	88.188		9.247.837
Alienações			-53.763	-2.601.074	-7.386			-2.662.223
Transferências e abates		-290.580		-6.913	-155			-297.648
Saldo final 31/12/2009		23.568.903	42.427.369	13.297.440	5.616.114	2.494.620		87.404.446
Valor Líquido	6.512.319	5.886.456	6.446.176	18.900.842	231.247	277.092	903.473	39.157.605

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.731.329 Euros.

#### 6. Propriedades de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Propriedades de Investimento" corresponde a activos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de Investimento encontram-se registados na rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" e ascenderam a 2.980.157 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (3.174.990 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
ACTIVO BRUTO			
Saldo inicial 31/12/2009	5.722.165	32.457.181	38.179.346
Aumentos		406.850	406.850
Alienações			0
Transferências e abates	3.146.965	-1.842.378	1.304.587
Saldo final 31/12/2010	8.869.130	31.021.653	39.890.783
AMORTIZAÇÕES			
Saldo inicial 31/12/2009		26.591.528	26.591.528
Aumentos		799.471	799.471
Alienações			0
Transferências e abates		-1.970.599	-1.970.599
Saldo final 31/12/2010		25.420.400	25.420.400
Valor Líquido	8.869.130	5.601.253	14.470.383

2009	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
ACTIVO BRUTO			
Saldo inicial 01/01/2009	5.722.165	32.457.181	38.179.346
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2009	5.722.165	32.457.181	38.179.346
AMORTIZAÇÕES			
Saldo inicial 01/01/2009		25.526.618	25.526.618
Aumentos		1.064.910	1.064.910
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2009		26.591.528	26.591.528
Valor Líquido	5.722.165	5.865.653	11.587.818

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.674.306 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de Dezembro de 2010, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 60 milhões de Euros.

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica "Propriedades de Investimento" em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	LOCAL	DEZ-10		DEZ-09	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31/12/2010	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO A 31/12/2008
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.107.830	10.750.000	1.363.508	11.000.000
Instalações Fabris	Carregado	6.382.543	24.100.000	3.028.215	23.100.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.559.960	4.800.000	1.337.773	5.440.000
Instalações Comerciais	Lisboa	1.346.926	1.310.000	1.376.315	1.600.000
Instalações Comerciais	Vários locais	4.073.124	19.270.000	4.482.007	31.158.000
		14.470.383	60.230.000	11.587.818	72.298.000

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2010 foi determinado por avaliação imobiliária efectuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) com referência a 2010.

## 7. Goodwill

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica Goodwill.

A rubrica Goodwill diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo, cuja actividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O Goodwill não é amortizado, sendo efectuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da

Toyota Caetano Portugal. S.A. e taxas de desconto que reflectem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de Dezembro de 2010, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

Movicargo - Divisão de Equipamentos Industriais BT	
Goodwill	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) <sup>(1)</sup>	0%
Taxa de desconto utilizada <sup>(2)</sup>	9,93%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan

2 Taxa de desconto aplicada aos cash flows projectados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2010, o valor contabilístico dos activos líquidos, incluindo o goodwill, não excede o seu valor recuperável.

As projecções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

## 8. Activos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações, foram os seguintes:

2010	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
<b>ACTIVO BRUTO</b>			
Saldo inicial 31/12/2009	2.978.595	983.622	3.962.217
Aumentos		8.500	8.500
Alienações			0
Transferências e abates	-2.978.595		-2.978.595
Saldo final 31/12/2010	0	992.122	992.122
<b>AMORTIZAÇÕES</b>			
Saldo inicial 31/12/2009	2.836.288	958.114	3.794.402
Aumentos		21.708	21.708
Alienações			0
Transferências e abates	-2.836.288		-2.836.288
Saldo final 31/12/2010	0	979.822	979.822
Valor Líquido	0	12.300	12.300

2009	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	TOTAL
ACTIVO BRUTO			
Saldo inicial 01/01/2009	2.923.147	958.622	3.881.769
Aumentos	55.448	25.000	80.448
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2009	2.978.595	983.622	3.962.217
AMORTIZAÇÕES			
Saldo inicial 01/01/2009	2.593.017	930.239	3.523.256
Aumentos	243.271	27.875	271.146
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2009	2.836.288	958.114	3.794.402
Valor Líquido	142.307	25.508	167.815

### 9. Participações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, as participações financeiras são como se segue:

	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO	MEP ADJUSTMENTS	TOTAL
1 DE JANEIRO DE 2009	3.369.958	817.687	19.202.025	4.220.747	21.931.426	-3.173.202	46.368.641
Aquisições							0
Ganhos / Perdas	153.229	-420.106	892.294	342.689	1.577.763	3120.143	5.666.012
Outros Movimentos no Capital						-57.274	-57.274
Alienações							0
Outros (Margens Passivo)						-901.154	-901.154
Dividendos Recebidos							0
31 DEZEMBRO 2009	3.523.187	397.581	20.094.319	4.563.436	23.509.189	-1.011.486	51.076.225
Aquisições							0
Ganhos / Perdas	22.679	-1.344	492.688	207.614	1.299.689	988.804	3.010.130
Outros Movimentos no Capital							0
Alienações							0
Outros						-527.789	-527.789
Dividendos Recebidos			-541.775				-541.775
31 DEZEMBRO 2010	3.545.866	396.237	20.045.232	4.771.050	24.808.878	-550.472	53.016.791

Durante o período, a única alteração ocorrida ao nível de percentagem indirecta de participação refere-se à aquisição de cerca de 5,21% de participação na Caetano Auto, pela Saltano, SGPS. SA a um accionista minoritário. Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	SCUK		MOVICARGO		CAETANO AUTO		CVM		SALTANO	
	31.DEZ.09	31.DEZ.10	31.DEZ.09	31.DEZ.10	31.DEZ.09	31.DEZ.10	31.DEZ.09	31.DEZ.10	31.DEZ.09	31.DEZ.10
Capital Próprio	3.530.179	3.552.898	405.434	404.090	43.712.397	42.990.284	5.950.278	6.158.069	23.865.372	24.547.666
Resultado Líquido	41.813	22.719	-67.079	-1.344	966.863	488.589	607.277	289.868	1.900.321	621.855
% Directa	99,82%	99,82%	100%	100%	46,30%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indirecta	99,82%	99,82%	100%	100%	93,18%	98,39%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%



Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31/12/2009 e 31/12/2010:

	31-12-2010				
	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO
Activo	3.571.692	405.326	119.476.580	6.700.761	36.760.446
Corrente	27.612	65.326	64.028.038	5.561.737	7.699.842
Não Corrente	3.544.080	340.000	55.448.542	1.139.024	29.060.605
Passivo	18.794	1.235	76.486.296	542.690	12.212.780
Corrente	18.794	1.235	69.677.103	542.690	79.581
Não Corrente	0	0	6.809.193	0	12.133.199
Capital Próprio	3.552.898	404.091	42.990.284	6.158.071	24.547.666
Rendimentos	42.129	4.894	243.951.063	11.875.358	867.241
Gastos	-19.410	-6.238	-243.462.474	-11.585.490	-245.386
Resultado Líquido	22.719	-1.344	488.589	289.868	621.855

	31-12-2009				
	SCUK	MOVICARGO	CAETANO AUTO	CVM	SALTANO
Activo	3.548.940	407.290	113.295.838	6.367.043	33.585.523
Corrente	3.548.940	67.290	61.612.791	5.122.586	1.307.794
Não Corrente	0	340.000	51.683.047	1.244.458	32.277.729
Passivo	18.761	1.856	69.583.441	416.765	9.834.269
Corrente	18.761	1.856	59.266.240	416.765	4.269
Não Corrente	0	0	10.317.201	0	9.830.000
Capital Próprio	3.530.179	405.434	43.712.397	5.950.278	23.751.254
Rendimentos	62.854	55.537	249.528.383	14.572.283	1.811.045
Gastos	-21.041	-122.616	-248.561.520	13.965.007	-24.842
Resultado Líquido	41.813	-67.079	966.863	607.277	1.786.203

#### 10. Outros Activos Financeiros

##### Activos Não Correntes

Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas \_\_\_\_\_ 39.904

##### Activos Correntes

Empréstimos concedidos a Saltano. SGPS. SA (Nota 14) \_\_\_\_\_ 12.133.199

Ambos os activos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

#### 11. Imposto sobre o Rendimento

Em Março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de Janeiro de 2007.

Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal. S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano, Caetano Components e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de Dezembro de 2010, pode ser resumido como se segue:

	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			REFLECTIDO EM CAPITAL PRÓPRIO
	IMPOSTO DIFERIDO ACTIVO	IMP. DIFERIDO PASSIVO	REFLECTIDO EM RESULTADOS	
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	717.083		56.584	
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efectuadas		(89.209)	(17.342)	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de immobilizações		(426.003)	(58.146)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(30.559)	(6.112)	
Reserva Cativa		(104.085)		
Ajustamentos de transição				
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais		(190.530)	4.854	
Subsidio ao Investimento		(57.687)		(14.920)
Valorização de instrumentos derivados	46.317		248.698	
Bens não capitalizáveis	105.198		26.299	
Anulação custos diferidos	29.390		7.347	
Bens intangíveis	4.898		(4.898)	
<b>Total</b>	<b>902.886</b>	<b>(898.073)</b>	<b>257.284</b>	<b>(14.920)</b>

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de activo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de Dezembro de 2010	2.176.328
Impostos diferidos líquidos do período	257.284
	-----
	2.433.612

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2010, é como se segue:

Rubricas	VALOR
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas 2010 (imposto estimado)	2.176.328
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas 2010 (retenções na fonte suportadas)	
Pagamento especial por conta e pagamento por conta	-2.154.577
Sub-Total	21.751
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (RETGS)	950.014
Imposto s/ Veículos	3.836.667
Direitos Aduaneiros	727.142
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	9.302.926
Outras Contribuições e Impostos	586.796
<b>Total</b>	<b>15.425.296</b>

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2010, não inclui dívidas em situação de mora.

Apresenta-se em seguida a reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010:

	DEZ-10	DEZ-09
Resultado antes de impostos	13.085.791	13.023.079
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26.5 %)	3.465.985	3.449.366
MEP	-3.010.129	-5.666.012
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-1.548.720	0
Correcções relativas a instrumentos financeiros derivados (artº 49)	-938.483	0
Mais-valias contabilísticas	-844.690	-1.013.729
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (artº 51)	-541.775	0
Outros	-506.867	-398.915
Rendimentos não sujeitos a imposto	-7.390.665	-7.078.656
Anulação dos efeitos do método de equivalência patrimonial (artº 18. nº 8)	541.775	0
Depreciações e amortizações (artº 34. nº 1), perdas por imparidade de activos depreciáveis ou amortizáveis, (artº 35. nº 4) e desvalorizações excepcionais (artº 38), não aceites como gastos	414.617	619.773
Outros	246.117	538.497
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	1.202.509	1.158.270
Variações patrimoniais - Regime transitório	71.258	0
Imposto diferido do exercício	257.284	-102.166
Derrama Estadual	124.409	0
Tributação autónoma	206.912	210.972
Gastos de imposto sobre o rendimento	2.433.612	1.989.270

## 12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009
Mercadorias	31.525.802	33.933.811
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	8.041.704	7.782.071
Produtos Acabados e Intermédios	3.817.227	3.820.977
Produtos e trabalhos em curso	6.020.509	7.066.213
Perdas por imparidade - Mercadorias (Nota 19)	-1.087.972	-1.300.000
	48.317.270	51.303.072

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

Rubricas	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	33.933.811	7.782.071	41.715.882
Compras	226.415.999	38.508.289	264.924.288
Existências finais	31.525.802	8.041.704	39.567.506
	228.824.008	38.248.656	267.072.664

A demonstração da variação da produção ocorrida no período findo a 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

Rubricas	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências finais	3.817.227	6.020.509	9.837.736
Existências iniciais	3.820.977	7.066.213	10.887.190
	-3.750	-1.045.704	-1.049.454

## 13. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rubricas	31/DEZ/2010	31/DEZ/2009
Clientes, C/C	90.010.149	74.653.578
Clientes de Cobrança Duvidosa	5.502.982	5.502.982
Perdas em Imparidade Acumuladas (Nota 19)	7.209.643	6.956.611
	88.303.488	73.199.949

## 14. Empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA, que em 31 de Dezembro de 2010 se encontram reflectidas nas rubricas do balanço "Clientes, c/c", "Fornecedores, c/c", "Accionistas", e "Outros Activos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

Contas a Receber	54.973.551
Contas a Pagar	-1.710.831
Accionistas (Nota 11)	
Empresas do Grupo inseridas no "RETGS"	
Saltano, S.A.	76.536
Caetano Components, S.A.	-275.102
Caetano Renting, S.A.	-385.848
Caetano Auto, S.A.	2.451.296
	1.866.882
Empréstimos Obtidos	
Salvador Caetano UK, Ltd	-3.196.244
Movicargo, Lda	-340.000
	-3.536.244

## Outros Activos Financeiros (Nota 10)

Empréstimos Concedidos	
Saltano, S.A.	12.133.199

## Clientes e Fornecedores (Notas 13 e 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal:

Empresas do Grupo	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	PROVEITOS
SALVADOR CAETANO (UK), LTD		347.836						77.371	
CAETANO COMPONENTS, S.A.	102.291	72.488	2.157	675.317			108.430	1.521	76.156
CABO VERDE MOTORS, SARL	266.533	207	8.397.043				621		71.278
CAETANO RENTING, S.A.	5.887.950	63.301	16.019.763	5.806.258	189.623		155.023	36.322	447.769
CAETANO AUTO, S.A.	46.235.310	1.175.500	154.499.790	446.723			7.194.109	10.307.647	5.977.022
AUTO PARTNER - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	2.457.544	32.367	8.242.628	2.217			274.532	447.128	290.500
CAETANO COLISÃO (NORTE), SA	23.920	14.245		6.106			19.553	625	51.822
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, S.A.	3	4.887						4.887	2

## 15. Outras contas a pagar e a receber

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar é o seguinte:

Outras Contas a Pagar	DEZ-10
Juros a liquidar	121.619
Campanhas de promoção de vendas	1.342.925
Encargos com férias e subsídios de férias	2.155.866
Especialização de Custos afectos a viaturas vendidas	1.773.970
FSE	344.937
Garantias	266.577
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	710.473
Pessoal	688.753
Publicidade	346.435
Royalties	135.723
Seguros	189.394
Total	8.076.672

A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 31 milhares de euros referentes a acréscimos de rendimentos.

## 16. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe destas rubricas era como se segue:

Gastos a reconhecer	
Seguros	204.984
Juros de Papel Comercial	146.186
Outros	134.756
Total	485.926
Rendimentos a reconhecer	
Juros debitados a clientes	80.148
Recuperação sinalética	980.256
Diferimento margem intra-grupo	3.180.424
Outros	53.368
Total	4.294.196

## 17. Capital Próprio

## Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A. \_\_\_\_\_ 60%
- Toyota Motor Europe NV/SA \_\_\_\_\_ 27%

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), SA se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Gaia.

**Dividendos**

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 23 de Abril de 2010, foi pago um dividendo de 0,15 Euros por acção (dividendo total de 5.250.000 Euros). Em 30 de Abril de 2009, o dividendo pago foi de 0,07 Euros por acção (dividendo total de 2.450.000 Euros).

Em relação a 2010, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo de 0,18 Euros por acção. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral e não foi incluído como passivo nas demonstrações financeiras. O dividendo proposto totaliza 6.300.000 Euros.

**Reserva legal**

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital social da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

**Outras Reservas**

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (74.655.864 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de imposto diferido (288.688 Euros).

**Excedentes de Revalorização**

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação forem alienados.

**Ajustamentos em Activos Financeiros**

Ajustamentos de transição resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

**Outras Variações no Capital Próprio**

Inclui restantes ajustamentos de transição (ver Nota 2).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período, incluem:

- Reservas Livres no valor de 74.655.864 Euros;
- Resultados Transitados no valor de 548.253 Euros.

**Proposta de Aplicação de Resultados 2010**

Em conformidade com o disposto na alínea b), nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, a administração propõe a seguinte aplicação dos resultados apurados no exercício, no valor de 10.652.178,78 Euros:

- Para cobertura das perdas apuradas e registadas como redução dos capitais próprios, aquando da transição para o novo Normativo Contabilístico: 1.291.340,73 Euros;
- Para a conta de Lucros não atribuídos pelos Ganhos reconhecidos e não realizados em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: 3.010.129,21 Euros;
- Para dividendos a atribuir ao capital: 6.300.000,00 Euros;
- Para reforço de Reservas Livres: 50.708,84 Euros.

**18. Subsídios do Governo e Apoios do Governo**

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é como se segue (Nota 3 g):

PROGRAMA	SUBSÍDIOS RECEBIDOS EM PERÍODOS ANTERIORES	SUBSÍDIO RECEBIDO NO PERÍODO	TRANSFERÊNCIA RELATIVA À ACTIVIDADE TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	RECONHECIDO NO PERÍODO	DIFERIDO PARA PERÍODOS FUTUROS
POE1.2 – SIME A candidatura 00/07099	513.708		267.742	49.296	196.670
SIME IDT - OPTIMO SEVEN	28.023			7.006	21.017
FEDER		392.773			392.773
Sub-total Incentivo ao investimento	541.731	392.773	267.742	56.302	610.460
Programa de Qualificação e Emprego para o sector Automóvel (PASA)	59.935	47.355		107.291	
Programa Operacional de Potencial Humano (POPH)		1.003.649		1.003.649	
Sub-total Incentivo à exploração	59.935	1.051.004		1.110.940	

### 19. Provisões e Perdas por Imparidade Acumuladas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

Rubricas 31/Dez/2010	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	UTILIZAÇÕES E REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Cobrança Duvidosa	6.956.612	212.672	60.090	-19.731	7.209.643
Depreciação Existências	1.300.000			-212.028	1.087.972
Para outros riscos e encargos	60.090		-60.090		
	8.316.702	212.672	0	-231.759	8.297.615

Rubricas 31/Dez/2009	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	UTILIZAÇÕES E REVERSÕES	SALDOS FINAIS
Cobrança Duvidosa	6.956.612				6.956.612
Depreciação Existências	1.300.000				1.300.000
Para outros riscos e encargos	60.090				60.090
	8.316.702	0	0	0	8.316.702

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2010 no quadro supra, resultam de avaliação interna efectuada à quantia recuperável de contas a receber e stocks.

### 20. Financiamentos Obtidos e Gastos Suportados

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

Papel Comercial	45.700.000
Loações Financeiras	1.292.090
Outros Empréstimos Obtidos	210.612
<b>Passivo Corrente</b>	<b>47.202.702</b>
Loações Financeiras	2.216.025
Outros Empréstimos Obtidos	1.908.746
<b>Passivo Não Corrente</b>	<b>4.124.771</b>

Os empréstimos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efectiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respectiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Empréstimos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um “spread” que varia entre 95 e 350 pontos percentuais.

A linha de Outros Empréstimos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009, com o seguinte plano de reembolso:

2011	210.612
2012	545.356
2013 e seguintes	1.363.390
	<u>2.119.358</u>

O detalhe dos custos suportados com o financiamento obtido a 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

	VALOR
Papel Comercial	863.964
Empréstimos Bancários	44.099
Locações Financeiras	49.903
Instrumentos Financeiros	968.814
	<u>1.926.780</u>

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

#### 21. Locações

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 3.508.115 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de Dezembro de 2010:

Contrato	BEM LOCADO	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2011	2012	2013	> 2013		
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	1.292.091	981.029	798.736	431.825	4.435	2.216.024	3.508.115
	Juros	42.508	25.612	12.689	3.235	9	41.545	84.053

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos activos locados.

Relativamente a Locações Operacionais, enunciam-se em seguida os montantes de pagamentos mínimos relativos a contratos em aberto a 31 de Dezembro de 2010 (referem-se essencialmente a aluguer de equipamento informático):

Pagamentos mínimos de locação operacional:	DEZ-10	DEZ-09
Não mais de um ano	247.067	247.667
Mais de um ano e não mais de cinco	248.235	346.867
	<u>495.302</u>	<u>594.534</u>

#### 22. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

#### 23. Passivos Financeiros Detidos para Negociação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano existentes em 31 de Dezembro de 2010



respeitam a swaps de taxa de juro (cash flow hedges) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos, que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding.

O justo valor de swaps de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2010 era negativo em 174.782 Euros (em 31 de Dezembro de 2009 era negativo em 1.113.265 Euros) e compreende uma exposição total de 20 Milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de Dezembro de 2010.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash-flows estimados resultantes dos mesmos. É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efectuadas pela entidade bancária com quem os instrumentos foram contratados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data da demonstração da posição financeira dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

#### 24. Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2010, 31 de Dezembro de 2009 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	DEZ-10	DEZ-09
Por Fianças Prestadas	12.078.088	13.401.248
Outras Garantias Financeiras	2.013.588	1.959.823
Total	14.091.676	15.361.071

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 relativos a “Fianças Prestadas”, os montantes de 8.080.910 Euros e 8.500.000, respectivamente, referem-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

#### 25. Benefícios dos Empregados

##### Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995, em 23 de Dezembro de 2002 e em 30 de Março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias de marches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de Dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi por esta Empresa recepcionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um "capital inicial" individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, a Toyota Caetano tem vindo a contribuir para o Fundo de Benefício Definido (contribuições registadas nas demonstrações financeiras na rubrica "Gastos com o pessoal"), tendo esta contribuição ascendido a 994 milhares euros em 2010 (15 milhares de Euros 31 de Dezembro de 2009), permitindo que a situação patrimonial do referido Fundo atingisse, em 31 de Dezembro de 2010, aproximadamente, 16,8 milhões de euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes à Toyota Caetano ascendem, em 31 de Dezembro de 2010, a aproximadamente, 17,1 milhões de euros. Assim, as responsabilidades do Fundo, em 31 de Dezembro de 2010, não se encontram totalmente cobertas pela situação patrimonial do Fundo, sendo expectativa da administração que esta situação se reverta durante o período de 2011, através da valorização dos activos que compõem o Fundo.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo "Projected Unit Credit", as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2010 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 de Janeiro de 2010	17.083.469
Custo dos Serviços Correntes	121.508
Custo dos Juros	824.860
Ganhos e perdas actuariais	308.373
Pagamentos de Pensões	(1.172.532)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	17.165.678

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2010, foi como se segue:

Rubrica	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDO	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2009	16.874.482	2.673.657	19.548.139
Contribuições	994.039	193.079	1.187.118
Retorno real dos activos do plano	75.920	-33.663	42.257
Pagamentos de Pensões	-1.172.532	0	-1.172.532
Transferências entre Associados	14.903	-23.927	-9.024
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010	16.786.811	2.809.147	19.595.958

A 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da carteira de activos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2010
Acções	11%	1.846.549
Obrigações	43%	7.218.329
Imobiliário	36%	6.043.252
Liquidez	7%	1.175.077
Outros Activos	3%	503.604
Total	100%	16.786.811

De referir que a 31 de Dezembro, o fundo de Pensões detinha cerca de 182.329 acções da Toyota Caetano Portugal, S.A. cuja valorização na carteira do fundo ascendia a 454.000 Euros.

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afecto pode ser resumido como se segue:

	2010	2009
Valor da responsabilidade	17.165.678	17.083.470
Valor do fundo	16.786.811	16.874.482

## 26. Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2009 e 2010 foi como se segue:

	2010	2009	VAR (%)	2010	2009	VAR (%)	2010	2009	VAR (%)
	MERCADO INTERNO			MERCADO EXTERNO			TOTAL		
Viaturas Ligeiras	242.353.133	211.131.072	15%	21.681.428	17.597.656	23%	264.034.561	228.728.728	15%
Veículos Pesados	5.955.715	7.797.838	-24%	484.784	327.702	48%	6.440.499	8.125.540	-21%
Máquinas Industriais	8.160.550	10.709.892	-24%	414.188	375.775	10%	8.574.738	11.085.667	-23%
Peças e Acessórios	43.158.961	40.305.111	7%	802.839	1.026.687	-22%	43.961.800	41.331.798	6%
Outros	5.406.379	5.543.158	-2%	7.838	6.489	21%	5.414.217	5.549.647	-2%
	305.034.738	275.487.071	11%	23.391.077	19.334.309	21%	328.425.815	294.821.380	11%

## 27. Informação por Segmento

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:



## 28. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Subcontratos	46.801	129.985
Trabalhos Especializados	5.081.822	4.438.576
Publicidade e Propaganda	14.082.266	14.564.873
Vigilância e Segurança	424.879	447.846
Honorários	714.256	635.462
Comissões	261.757	296.591
Conservação e Reparação	1.211.744	1.056.510
Outros	3.172.538	3.242.434
Serviços Especializados	24.949.261	24.682.293
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	49.704	44.264
Livros e Documentação Técnica	302.638	273.494
Material de Escritório	124.101	118.597
Artigos para Oferta	51.722	52.465
Outros	8.208.765	7.596.081
Materiais	8.736.929	8.084.902
Electricidade	371.399	360.445
Combustíveis	502.798	493.418
Água	37.364	36.573
Energia e Fluidos	911.561	890.436
Deslocações e Estadas	780.945	769.838
Transporte de Pessoal	103.825	125.050
Transporte de Mercadorias	1.074.786	1.278.932
Deslocações, Estadas e Transportes	1.959.556	2.173.820
Rendas e Alugueres	590.371	610.481
Comunicação	398.587	325.195
Seguros	746.051	679.125
Royalties	487.075	382.379
Contencioso e Notariado	8.279	20.121
Limpeza, Higiene e Conforto	562.352	511.558
Serviços Directos	2.792.715	2.528.859
<b>Total Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>39.396.823</b>	<b>38.490.294</b>

## 29. Gastos com Pessoal e Número Médio de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os principais gastos com pessoal foram como se segue:

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Remunerações Órgãos Sociais	574.214	603.379
Remunerações ao Pessoal	11.375.200	11.668.933
Benefícios Pós-Emprego	1.178.649	218.511
Indemnizações	1.406.454	913.424

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Encargos sobre Remunerações	3.072.350	2.978.617
Seguros Acidentes de Trabalho	245.953	242.731
Gastos de Acção Social	1.290.569	1.323.630
Outros Gastos com o Pessoal	706.730	833.499
<b>Total Gastos com o Pessoal</b>	<b>19.850.120</b>	<b>18.782.724</b>

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Rubrica	DEZ'10	DEZ'09
Empregados	428	447
Pessoal afecto à Produção	221	254
	649	701

### 30. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram como se segue:

Órgãos Sociais	DEZ'10	DEZ'09
Conselho de Administração	419.265	580.239
Assembleia Geral	758	758
Conselho Fiscal	25.165	22.381

### 31. Outros Gastos e Rendimentos Operacionais

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalham-se da seguinte forma:

OUTROS GASTOS E PERDAS	DEZ'10	DEZ'09
Impostos	573.635	466.890
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	31.494	11.896
Dívidas Incobráveis	28.695	
Perdas em Inventários	169.375	75.338
Perdas em Investimentos não Financeiros	127.325	40.993
Outros Custos e Perdas	9.186.627	8.511.138
	10.117.151	9.106.255

A rubrica de outros custos e perdas inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	DEZ'10	DEZ'09
Rendimentos Suplementares	26.433.094	26.720.182
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	10.489	14.613
Recuperação de Dívidas Incobráveis	17	261
Ganhos em Inventários	180.183	304.713
Ganhos em Investimentos não Financeiros	1.216.217	1.171.901
Outros Rendimentos e Ganhos	1.759.346	1.849.411
	29.599.346	30.061.081

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui ganhos resultantes de recuperação de impostos, na sequência da impugnação de liquidações adicionais.

Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se a mais-valias de alienação de imobilizado.

### 32. Resultados Financeiros

Juros e gastos similares	DEZ'10	DEZ'09
Juros Suportados	1.926.780	2.663.694
Outras Custos e Perdas Financeiros	876.633	363.385
	2.803.413	3.027.079

Juros e rendimentos similares	DEZ'10	DEZ'09
Juros Obtidos	134.356	240.784

### 33. Resultados por Acção

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ-10	DEZ-09
Resultado		
Básico	10.652.179	11.033.809
Diluído	10.652.179	11.033.809
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)	0,30	0,32

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não ocorreu qualquer alteração ao número de acções.

### 34. Outras Partes Relacionadas

O detalhe dos saldos e transacções entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:

Outras Partes Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	RENDIMENTOS
AMORIM BRITO & SARDINHA LDA	435								2.253
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	1.123.023	24.784	4.990.835	7.507			152.243	239.795	572.685
CAETANO AUTOBODY, COMERCIO DE AUTOCARROS, SA	3.979.608	7.500	41.799.917	2.494			193.003	335	108.096
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE) SA	2.393		444						5.234
CAETANO COLISÃO (SUL) SA			366						
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE)SA	1.641							5.522	6.453
CAETANO DRIVE SPORT URBAN(CENTRO)SA	2.467								5.852

Outras Partes Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	RENDIMENTOS
CAETANO DRIVE SPORT URBAN(SUL)SA	1.126								931
CAETANO FORMULA (NORTE),SA	3.768		3.354						10.438
CAETANO MOTORS (NORTE), SA	955		94						2.352
CAETANO MOTORS (SUL), SA	1.126								931
CAETANO PARTS (NORTE) LDA	20.242	730	1.927	158			213		50.822
CAETANO POWER (PORTO), SA	327		179				176		948
CAETANO POWER (SUL) SA	3.579								7.934
CAETANO RETAIL SERVIÇOS SA	14.275		3.800						32.117
CAETANO SPAIN, SA	202.371	211	201.373				562		
CAETANO STAR (SUL) SA	3.853								3.402
CAETANO TECHNIK (SUL), SA	1.126								931
CAETANO TECHNIK E SQUADRA LDA	8.586		913						22.315
CAETANO UK LIMITED	8.330	32.263					33.845		10.545
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	1.731.169	112.589	344.157	713.383			899.627	7.165	2.834.531
CAETANOLYRSA, S.A	112								1.110
CAETSU PUBLICIDADE,SA	12.057	465.442		1.216			4.761.462	3.000	87.500
CARPLUS-COMERCIO AUTOMOVEIS SA								2.708	1.686
CARPLUS (CENTRO) SA	896		60						1.841
CARPLUS (NORTE) LDA	2.392	1.332	168.863						92.420
CHOICE CAR-COMERCIO AUTOMOVEIS SA							13.516		
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	-25.769	88.181	786	1.420			46.636		
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	7.860	25.047			11.700		84.000		22.220
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS,LDA	6.438								16.052
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	1.280.472	595.900	4.488.777	3.228.383			375.218	47.110	237.228
GLOBALIA AUTOMOVILES SL	48.172		48.172						
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	2.385	1.570					1.542		922
GUÉRIN-RENT-A- CAR(DOIS),LDA	130.436	23.824	293.703				24.104		151.492
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	32.891	31.074	190.631	157.029	13.790		73.048		81.131
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS SA	19.702	78.202					948.197	14.472	74.519
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERN. E PARTICIPAÇÕES, SA	2.127	28.367	4.208				54.943		5.991
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	264.164	1.396.064	1.324		12.400		3.997.040	26.594	380.886
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	356.468								
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/ SA (TME)	2.394.115	18.404.870	13.903.940	224.215.858	5.000		522.805	126.451	6.882.273
TOYOTA MOTOR CORPORATION	1.584	105.217		3.394.948			20.642	381.466	9.446



Outras Partes Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	RENDIMENTOS
ATLANTICA	5.111								
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,SA		1.643		8.035		709	1.590		
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451								
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	19.256	234.914	6.034			11.179	487.435		
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	1.643								
POAL	17.806								
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.		290					26.268		
DICUORE-DECORACAO SA		180					16.048		
ALBITIN- CIMFT, LDA		713		2.912		8	267		
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, SA.		681							
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADÓRIA, SA	12.633	13.847				12.126	105.885		
NOVEF-SGPS	19.500								
CIBERGUIA	9.954								
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	431					612			
<b>TOTAL</b>	<b>11.763.687</b>	<b>21.675.435</b>	<b>66.453.857</b>	<b>231.733.343</b>	<b>42.890</b>	<b>24.634</b>	<b>12.840.315</b>	<b>854.618</b>	<b>11.725.487</b>

### 35. Activos Passivos e Contingentes

#### Liquidações de Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2007 a 2010 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC (exercício de 1995), continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Durante o exercício foram recuperados cerca de 1.331.000 Euros, registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais", referentes às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999 (Nota 31) restando por receber os juros indemnizatórios correspondentes.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados durante o exercício cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

#### Processos Judiciais em Curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

A Toyota Caetano Portugal encontra-se a ser alvo de um processo de Contra-Ordenação movido pela Autoridade da Concorrência, decorrente da denúncia de práticas monopolistas por parte da empresa. O processo encontra-se

em fase de inquérito, tendo a sociedade respondido a todos os pedidos de informação solicitados. O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a denúncia na base deste processo é infundada e que não resultarão perdas para a empresa, pelo que não foi registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a esta situação.

#### 36. informação Relativa à Área Ambiental

A empresa adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

#### 37. Veículos em Fim de Vida

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

#### 38. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2010 foi como se segue:

	31.12.2010
Honorários Totais referentes à revisão legal de contas	31.000

#### 39. Aprovação das demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2011.

#### 40. Eventos Subsequentes

Desde a conclusão do ano de 2010, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

**Certificação Legal das Contas Individuais e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual****Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 254.615.123 euros e um total de capital próprio de 140.194.554 euros, incluindo um resultado líquido de 10.652.179 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações, o rendimento integral e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as

demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 31 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Accionistas

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2010 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos durante o exercício ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem dos respectivos registos.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa contendo, ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

6. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

a) Aprove o Relatório Único do Conselho de Administração e as Contas Individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;

b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório único de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração.

c) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados Transitados constante da Alínea c) da Convocatória da Assembleia Geral de Accionistas a realizar em 28 de Abril de 2011.

Vila Nova de Gaia, 31 de Março de 2011

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente  
António Maia Pimpão em representação de  
António Pimpão & Maximino Mota, SROC

**Declaração**

Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, SA. nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Toyota Caetano Portugal, SA., e que o relatório único de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa contendo, ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente  
António Maia Pimpão em representação de  
António Pimpão & Maximino Mota, SROC

# 04

## CONTAS CONSOLIDADAS



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Indicadores Financeiros Consolidados

	euros		
	DEZ '10	DEZ '09	DEZ '08
Vendas	426.258.266	399.124.912	535.378.134
Cash-flow Bruto	31.880.061	34.278.941	25.704.051
Encargos Financeiros Líquidos	-1.411.105	251.383	4.146.802
Custos com o Pessoal	48.509.077	47.897.001	50.003.086
Investimento Líquido	22.717.629	6.653.760	7.575.069
Volume de emprego	1.898	1.943	2.110
Resultado Líquido com Int. Minoritários	11.936.710	10.241.559	1.565.706
Resultado Líquido sem Int. Minoritários	11.740.117	10.379.409	1.797.793
Grau de Autonomia Financeira	48.37%	47.26%	37.74%

## Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	euros		
ACTIVO	NOTAS	31/12/10	31/12/09
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Diferenças de consolidação	9	611.997	611.997
Activos intangíveis	6	313.801	334.149
Activos fixos tangíveis	7	98.443.328	93.487.822
Propriedades de investimento	8	16.910.528	16.076.792
Investimentos disponíveis para venda	10	3.395.705	62.136
Activos por impostos diferidos	15	2.506.497	1.798.198
Clientes	12	1.556.626	2.093.425
Outros activos não correntes			
Total de activos não correntes		123.738.482	114.464.519
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	11	66.797.892	69.173.277
Clientes	12	68.808.514	62.017.688
Outras dívidas de terceiros	13	7.970.625	13.173.423
Estado e outros entes públicos	23	1.636.769	127.892
Outros activos correntes	14	2.115.892	1.713.612
Investimentos disponíveis para venda	10		5.305.021
Caixa e equivalentes a caixa	16	20.102.375	25.214.005
Total de activos correntes		167.432.067	176.724.918
Activos não correntes detidos para venda			
Total do Activo		291.170.549	291.189.437

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31/12/10	31/12/09
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	17	35.000.000	35.000.000
Acções próprias			
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão		(1.695.238)	(1.695.238)
Outras Variações no capital próprio			
Reservas de justo valor		(271.329)	885.936
Outras reservas		81.278.229	76.079.493
Resultados acumulados			
Resultado consolidado líquido do exercício		11.740.117	10.379.409



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31/12/10	31/12/09
	18	139.745.866	134.343.687
Interesses minoritários	19	1.081.820	3.284.681
Total do capital próprio		140.827.686	137.628.368
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	20	250.000	250.000
Empréstimos obrigacionistas			
Responsabilidades por pensões	25		
Outros empréstimos	20	1.908.747	2.119.358
Outras dívidas a terceiros	22	6.621.087	8.880.233
Passivos por impostos diferidos	15	1.771.535	1.578.930
Total de passivos não correntes		10.551.369	12.828.521
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	20	59.565.402	73.387.506
Empréstimos obrigacionistas			
Outros empréstimos			
Fornecedores	21	37.913.647	30.611.514
Outras dívidas a terceiros	22	5.011.963	5.728.156
Estado e outros entes públicos	23	18.818.974	14.046.886
Outros passivos correntes	24	17.205.024	14.961.426
Provisões	26	1.101.702	828.133
Instrumentos derivados	27	174.782	1.168.927
Total de passivos correntes		139.791.494	140.732.548
Passivos associados a activos detidos para venda			
Total do passivo e capital próprio		291.170.549	291.189.437

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

EUROS

	NOTAS	31/12/2010	31/12/2009
<b>Ganhos operacionais:</b>			
Vendas	33	400.197.180	372.200.557
Prestações de serviços	33	26.061.086	26.924.355
Outros ganhos operacionais	34	37.007.063	38.949.037
<b>Total de ganhos operacionais</b>		<b>463.265.329</b>	<b>438.073.949</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Custo das vendas	11	(328.775.232)	(303.155.837)
Variação da produção	11	(1.036.729)	(3.295.243)
Fornecimentos e serviços externos		(47.500.001)	(45.320.386)
Gastos com o pessoal	32	(48.509.077)	(47.897.001)
Amortizações e depreciações	6 e 7	(18.003.463)	(18.510.791)
Amortizações de propriedades de investimento	8	(916.724)	(1.138.524)
Provisões e perdas por imparidade	26	(2.658.157)	(1.030.447)
Outros gastos operacionais		(2.732.061)	(3.240.310)
<b>Total de gastos operacionais</b>		<b>(450.131.444)</b>	<b>(423.588.539)</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>13.133.885</b>	<b>14.485.410</b>
Gastos e Perdas Financeiros	36	(2.959.989)	(3.620.389)
Rendimentos e Ganhos Financeiros	36	4.371.094	3.369.006
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>14.544.990</b>	<b>14.234.027</b>
Impostos sobre o rendimento	29	(2.608.280)	(3.992.468)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>11.936.710</b>	<b>10.241.559</b>
<b>Resultado líquido consolidado</b>			
<b>Atribuível:</b>			
ao Grupo		11.740.117	10.379.409
a interesses minoritários		196.593	(137.850)
		<b>11.936.710</b>	<b>10.241.559</b>
<b>Resultados por acção:</b>			
de operações continuadas	30	0,341	0,293
de operações descontinuadas			-
<b>Básico</b>		<b>0,341</b>	<b>0,293</b>
de operações continuadas	30	0,341	0,293
de operações descontinuadas			-
<b>Diluído</b>		<b>0,341</b>	<b>0,293</b>

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

## Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

euros

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS						TOTAL DE RESERVAS	INTERESSES MINORITÁRIOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
		RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS				
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	231.536	76.789.014	89.019.399	3.490.459	1.797.793	129.307.651	
Aplicação do resultado consolidado de 2008:											
Dividendos distribuídos									(2.450.000)	(2.450.000)	
Transferência para Outras reservas					(652.207)		(652.207)		652.207		
Rendimento integral consolidado do exercício					654.400		597.086	(205.778)	10.379.409	10.770.717	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	885.936	76.079.493	88.964.278	3.284.681	10.379.409	137.628.368	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	885.936	76.079.493	88.964.278	3.284.681	10.379.409	137.628.368	
Aplicação do resultado consolidado de 2009:											
Transferência para reserva legal									(5.250.000)	(5.250.000)	
Dividendos distribuídos									(5.129.409)	(5.129.409)	
Transferência para Outras reservas						5.129.409	5.129.409				
Rendimento integral consolidado do exercício					(1157,265)	69.327	(1,087,938)	196.593	11.740,117	10.848,772	
Outros								(2.399,454)		(2.399,454)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	(271,329)	81.278,229	93.005,749	1.081,820	11.740,117	140.827,686	

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim  
 O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos;  
 Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

**Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral**

	EUROS	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses minoritários	11.936.710	10.241.559
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	(1.157.265)	654.400
Outros	69.327	(125.242)
Variação nas reservas de conversão cambial		
Variação nas reservas de justo valor		
Rendimento integral consolidado do período	10.848.772	10.770.717
Atribuível a:		
Accionistas da empresa mãe	10.652.179	10.976.495
Interesses minoritários	196.593	(205.778)

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

EUROS

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	DEZ-10		DEZ-09	
Recebimentos de Clientes	446.426.493		433.737.918	
Pagamentos a Fornecedores	-362.561.678		-321.211.227	
Pagamentos ao Pessoal	-40.894.340		-39.358.985	
Fluxo gerado pelas Operações		42.970.475		73.167.706
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-1.839.614		-1.322.638
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-15.550.847		-10.522.648
Fluxo das Actividades Operacionais		25.580.014		61.322.420

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	DEZ-10		DEZ-09	
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros	5.589.458			
Activos Fixos Tangíveis	19.767.478		11.598.704	
Activos Intangíveis	56.133		99.468	
Subsídios de Investimento	476.841		2.120.963	
Juros e Proveitos Similares	130.487		356.807	
Dividendos	268.398	26.288.795	144.915	14.320.857
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	-3.604.898			
Activos Fixos Tangíveis	-27.206.926		-15.259.779	
Activos Intangíveis	-212.258	-31.024.082	-88.963	-15.348.742
Fluxo das Actividades de Investimento		-4.735.287		-1.027.885

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	DEZ-10		DEZ-09	
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	730.000		2.369.358	
Subsídios e doações	0	730.000	0	2.369.358
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	-14.762.716		-45.020.256	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-3.644.156		-1.743.540	
Juros e Custos Similares	-3.040.660		-3.872.670	
Dividendos	-5.238.825	-26.686.357	-2.447.894	-53.084.360
Fluxo das Actividades de Financiamento		-25.956.357		-50.715.002

CAIXA E EQUIVALENTES	DEZ-10		DEZ-09	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 16)		25.214.005		15.634.472
Variação Operações descontinuadas				
Variação do Perímetro (Nota 5)				
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 16)		20.102.375		25.214.005
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		-5.111.630		9.579.534

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Anexo à Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

### Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

RUBRICAS	euros	
	31/12/2010	31/12/2009
Numerário	156.425	270.497
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	19.945.500	24.906.861
Equivalentes a Caixa	450	36.647
Caixa e Seus Equivalentes	20.102.375	25.214.005
Disponibilidade Constantes do Balanço	20.102.375	25.214.005

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

### 1. Nota Introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo ("Grupo Toyota Caetano" ou "Grupo"), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua actividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2010, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como se segue:

Empresas	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe")	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. ("Saltano")	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. ("Caetano Components")	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. ("Caetano Renting")	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. ("Caetano Auto")	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, SGPS, S.A. ("Caetano Retail SGPS")	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. ("Auto Partner")	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. ("Caetano Colisão")	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. ("Movicargo")	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Salvador Caetano (UK), Ltd. ("Salvador Caetano UK") (1)	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. ("Cabo Verde Motors")	Praia (Cabo Verde)

(1) Empresa que não teve qualquer actividade nos exercícios de 2010 e 2009.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

### 2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

#### 2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelo Standing Interpretation Committee ("SIC"), que tenham sido adoptadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais (revisão 2008), IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas (revisão 2008), IFRS 5 – Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Descontinuadas (melhoria 2008), IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das IFRS (alteração); IFRS 2 – Pagamentos com Base em Acções (alteração), IAS 39 – Instrumentos Financeiros (alterações), IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, IFRIC 15 – Contratos para a Construção de Imóveis, IFRIC 16 – Cobertura de um Investimento Líquido numa Unidade Operacional Estrangeira, IFRIC 17 – Distribuições aos Proprietários de activos que não são caixa e IFRIC 18 – Transferência de Activos provenientes de Clientes.

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (alteração); IAS 24 – Partes Relacionadas (alteração); IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (alteração); IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento (alteração); IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – classificação e mensuração (novo); IFRIC 14 - IAS 19 – O limite sobre um activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e respectiva interacção e IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

Estas normas, apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de custos e proveitos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assumções efectuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

## 2.2 Princípios de Consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses minoritários". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros,



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação (Nota 2.2 c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

## **b) Investimentos financeiros em empresas associadas**

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 2.2 c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses minoritários no justo valor dos activos e passivos adquiridos (incluindo os passivos contingentes), ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses minoritários na filial adquirida, e o justo valor dos activos e passivos líquidos totais da filial adquirida, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação” (Nota 9), e quando negativas, são registadas como ganhos directamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como ganhos directamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação registadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

## d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2010 e 2009, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

Rubricas	MOEDA	2010			
		CÂMBIO FINAL 2010	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2010	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2009
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas demonstração da posição financeira excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

Rubricas	MOEDA	2009			
		CÂMBIO FINAL 2009	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO 2009	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2008
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas demonstração da posição financeira excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

## 2.3 Principais Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

### a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se

registadas ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes activos são transferidos para activos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros ganhos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

#### b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os activos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

## c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respectivo justo valor objecto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes activos se revele inferior ao seu respectivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Outros ganhos operacionais" na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efectuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), reportadas ao exercício de 2010.

## d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores de imobilizado. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a).

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

## e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

## f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

## **g) Imparidade de activos, excepto diferenças de consolidação**

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros ganhos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efectuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

## **h) Encargos financeiros**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## **i) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## j) Instrumentos financeiros

### i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

#### **Investimentos registados ao justo valor através de resultados**

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "activos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

#### **Investimentos detidos até ao vencimento**

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

#### **Investimentos disponíveis para venda**

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Toyota Caetano detinha investimentos classificados nesta categoria que correspondem a acções de entidades cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa) e a Unidades de Participação do Címóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 10).

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos disponíveis para venda” e os “investimentos registados ao justo valor através de resultados” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transaccionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efectua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para “Investimentos disponíveis para venda”, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

## ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro (“Cash flow hedges”) e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos.

Estes instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efectuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respectivos contratos, afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

**k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)**

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de Janeiro de 2008, apenas os actuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os actuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efectua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respectivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

## **l) Activos e passivos contingentes**

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

## **m) Impostos sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

## **n) Consolidação fiscal**

Com excepção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano em 31 de Dezembro de cada ano.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As restantes empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

## **o) Especialização de exercícios e Rédito**

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos activos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

## **p) Reserva legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

## **q) Classificação de demonstração da posição financeira**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

## **r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

## **s) Informação por segmentos**

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo. A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 31.

## **t) Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados

como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam activos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

#### u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### v) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

##### i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Reino Unido e Cabo Verde (apesar da subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e ter alterado no exercício de 2008 a sua moeda funcional para o Euro). Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Cabo Verde Motors, S.A.R.L.), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	ACTIVOS		PASSIVOS	
	DEZ-10	DEZ-09	DEZ-10	DEZ-09
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.700.716	6.367.001	542.686	416.762
Libra Esterlina (GBP)	531.753		-695	8.580
Coroa Norueguesa (DKK)	240.552			
Coroa Sueca (SEK)	123.345		2.468	4.275
Yene Japonês (JPY)			255.810	241.758
Dolar Americano (USD)				

## ii) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2010 e 2009, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos disponíveis para venda". Aquela rubrica é essencialmente composta em 31 de Dezembro de 2010 por acções detidas no Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") e a Unidades de Participação do Címóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado, as quais foram adquiridas durante o exercício. Durante o período procedeu-se à alienação da totalidade das acções detidas em Dezembro de 2009 de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP e BPI). Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Investimentos disponíveis para venda", o efeito de alterações no respectivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIAÇÃO	2010	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
BCP	10%		40.315
Címóvel	10%		292.815
BCP	(10%)		(40.315)
Címóvel	(10%)		(292.815)

## iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da

dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes factores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efectiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	VARIACÃO	2010		2009	
		RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
Contas correntes caucionadas	1 p.p	123.000	-	252.700	-
Descobertos bancários	1 p.p	3.548	-	5.494	-
Papel Comercial	1 p.p	467.000	-	440.000	-
Total		593.548	-	698.194	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p)	(123.000)	-	(252.700)	-
Descobertos bancários	(1 p.p)	(3.548)	-	(5.494)	-
Papel Comercial	(1 p.p)	(467.000)	-	(440.000)	-
Total		(593.548)	-	(698.194)	-

A análise acima não inclui a consideração do instrumento derivado de cobertura (“swap” de taxa de juro) contratado pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 27).

#### iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objectivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento bem como a eventuais

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 41.621.774 Euros e 50.542.859 Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

#### v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objectivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efectuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", cujo montante, em 31 de Dezembro de 2010 era de, aproximadamente, 9.900.000 Euros (9.980.000 em 31 de Dezembro de 2009), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 12).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se divulgados na Nota 26.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 26.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

#### w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 3. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correção de Erros Fundamentais

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

## 4. Empresas do Grupo Incluídas na Consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como se segue:

Empresas	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	
	DEZ-10	DEZ-09
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	99,82%
Caetano Components, S.A.	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors, S.A.R.L.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,39%	93,18%
Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A.	49,20%	46,59%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	49,20%	46,59%
Caetano Colisão (Norte), SA	49,20%	46,59%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

## 5. Alterações Ocorridas no Perímetro de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

### Aquisições

A Saltano – Investimentos e Gestão (S.G.P.S), S.A. reforçou a sua participação na sociedade Caetano-Auto, S.A. através da aquisição de 1.355.213 acções representativas de 5,21% do capital.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, não se verificaram quaisquer variações na composição do perímetro de consolidação.

## 6. Activos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
<b>ACTIVO BRUTO:</b>							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	13.601	4.099.769	165.310	1.065.053			5.343.733
Adições					12.258	200.000	212.258
Alienações							
Transferências e abates	(13.601)	(4.099.769)	(24.494)	(983.568)	1.152.417		(3.969.015)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010			140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
<b>AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS</b>							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	13.601	3.906.697	24.233	1.065.053			5.009.584
Amortização do exercício			24.395		39.309		63.704
Alienações, abates e transferências	(13.601)	(3.906.697)	(1.024)	(983.568)	1.104.777		(3.800.113)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010			47.604	81.485	1.144.086		1.273.175
Valor líquido			93.212		20.589	200.000	313.801

2009	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	TOTAL
<b>ACTIVO BRUTO:</b>					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	13.601	4.003.023	120.525	1.065.053	5.202.202
Adições	-	69.430	17.283	-	86.713
Alienações	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	27.316	27.502	-	54.818
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	13.601	4.099.769	165.310	1.065.053	5.343.733
<b>AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:</b>					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	13.601	3.613.832	239	1.065.053	4.692.725
Amortização do exercício	-	297.994	23.903	-	321.897
Alienações, abates e transferências	-	(5.129)	91	-	(5.038)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	13.601	3.906.697	24.233	1.065.053	5.009.584
Valor líquido	-	193.072	141.077	-	334.149

Procedeu-se ao abate de valores registados na rubrica de “Despesas de Desenvolvimento”, no montante líquido de aproximadamente 193.000 Euros, na medida em que deixaram de cumprir com os critérios de reconhecimento de um activo, nomeadamente, por ter aumentado significativamente a incerteza quanto à capacidade de geração de benefícios económicos futuros.

O valor referente a activos intangíveis em curso refere-se a desembolsos efectuados durante o exercício relacionadas com a implementação do novo software de gestão da subsidiária Caetano Auto.

## 7. Activos Fixos Tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. DE TRANSPORTE	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ACTIVO BRUTO:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	16.608.116	84.266.504	49.276.657	47.009.517	10.484.698	7.872.652	4.186.655	3.825.199	223.529.998
Adições	488.336	5.355.607	671.466	32.357.474		144.361	108.110	203.345	39.328.699
Alienações e abates		(665.045)	(1.294.742)	(21.999.022)		(253.746)	(95.264)	(3.766)	(24.311.585)
Transferências	(881.363)	(1.775.422)	10.858.663	990.878	(10.484.698)	(43.655)	(1.530)	(2.583.443)	(3.920.570)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.847		7.719.612	4.197.971	1.441.335	234.626.542
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009		53.242.926	38.690.456	17.534.068	10.232.334	7.134.775	3.207.617		130.042.176
Amortização do exercício		3.944.296	6.883.806	6.585.990		278.272	247.395		17.939.759
Alienações, abates e transferências		(2.029.598)	4.778.810	(3.297.622)	(10.232.334)	(293.638)	(74.337)		(11.148.719)
Perda por Imparidade		(650.000)							(650.000)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2010		54.507.624	50.353.072	20.822.436		7.119.409	3.380.675		136.183.216
Valor líquido	16.215.089	32.674.020	9.158.972	37.536.411		600.203	817.296	1.441.335	98.443.328

2009	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. DE TRANSPORTE	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINIST.	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
ACTIVO BRUTO:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	15.420.559	80.081.778	47.641.863	60.027.677	10.690.070	8.290.393	4.276.039	2.565.761	228.994.140
Adições	1.150.991	4.225.153	2.059.548	19.132.284	75.096	12.304	92.177	1.498.855	28.246.408
Alienações e abates	(63.027)	(664.981)	(474.291)	(33.823.018)	(282.354)	(385.449)	(18.014)	(600.000)	(36.311.134)
Transferências	99.593	624.554	49.537	1.672.574	1.886	(44.596)	(163.547)	360.583	2.600.584
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	16.608.116	84.266.504	49.276.657	47.009.517	10.484.698	7.872.652	4.186.655	3.825.199	223.529.998
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2008	-	49.802.638	36.674.409	21.538.992	10.232.225	7.300.224	3.085.980	-	128.634.468
Amortização do exercício	-	3.813.915	2.448.482	10.994.820	307.672	357.093	266.912	-	18.188.894
Alienações, abates e transferências	-	(373.627)	(432.435)	(14.999.744)	(307.563)	(522.542)	(145.275)	-	(16.781.186)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2009	-	53.242.926	38.690.456	17.534.068	10.232.334	7.134.775	3.207.617	-	130.042.176
Valor líquido	16.608.116	31.023.578	10.586.201	29.475.449	252.364	737.877	979.038	3.825.199	93.487.822

Os movimentos registados na rubrica "Equipamento de transporte" referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga ("Empilhadores") ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo transferiu o montante bruto de 5.352.405 Euros (e respectivas amortizações no montante de 2.471.945 Euros) do seu imobilizado corpóreo (das rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções") para a rubrica "Propriedades de investimento", em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo.

Durante o ano, o Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Activos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta factores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

De acordo com as referidas avaliações imobiliárias externas, com referência a 2010, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), procedeu-se ao reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de aproximado de 650.000 Euros que foi reconhecida nos resultados do exercício, na rubrica de provisões e perdas de imparidade.

Imóvel	VALOR LÍQUIDO CONT. (ANTES DE IMPARIDADE)	JUSTO VALOR - AVALIAÇÃO	IMPARIDADE REGISTADA
PORTIMÃO	924.782	410.000	500.000
MONTIJO	3.544.637	3.394.200	150.000

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

## 8. Propriedades de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Propriedades de investimento" corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica "Ganhos financeiros" e ascenderam a 2.676.444 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (2.815.517 Euros em 31 de Dezembro de 2009) (Nota 36). As amortizações do exercício de 2010 das Propriedades de investimento ascenderam a 916.724 Euros (1.138.524 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

Adicionalmente, de acordo com avaliações imobiliárias externas, efectuadas por entidades especializadas independentes, com referência a 2010, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 51,6 milhões de Euros.

Ainda de acordo com as referidas avaliações imobiliárias externas, foi detectado um imóvel cuja quantia escriturada do activo líquido é superior ao seu justo valor tendo-se procedido ao reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de aproximadamente 1.130.000 Euros que foi reconhecida nos resultados do exercício, na rubrica de provisões e perdas de imparidade.

Imóvel	VALOR LÍQUIDO CONT. (ANTES DE IMPARIDADE)	JUSTO VALOR - AVALIAÇÃO	IMPARIDADE REGISTADA
VISEU	2.804.446	1.650.000	1.130.000

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser detalhado como se segue:

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imóvel	LOCAL	DEZ-10		DEZ-09	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO (2010)	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO (2008)
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.107.830	11.035.000	1.005.302	11.000.000
Instalações Fabris	Carregado	7.729.468	24.100.000	5.924.378	26.000.000
Armazem industrial	V.N. Gaia	1.559.960	5.235.000	791.440	5.034.000
Instalações Comerciais	Vários locais	3.455.617	6.536.000	3.876.398	8.113.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.057.652	4.675.000	4.479.274	4.134.000
		16.910.528	51.581.000	16.076.792	54.281.000

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como se segue:

## 2010

Valor bruto	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.107.019	28.223.703	37.330.722
Transferências	942.168	4.410.237	5.352.405
Perda por Imparidade	(1.130.000)	-	(1.130.000)
Saldo final	8.919.187	32.633.940	41.553.127
Amortizações acumuladas	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	21.253.930	21.253.930
Aumentos	-	916.724	916.724
Transferências	-	2.471.945	2.471.945
Saldo final	-	24.642.599	24.642.599

## 2009

Valor bruto	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	9.107.019	29.010.902	38.117.921
Transferências	-	(787.199)	(787.199)
Saldo final	9.107.019	28.223.703	37.330.722
Amortizações acumuladas	TERRENOS	EDIFÍCIOS	TOTAL
Saldo Inicial	-	20.743.372	20.743.372
Aumentos	-	1.138.524	1.138.524
Transferências	-	(627.966)	(627.966)
Saldo final	-	21.253.930	21.253.930

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2010 foi determinado por avaliação imobiliária efectuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), com referência a 2010.

## 9. Diferenças de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “Diferenças de consolidação”.

A rubrica “Diferenças de consolidação” diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja actividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que reflectem os riscos inerentes negócio.

Em 31 de Dezembro de 2010, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	MOVICARGO - DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS BT
Diferença de Consolidação	611.997
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) (1)	0%
Taxa de desconto utilizada (2)	9,93%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan.

(2) Taxa de desconto aplicada aos cash flows projectados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2010, o valor contabilístico dos activos líquidos, incluindo as diferenças de consolidação, não excede o seu valor recuperável.

As projecções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

## 10. Investimentos disponíveis para venda

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os movimentos ocorridos na rubrica "Investimentos disponíveis para venda" foi como se segue:

	DEZ-10	DEZ-09
Justo valor em 1 de Janeiro	5.367.157	4.712.757
Aquisições durante o Ano	3.604.898	-
Alienações durante o Ano	(5.305.021)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	(271.329)	654.400
Outras regularizações	-	-
Justo valor em 31 de Dezembro	3.395.705	5.367.157
Activo Não corrente	3.395.705	62.136
Activo Corrente	0	5.305.021
	3.395.705	5.367.157

Durante o período procedeu-se à alienação da totalidade das acções detidas em Dezembro de 2009 de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP e BPI). Adicionalmente, durante o período procedeu-se à aquisição de acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP) e a Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

A 31 de Dezembro de 2010, os "Investimentos disponíveis para venda" incluem o montante de 402.916 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP), estando os mesmos registados ao seu justo valor (o custo de aquisição das referidas acções ascendeu a 588.451 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 185.535 Euros). Encontra-se ainda contabilizado nesta rubrica o montante de 2.928.153 Euros correspondente a Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de Dezembro de 2010 (o custo de aquisição das referidas acções ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 85.794 Euros). Os restantes "Investimentos disponíveis para venda" representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Adicionalmente, o efeito no capital próprio e nas perdas de imparidade nos exercícios de 2010 e 2009 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	DEZ-10	DEZ-09
Reconhecimento em Resultados pela Alienação	(885.936)	-
Variação no justo valor	(271.329)	654.400
Imposto diferido passivo	-	-
Efeito no capital próprio	(1.157.265)	654.400
Perda de imparidade	-	-
	(1.157.265)	654.400

## 11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-10	DEZ-09
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	9.398.703	8.454.175
Produtos e Trabalhos em curso	6.235.204	7.229.196
Produtos acabados e Intermédios	3.869.884	3.896.895
Mercadorias	49.655.887	51.975.486
	69.159.678	71.555.752
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 26)	(2.361.786)	(2.382.475)
	66.797.892	69.173.277

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi apurado como se segue:

	DEZ-10			DEZ-09		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventários Iniciais	51.975.486	8.454.175	60.429.661	78.870.567	15.457.434	94.328.001
Compras Líquidas	286.191.814	41.208.347	327.400.161	242.535.393	26.722.104	269.257.497
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Inventários Finais	(49.655.887)	(9.398.703)	(59.054.590)	(51.975.486)	(8.454.175)	(60.429.661)
Total	288.511.413	40.263.819	328.775.232	269.430.474	33.725.363	303.155.837

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	DEZ-10	DEZ-09
Inventários finais	10.105.088	11.126.091
Variação de perímetro	-	-
Regularização de existências	(15.726)	12.616
Inventários iniciais	(11.126.091)	(14.433.950)
Total	(1.036.729)	(3.295.243)

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-10	DEZ-09	DEZ-10	DEZ-09
Cientes, conta corrente	71.282.984	63.616.495	1.556.626	2.093.425
Cientes, letras a receber	76.650	19.576	-	-
Cientes cobrança duvidosa	10.327.614	11.432.098	-	-
	81.687.248	75.068.169	1.556.626	2.093.425
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	(12.878.734)	(13.050.481)	-	-
	68.808.514	62.017.688	1.556.626	2.093.425

As contas a receber de Clientes classificadas como activos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros) (2.093.425 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efectua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiguidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

	2010				
	0- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	48.914.659	2.295.975	651.587	9.362.244	61.224.465
Funcionários	87.219	38.616	24.586	1.508.091	1.658.512
Concessionários Independentes	8.811.823	28.835	661	171.780	9.013.099
Frotistas	333.444	35.168	8.792	147.780	525.184
Total	58.147.145	2.398.594	685.626	11.189.895	72.421.260
	2009				
	0- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	38.268.380	4.291.102	1.464.260	8.953.502	52.977.244
Funcionários	161.609	35.618	39.826	2.021.939	2.258.992
Concessionários Independentes	5.624.857	418.843	25.449	181.272	6.250.421
Frotistas	316.803	102.378	56.066	126.492	601.739
Total	44.371.649	4.847.941	1.585.601	11.283.205	62.088.396

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

	2010				
	0- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Cientes	0	0	0	495.000	495.000
Cientes Cob. Duvidosa	20.818	1.882	0	10.304.914	10.327.614
Total	20.818	1.882	0	10.799.914	10.822.614

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2009				
	0- 60 DIAS	60-90 DIAS	90-120 DIAS	+ 120 DIAS	TOTAL
Clientes	-	-	-	3.641.100	3.641.100
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	11.432.098	11.432.098
Total	-	-	-	15.073.198	15.073.198

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de demonstração da posição financeira. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

## 13. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-10	DEZ-09
Adiantamentos a fornecedores	32.737	42.292
Outros devedores	7.937.888	13.131.131
	7.970.625	13.173.423

A rubrica "Outros devedores" inclui o montante de, aproximadamente, 5,1 Milhões de Euros (9,9 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2009) que corresponde a adiantamentos efectuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da actividade de retalho automóvel os quais foram integralmente facturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 31 de Dezembro de 2010, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Auto Partner III, SGPS, S.A.(2 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2009).

## 14. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ-10	DEZ-09
Acréscimos de proveitos		
Rendas	-	329.969
Reclamações de garantia	332.514	172.136
Comparticipação em frotas e campanhas	146.177	120.016
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	229.228	102.784
Bónus de fornecedores	217.593	81.259
Juros a receber	-	51.528
Subsídios à formação	-	-
Seguros	-	-
Outros	382.049	301.585
	1.307.561	1.159.277
Custos diferidos		
Seguros	204.984	229.337
Juros liquidados	146.186	120.196
Custos oficiais	83.297	75.624

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	DEZ-10	DEZ-09
Rendas	135.440	-
Garantias bancárias	-	54.814
Outros	238.424	74.364
	808.331	554.335
Total	2.115.892	1.713.612

## 15. Impostos

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, podem ser resumidos como se segue:

	2010			
	DEZ-09	IMPACTO EM RESULTADOS (NOTA 29)	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	DEZ-10
Impostos diferidos activos:				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.051.730	105.071	-	1.156.801
Prejuízos fiscais reportáveis	133.607	81.967	-	215.574
Anulação de imobilizações	305.970	870.049	(140.004)	1.036.015
Anulação de custos diferidos	59.998	(22.958)	-	37.040
Valorização de instrumentos derivados	246.893	(185.826)	-	61.067
	1.798.198	848.303	(140.004)	2.506.497
Passivos por impostos diferidos:				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.058.113)	(66.334)	-	(1.124.447)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas				
com alienações de imobilizações	(484.148)	58.146	-	(426.002)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	0	(4.853)	(185.675)	(190.529)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(36.669)	6.112	-	(30.557)
	(1.578.930)	(6.929)	(185.675)	(1.771.535)
Efeito líquido		841.374	(325.679)	

	2009			
	DEZ-08	IMPACTO EM RESULTADOS (NOTA 29)	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	DEZ-09
Impostos diferidos activos:				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.721.709	(669.979)	-	1.051.730
Prejuízos fiscais reportáveis	133.607	-	-	133.607
Anulação de imobilizações	331.845	(25.875)	-	305.970
Anulação de custos diferidos	158.528	(98.530)	-	59.998
Valorização de instrumentos derivados	214.189	32.704	-	246.893
	2.559.878	(761.680)	-	1.798.198
Passivos por impostos diferidos:				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.127.243)	69.130	-	(1.058.113)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas				
com alienações de imobilizações	(547.436)	63.288	-	(484.148)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(42.781)	6.112	-	(36.669)
	(1.717.460)	138.530	-	(1.578.930)
Efeito líquido		(623.150)	-	



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos (6 anos para exercícios findos até 31 de Dezembro de 2009) após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Com base nas últimas declarações fiscais entregues, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis eram como se segue:

	DEZ-10		DEZ-09		DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	PREJUÍZO FISCAL	IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	
Com limite de data de utilização:					
GERADOS EM 2004:					
- Caetano Components, S.A.	-	-	328.442	98.880	2010
GERADOS EM 2005					
- Caetano Retail (Norte) II SGPS S.A.	69.055	-	69.055	-	2011
- Caetano Components, S.A.	315.793	58.463	315.793	34.727	2011
- Caetano Colisão (Norte), SA	396.421	-	481.169	-	2011
GERADOS EM 2006					
- Caetano Retail (Norte) II SGPS S.A.	2.059	-	2.059	-	2012
- Caetano Colisão (Norte), SA	388.237	-	388.237	-	2012
GERADOS EM 2007					
- Caetano Retail (Norte) II SGPS S.A.	63.772	-	63.772	-	2013
- Auto Partner CA, SA	219.604	-	219.604	-	2013
- Caetano Colisão (Norte), SA	1.100.930	-	1.100.930	-	2013
GERADOS EM 2008					
- Caetano Retail (Norte) II SGPS S.A.	70.511	-	70.511	-	2014
- Caetano Colisão (Norte), SA	121.526	-	121.526	-	2014
- Auto Partner CA, SA	343.145	85.786	343.145	-	2014
GERADOS EM 2009					
- Caetano Retail (Norte) II SGPS S.A.	48.248	-	48.248	-	2015
- Auto Partner CA, SA	409.584	71.325	409.584	-	2015
	3.463.252	215.574	3.962.075	133.607	

Numa óptica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procederam ao reconhecimento e/ou desreconheceram no exercício de 2010 de activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos impostos correntes e diferidos foram as seguintes:

	TAXA DE IMPOSTO	
	31.12.2010	31.12.2009
País origem da filial:		
Portugal	26,5%/25%	26,5%/25%
Cabo Verde	25%	25%
Reino Unido	30%	30%

Com excepção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 70º e 71º do Código do IRC. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, ao lucro tributável apurado em excesso de 2.000.000 €, acresce uma Derrama Estadual de 2,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sediadas

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo desde 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

## 16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	DEZ-10	DEZ-09
Numerário	156.425	270.497
Depósitos bancários	19.945.500	24.906.861
Equivalentes a Caixa	450	36.647
	20.102.375	25.214.005

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de Dezembro de 2010 no montante de, aproximadamente, 120,6 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

## 17. Composição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. \_\_\_\_\_ 60,00%
- Toyota Motor Europe NV/SA \_\_\_\_\_ 27,00%

## 18. Capital Próprio

### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 23 de Abril de 2010, foi pago um dividendo de 0,15 Euros por acção (dividendo total de 5.250.000 Euros). Em 30 de Abril de 2009, o dividendo pago foi de 0,07 Euros por acção (dividendo total de 2.450.000 Euros).

Em relação ao exercício de 2010, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo de 0,18 Euros por acção. Esta proposta está sujeita a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e não foi incluída como responsabilidade nas demonstrações financeiras. O montante total estimado de dividendos ascende a 6.300.000 Euros. O pagamento deste dividendo não terá quaisquer impactos fiscais para o Grupo.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

## Reservas de conversão

As reservas de conversão reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

## Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

## 19. Interesses Minoritários

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como se segue:

	DEZ-10	DEZ-09
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.284.681	3.490.459
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	196.593	(137.850)
Variação resultante da aquisição de participação	(2.399.454)	-
Outros	-	(67.928)
Saldo final em 31 de Dezembro	1.081.820	3.284.681

Durante o período, o grupo reforçou a sua posição na Caetano Auto, tendo procedido à aquisição de 5,21% do respectivo Capital.

## 20. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica "Empréstimos" era como se segue:

	DEZ-10			DEZ-09		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bancários	59.000.000	250.000	59.250.000	72.838.146	250.000	73.088.146
Descobertos bancários	354.790	-	354.790	549.360	-	549.360
Outros empréstimos	210.612	1.908.747	2.119.358	-	2.119.358	2.119.358
	59.565.402	2.158.747	61.724.149	73.387.506	2.369.358	75.756.864

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como se segue:

Descrição/Empresa beneficiária	2010			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
<b>NÃO CORRENTE</b>				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	1.908.747	1.908.747	30-01-2009	6 anos
Linha de Crédito PME Investe III:				
Caetano Components	250.000	250.000	24-04-2009	5 anos
	2.158.747	2.158.747		

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição/Empresa beneficiária	2010			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
<b>CORRENTE</b>				
Contas correntes caucionadas	12.300.000	43.990.000		
Descobertos bancários	354.790	11.500.000		
Facturas descontadas em regime de "Confirming"	0	5.000.000		
Subsídio Reembolsável	210.612	210.612	30-01-2009	6 anos
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	11.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	8.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	1.000.000	1.000.000	29-02-2008	4 anos
	59.565.402	118.400.612		
	61.724.149	120.559.359		

Descrição/Empresa beneficiária	2009			
	MONTANTE UTILIZADO	LIMITE	DATA INÍCIO	PRAZO
<b>NÃO CORRENTE</b>				
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	2.119.358	2.119.358	30-01-2009	6 anos
Linha de Crédito PME Investe III:				
Caetano Components	250.000	250.000	24-04-2009	5 anos
	2.369.358	2.369.358		
<b>CORRENTE</b>				
Contas correntes caucionadas	25.270.000	55.850.000		
Descobertos bancários	549.360	15.850.000		
Facturas descontadas em regime de "Confirming"	3.568.146	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	8.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	12.500.000	27-11-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	6.800.000	05-06-2008	3 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	20.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	4.000.000	4.000.000	29-02-2008	2 anos
	73.387.506	168.200.000		
	75.756.864	170.569.358		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,00% e 2,125%.

Com o encerramento do projecto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dez-10	TAXA DE JURO MÉDIA EFECTIVA	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Subsídio reembolsável							
Amortização		210.612	545.356	545.356	545.356	272.678	2.119.358
Juros	0%	-	-	-	-	-	-
		210.612	545.356	545.356	545.356	272.678	2.119.358

## 21. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

## 22. Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	DEZ-10	DEZ-09	DEZ-10	DEZ-09
Accionistas	59.825	48.650	-	-
Adiantamentos de Clientes	636.666	704.223	-	-
Fornecedores de Imobilizado	1.689.397	2.699.009	6.621.087	8.308.619
Outros credores	2.626.075	2.276.274	-	571.614
	5.011.963	5.728.156	6.621.087	8.880.233

A rubrica "Fornecedores de imobilizado" (corrente e não corrente) inclui responsabilidades do Grupo como locatário, em contratos de locação financeira, relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

Contrato	Bem locado	CURTO PRAZO	MÉDIO/LONGO PRAZO				TOTAL	TOTAL
			2012	2013	2014	> 2014		
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	125.458	127.551	77.219	0	0	204.770	330.227
	Juros	4.698	2.605	17.889	0	0	20.494	25.191
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	86.785	88.316	89.874	91.459	706.294	975.942	1.062.727
	Juros	17.904	16.373	14.815	13.229	45.801	90.218	108.122
559769	Instalações comerciais							
	Capital	54.808	55.650	56.504	57.372	933.690	1.103.215	1.158.023
	Juros	17.278	16.436	15.582	14.714	98.977	145.709	162.987
626064	Instalações comerciais							
	Capital	130.255	135.282	140.093	145.076	1.700.685	2.121.136	2.251.391
	Juros	73.120	71.488	66.690	61.722	300.331	500.231	573.351
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	1.292.091	981.029	798.736	431.825	4.435	2.216.024	3.508.115
	Juros	42.508	25.612	12.689	3.235	9	41.545	84.053
	Total de Capital	1.689.397	1.387.826	1.162.426	725.732	3.345.103	6.621.087	8.310.483
	Total de Juros	155.508	132.514	127.664	92.900	445.118	798.196	953.704

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos activos locados.

## 23. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” pode ser detalhada como se segue:

	ACTIVO		PASSIVO	
	DEZ-10	DEZ-09	DEZ-10	DEZ-09
Retenção de impostos sobre o Rendimento	-	-	349.190	310.457
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.635.733	127.892	11.641.562	7.980.742
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas				
Colectivas (imposto estimado) (Nota 29)	-	-	3.449.898	3.369.318
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas				
(pagamentos por conta e ret. fonte)	-	-	(2.133.269)	(1.760.238)
Imposto Automóvel	-	-	3.836.667	2.439.866
Direitos aduaneiros	-	-	727.142	771.895
Contribuições para a Segurança Social	-	-	733.598	752.904
Outros	1.036	-	214.186	181.942
	1.636.769	127.892	18.818.974	14.046.886

## 24. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ-10	DEZ-09
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídios de férias	6.036.037	6.196.156
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas	2.349.319	1.689.093
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	710.473	693.073
Campanhas publicitárias e promoção vendas	780.628	587.151
Rendas	-	553.621
Comissões a liquidar	693.720	336.932
Custos “extracare” com garantias “Optimo”	-	253.470
Seguros a liquidar	224.903	238.477
Royalties	-	53.010
Juros a liquidar	122.934	28.785
Outros	2.166.863	2.996.181
	13.084.877	13.625.949
Proveitos diferidos		
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	890.257	868.426
Juros debitados a clientes	80.148	161.479
Subsídios ao investimento	706.936	245.966
Diferimento de rédito	2.271.797	-
Rappel	-	8.008
Outros	171.009	51.598
	4.120.147	1.335.477
Total	17.205.024	14.961.426

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 25. Responsabilidades por Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2010, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a totalidade dos trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias de marches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi recepcionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o Grupo Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo (registadas na Demonstração dos resultados em “Gastos com o pessoal”), tendo no exercício de 2010 essa contribuição ascendido a 1.676 milhares de Euros (60 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2009), permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2010 a, aproximadamente, 28,8 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes ao Grupo Toyota Caetano ascendem em 31 de Dezembro de 2010 a, aproximadamente, 29,5 milhões de Euros. Deste modo, as responsabilidades do Fundo, em 31 de Dezembro de 2010, não se encontram totalmente cobertas pela situação patrimonial do Fundo sendo expectativa da administração que esta situação se reverta durante o exercício de 2011 através da valorização dos activos que compõem o Fundo.

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Face à clarificação do pedido de alteração do Plano de Benefícios existente em 31 de Dezembro de 2007 e correspondente aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, entendeu o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal voltar a adoptar a Tábua de Mortalidade TV 73/77 no cálculo actuarial das responsabilidades com aquele Plano, ao invés de utilizar a Tábua de Mortalidade TV 88/90, conforme procedimento adoptado em anos anteriores. As principais razões que estiveram na base desta decisão são:

- a informação reportada pela Entidade gestora do Fundo de Pensões e que procede aos cálculos actuariais, de que a Tábua de Mortalidade TV 73/77 tem uma aderência adequada ao universo de beneficiários dos Complementos de Reforma; e
- o facto da alteração aprovada pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal ter “interrompido” o aumento do universo de beneficiários, sendo o universo actual composto por reformados, ex-funcionários da Empresa com “Pensões diferidas” e actuais funcionários e quadros do Grupo com idade superior a 50 anos.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2010 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 de Janeiro de 2010	29.035.762
Custo dos Serviços Correntes	250.429
Custo dos Juros	1.404.113
(Ganhos) e perdas actuariais	767.458
Pagamentos de Pensões	(1.907.016)
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	29.550.745

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2010, foi como se segue:

Rúbrica	PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2009	28.901.854	7.687.422	36.589.276
Contribuições	1.675.929	366.560	2.042.489
Retorno real dos activos do plano	79.758	9.871	89.629
Pagamentos de Pensões	-1.907.016	0	-1.907.016
Transferências entre Associados	61.895	-143.017	-81.122
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010	28.812.418	7.920.838	36.733.256

A 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da carteira de activos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2010
Acções	11%	3.054.116
Obrigações	43%	12.446.965
Imobiliário	36%	10.401.283
Liquidez	7%	1.988.057
Outros Activos	3%	921.997
Total	100%	28.812.418

De referir que a 31 de Dezembro, o fundo de Pensões detinha cerca de 312.945 acções da Toyota Caetano



# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Portugal, S.A. cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 779.233 Euros.

A 31 de Dezembro de 2010, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de activos do Fundo de Pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Activo	PESO CARTEIRA	VALOR 31-12-2010
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	36%	10.401.283

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afecto pode ser resumido como se segue:

	2010	2009	2008	2007
Valor da responsabilidade	29.550.745	29.035.762	28.358.503	28.258.700
Valor do fundo	28.812.418	28.901.854	28.067.165	27.916.070

## 26. Provisões e Perdas por Imparidade Acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	2010				TOTAL
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 7 e 8)	1.471.651	1.780.000		(1.469.656)	1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	13.050.481	268.798	(45.184)	(395.361)	12.878.734
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	2.382.475	274.395	(295.084)		2.361.786
Provisões	828.133	675.232		(401.663)	1.101.702

Rubricas	2009				TOTAL
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 10)	1.540.978	-	(69.327)	-	1.471.651
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	12.508.374	513.027	(34.493)	63.573	13.050.481
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	3.069.099	115.720	(599.245)	(203.099)	2.382.475
Provisões	631.184	911.995	(143.951)	(571.095)	828.133

A coluna "Outras regularizações" da rubrica "Provisões" diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2010, em função da performance atingida no exercício de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

Descrição	DEZ-10	DEZ-09
Gratificações aos colaboradores	0	510.295
Provisões para garantias	126.689	127.748
Provisões para processos judiciais em curso	975.014	190.090
	1.101.702	828.133

As provisões para garantias, destinam-se a fazer face a eventuais problemas de fiabilidade nos veículos usados vendidos pelo Grupo, as quais contemplam, em média, um período de garantia de 2 anos.

As provisões para processos judiciais em curso, dizem respeito, principalmente, aos custos que o Grupo estima vir a incorrer com os processos que actualmente correm nos tribunais contra empresas do Grupo.

Dada a imprevisibilidade do momento de reversão das provisões e dada a natureza a que se destinam, o Grupo

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

não procedeu à actualização financeira das mesmas.

## 27. Instrumentos Financeiros Derivados

### Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo Toyota Caetano existentes em 31 de Dezembro de 2010 respeitam a “swaps” de taxa de juro (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos, que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding.

O justo valor em 31 de Dezembro de 2010 era negativo em 174.782 Euros, e compreende uma exposição total de 20 Milhões de Euros, pelo prazo de 3 anos, a contar desde 21 de Dezembro de 2010.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos. É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efectuadas pela entidade bancária com quem os instrumentos foram contratados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data da demonstração da posição financeira dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

28. Compromissos Financeiros Assumidos e Não Incluídos na Demonstração da Posição Financeira Consolidada  
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	DEZ-10	DEZ-09
por letras descontadas	-	-
por créditos abertos	47.561	38.220
por fianças prestadas	14.091.676	15.370.792
	14.139.237	15.409.012

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 relativos a “Fianças Prestadas”, (i) o montante de 8.080.910 Euros (8.500.000 Euros em 2009) refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Inventários alvo de importação, (ii) o montante de 2.500.000 Euros refere-se a garantia prestada a favor da entidade Contrac GmbH e (iii) o montante de 1.497.178 Euros (1.300.000 GBP) refere-se a garantia prestada a favor da entidade relacionada S.C. UK, Ltd.

## 29. Impostos sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados como se segue:

	DEZ-10	DEZ-09
Imposto corrente (Nota 23)	3.449.898	3.369.318
Imposto diferido (Nota 15)	(841.618)	623.150
	2.608.280	3.992.468

A reconciliação do resultado antes de imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	DEZ-10	DEZ-09
Resultados antes de impostos	14.544.990	14.234.027
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
	3.854.422	3.772.017
Provisões não aceites como custo fiscal	-105.071	669.979
Prejuízos fiscais reportáveis	-81.967	0
Anulação de imobilizações	-870.049	25.875
Anulação de custos diferidos	22.958	98.530
Valorização de instrumentos derivados	185.826	-32.704
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	66.334	-69.130
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienação de imobilizações	-58.146	-63.288
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	4.853	0
Mais-valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	-6.112	-6.112
Tributações autónomas	401.626	409.091
Outros	-806.395	-811.791
	2.608.280	3.992.468

### 30. Resultados por Acção

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ-10	DEZ-09
Resultado básico	11.936.710	10.241.559
Resultado diluído	11.936.710	10.241.559
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)	0,341	0,293
	0,341	0,293

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não ocorreram quaisquer alterações ao número de acções.

### 31. Informação por Segmentos

A principal informação relativa aos segmentos de negócios existentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como se segue:

	NACIONAL										EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO							
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS			EQUIPAMENTO INDUSTRIAL		ELIMINAÇÕES											
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS		ALUGUER	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS		ALUGUER										
2010																								
RÉDITOS																								
Volume de negócios	38.106.185	489.328.143	21.899.030	5.872.328	8.823.641	2.801.900	10.873.626	-	15.332.147	19.468.567	311.125	7.838	103.084	-177.207.742	435.719.872									
RESULTADOS																								
Resultados operacionais	-114.7912	6.862.824	3.738.951	-157.787	-94.251	1.481.034	800.686	2.334.982	-1.925.961	880.148	6.213	5.381	-22.283	371.858	13.133.885									
Resultados financeiros	-222.541	2.274.152	-11.317	-95.507	-28.532	-16.864	-486.912	84.549	-91.255	-5.088	-2.063	-54	-627	13.164	1.411.105									
Resultados líquidos com interesses minoritários	-1.456.908	6.415.419	3.725.593	-170.092	-122.783	1.210.900	276.798	5.268.339	-2.017.216	683.977	3.433	4.406	-22.910	-1.862.244	11.936.710									
OUTRAS INFORMAÇÕES																								
Ativos	82.062.458	223.289.765	23.896.567	15.029.133	8.598.177	569.003	51.630.476	42.870.854	-	10.272.408	-	-	-	-167.048.293	291.170.549									
Passivos	37.953.317	130.689.756	6.312.885	13.680.081	3.724.038	2.594.411	26.521.163	18.431.311	-	600.480	-	-	-	-87.829.579	150.342.863									
Dispendios de capital fixo (1)	199.276	571.359	44.164	13.860.773	53.619	9.225	98.129	-	-	90.170	-	-	-	8.011.905	22.938.621									
Depreciações (2)	2.093.932	5.023.427	1.600.784	3.652.744	294.090	50.596	5.228.358	-	-	195.603	-	-	-	-136.072	18.003.463									
2009																								
RÉDITOS																								
Volume de negócios	40.881.687	446.089.501	36.391.501	5.264.096	12.012.423	3.044.159	10.585.666	-	8.891.743	24.668.344	270.356	6.489	105.419	-180.718.942	407.492.441									
RESULTADOS																								
Resultados operacionais	(4.140.900)	9896.732	5.238.002	(193.169)	(169.554)	1.765.807	168.518	103.371	(1174.870)	1.162.952	17.298	5.378	(15.094)	1.820.939	14.485.410									
Resultados financeiros	(226.778)	(1.385.523)	(77.777)	(96.039)	(48.080)	(19.372)	(553.828)	74.414	(53.157)	(20.315)	(1.493)	(38)	(659)	2.157.262	(251.383)									
Resultados líquidos com interesses minoritários	(4.273.417)	4.854.553	4.987.044	440.590	126.022	1.474.266	363.622	180.744	(1.228.027)	85.1345	13.342	4.507	(15.753)	2.462.721	10.241.559									
OUTRAS INFORMAÇÕES																								
Ativos	52.570.875	185.414.413	24.126.872	13.444.037	16.708.767	10.630.416	57.381.659	37.623.716	-	9.915.967	-	-	-	(116.627.285)	291.189.437									
Passivos	26.285.691	108.528.876	11.389.521	12.260.645	8.052.018	5.268.818	33.104.598	13.744.464	-	520.984	-	-	-	(65.594.546)	153.561.069									
Dispendios de capital fixo (1)	2.374.603	13.585.283	77.202	(5.410.135)	(2.770.739)	8.428	4.016.631	93	-	102.148	-	-	-	(519.901)	11.463.613									
Depreciações (2)	4.083.537	9.079.517	1.138.994	2.910.670	426.220	10.177	2.083.472	93	-	195.603	-	-	-	(1.412.086)	18.510.791									

(1) Investimento (Variação do Activo Líquido Corpóreo e Incorporado) + (Amortizações do Exercício)

(2) Do Exercício

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A linha “Volume de negócios” inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 9.461.606 Euros (8.340.565 Euros em 2009) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros Ganhos Operacionais.

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transacções entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

### 32. Número Médio de Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo Toyota Caetano foi o seguinte:

Pessoal	DEZ-10	DEZ-09
Empregados	1.223	1.106
Assalariados	675	837
	1.898	1.943

### 33. Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos e Actividade

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como se segue:

Mercado	DEZ-10		DEZ-09	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	399.447.852	93,71%	374.172.902	93,75%
Alemanha	53.574	0,01%	4.378	0,00%
Reino Unido	1.225	0,0%	1.494	0,00%
Espanha	389.421	0,09%	225.180	0,05%
Palop's	11.879.499	2,79%	14.602.419	3,66%
Outros Mercados	14.486.695	3,40%	10.118.539	2,54%
	426.258.266	100,00%	399.124.912	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como se segue:

Actividade	DEZ-10		DEZ-09	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	335.675.555	78,75%	310.946.223	77,91%
Peças	59.060.790	13,86%	56.538.168	14,17%
Reparações	26.061.086	6,11%	26.924.356	6,75%
Outros	5.460.835	1,28%	4.716.165	1,18%
	426.258.266	100,00%	399.124.912	100,00%

### 34. Outros Ganhos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros ganhos operacionais” tem a seguinte composição:

Descrição	DEZ-10	DEZ-09
Aluguer de equipamento	9.461.899	8.340.565
Recuperação de garantias (Toyota)	5.862.292	5.281.884
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	1.585.165	3.396.111
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	2.799.435	2.890.882
Serviços prestados	2.612.430	2.767.186

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	DEZ-10	DEZ-09
Mais-valias na alienação de imobilizado corpóreo	1.699.229	2.499.205
Subsídios à exploração	1.151.928	1.863.824
Recuperação de despesas de transporte	1.833.192	659.888
Recuperação de liquidações fiscais (Nota 38)	1.578.720	-
Trabalhos para a própria empresa	2.724.091	2.775.715
Mais - valias na alienação de imobilizado financeiro	1.140.590	-
Reversão fundo pensões	-	3.862.549
Outros	4.558.093	4.611.228
<b>Total</b>	<b>37.007.063</b>	<b>38.949.037</b>

## 35. locação Operacional

Os compromissos assumidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 com contratos de locação operacional são como se segue:

Pagamentos mínimos de locação operacional:	DEZ-10	DEZ-09
Não mais de um ano	1.940.383	2.501.386
Mais de um ano e não mais de cinco	6.336.806	8.834.471
Mais de cinco	2.177.498	-
	<b>10.454.687</b>	<b>11.335.857</b>

## 36. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas Financeiras	DEZ-10	DEZ-09
Juros suportados	2.854.506	3.496.908
Outros Gastos e perdas financeiros	105.483	123.481
Resultados financeiros	1.411.105	(251.383)
	<b>4.371.094</b>	<b>3.369.006</b>

Rendimentos e Ganhos Financeiros	DEZ-10	DEZ-09
Juros obtidos	581.385	553.489
Rendimentos de imóveis (Nota 8)	2.676.444	2.815.517
Outros Rendimentos e ganhos financeiros	1.113.265	0
	<b>4.371.094</b>	<b>3.369.006</b>

## 37. Entidades Relacionadas

Os saldos e transacções entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transacções entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empresa Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	PROVEITOS
ALBITIN- CIMFT, LDA	0	5.907	0	37.951	0	8	267	0	0
AMORIM BRITO & SARDINHA LDA	435	0	0	0	0	0	0	0	2.253
ATLANTICA, SA	5.111	0	0	0	0	0	0	0	0
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	0	73.490	0	0	0	0	370.510	0	0
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	1.127.639	83.303	5.012.834	578.040	0	2.813	150.474	170.743	143.653
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS, SA	3.984.156	7.500	88.732	2.494	0	0	199.963	0	112.509
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), SA	47.499	45.773	49.783	196.421	233.099	30.765	-13.612	120.715	301.696
CAETANO COLISÃO (SUL) SA	0	0	366	0	0	0	0	0	0
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN (CENTRO), SA	3.397	0	22.906	0	927.447	0	0	288.272	1.087.647
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN (NORTE), SA	22.843	47.763	62.441	408.815	270.665	53.824	1.018	26.042	284.482
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN (SUL), SA	0	6.042	51.027	257.781	0	-52.722	-59.927	0	0
CAETANO FORMULA (NORTE),SA	27.345	65.519	42.158	249.778	18.210	15.066	16.501	4.654	29.434
CAETANO MOTORS (NORTE), SA	3.936	473	23.121	0	0	9.869	0	0	15.946
CAETANO MOTORS (SUL), SA	1.586	0	0	0	0	0	0	0	931
CAETANO PARTS & COLISÃO(SUL), SA	0	0	0	0	0	0	576	0	1.523
CAETANO PARTS ( NORTE) , LDA	94.138	692.456	448.576	1.549.690	0	-213	300.009	-2.171	51.964
CAETANO POWER (PORTO), SA	-166	19.814	6.811	83.132	0	2.842	176	0	948
CAETANO POWER (SUL), SA	3.579	0	0	0	0	0	0	0	931
CAETANO RETAIL (NORTE), SA	811.923	0	0	0	0	0	0	0	0
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, SA	14.275	0	3.800	0	0	0	0	0	32.117
CAETANO SPAIN, SA	219.672	211	142.908	0	0	0	562	0	0
CAETANO STAR (SUL) SA	3.853	0	0	0	0	0	0	0	3.402
CAETANO TECHNIK (SUL), SA	1.126	0	0	0	0	0	0	0	931
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA	18.389	294.177	168.457	815.951	302.994	90.396	210.325	198.950	445.600
CAETANO UK LIMITED	8.330	32.263	0	0	0	0	33.845	3.163	0
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	3.064.683	388.319	4.623.383	909.986	0	0	930.749	480	2.318.355
CAETANOLYRSA, S.A	112	0	0	0	0	0	0	0	1.110
CAETSU PUBLICIDADE,SA	12.057	465.442	405	1.216	0	0	4.765.796	0	23.824
CARPLUS ( NORTE), LDA	17.794	3.699	202.873	60.789	34.379	15.526	82.931	26.538	274.494
CARPLUS (CENTRO), SA	15.639	0	34.573	7.292	0	14.791	0	0	1.841
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	4.913	0	6.638	0	0	0	0	0	10.689
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	3.853	0	0	0	0	0	0	0	0
CHOICE CAR-COMERCIO AUTOMOVEIS SA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CIBERGUIA, SA	9.954	0	0	0	0	0	0	0	0
CIMOVEL-FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO	5.140.010	7.734	0	0	0	0	0	12.192	0
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	19.256	293.208	6.034	0	0	11.259	487.435	0	0
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	-25.769	110.122	786	1.420	0	0	67.961	0	0
DICUORE-DECORACAO SA	0	180	0	0	0	0	16.048	0	0
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	8.653	25.047	947	0	0	0	84.000	0	21.548
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS,LDA	6.438	0	0	0	0	0	0	0	14.000

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empresa Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	PROVEITOS
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	1.477.094	812.952	6.355.103	3.543.201	0	155.622	1.437.813	0	224.635
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,SA	790	55.978	0	303.588	0	8.426	1.634	0	0
GLOBALIA AUTOMOVILES SL	48.172	0	48.172	0	0	0	0	0	0
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	2.385	2.861	0	0	0	0	1.542	0	0
GRUPO SOARES DA COSTA, SA	30.451	0	0	0	0	0	0	0	0
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	137.008	78.963	1.067.094	0	0	1.926	328.708	134.396	159.462
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	36.512	86.539	225.392	299.322	0	7.877	278.738	0	20.616
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS SA	22.969	84.234	0	0	0	0	220.063	0	78.694
NOVEF-SGPS	19.500	0	0	0	0	0	0	0	0
POAL, SA	17.806	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	2.127	28.367	4.208	0	54.943	0	0	0	1.994
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	12.633	13.847	0	0	0	12.126	105.885	0	0
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	288.192	1.743.749	132.881	82.475	200	1.734	5.390.429	35.770	135.273
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	356.468	0	0	0	0	0	0	0	0
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGPS, SA	123.802	13.288	0	0	0	0	0	0	0
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	121	0	1.214	0	0	25.771	521	0	0
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	1.643	0	0	0	0	0	0	0	0
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	0	290	0	0	0	0	26.268	0	0
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	0	681	0	0	0	0	0	0	0
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	431	0	0	0	0	612	0	0	0
	17.254.764	5.590.190	18.833.625	9.389.343	1.841.937	408.318	15.437.208	1.019.745	5.802.502

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efectuadas a preços de mercado.

### 38. Activos e Passivos Contingentes

Liquidações de Impostos:

#### Toyota Caetano Portugal, S.A.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Durante o exercício foram recuperados cerca de 1.331.000 Euros registados na rubrica de "Outros ganhos operacionais" referentes às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998, 1999 (Nota 34) restando por receber os juros indemnizatórios correspondentes.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004 foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados durante o exercício cerca de 218.000 Euros correspondente a reclamação graciosa (Nota 34).



**Caetano – Auto, S.A.**

Em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como custo, para a qual a Empresa se encontra a elaborar contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correcção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros.

**Processos Judiciais em Curso:**

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável não resultando assim perdas para a empresa, pelo que não foi registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

As Empresas do Grupo, Toyota Caetano Portugal e Caetano Auto encontram-se a ser alvo de um processo de Contra-Ordenação movido pela Autoridade de Concorrência, decorrente da denúncia de práticas monopolistas por parte destas empresas. O processo encontra-se em fase de inquérito tendo as sociedades respondido a todos os pedidos de informação solicitados. O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a denúncia na base deste processo é infundada e que não resultarão perdas para a empresa, pelo que não foi registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a esta situação.

**39. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais**

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos exercícios de 2010 e 2009 foram como se segue:

Órgãos Sociais	31.12.2010	31.12.2009
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	830.097	1.122.415
Remuneração variável	169.662	220.160

**40. Remuneração do Revisor Oficial de Contas**

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2010 foi como se segue:

	31.12.2010
Honorários Totais referentes revisão legal de contas	93.200
Honorários Totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	4.600

**41. Informação Relativa à Área Ambiental**

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2010.

**42. Veículos em Fim de Vida**

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a

# 4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

#### 43. Eventos Subsequentes

Desde a conclusão do ano de 2010 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes susceptíveis de serem mencionados.

#### 44. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2011. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada****Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 291.170.549 euros e um total de capital próprio de 140.827.686 euros, o qual inclui interesses minoritários de 1.081.820 euros e um resultado líquido de 11.740.117 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de

Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo

naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptados na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245<sup>o</sup>-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 31 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Accionistas

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2010 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos durante o exercício ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem dos respectivos registos.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos a Certificação Legal das Contas Consolidada emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório único de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo, ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

6. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

- Aprove o relatório único de gestão elaborado pelo Conselho de Administração e as Contas Consolidadas do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Vila Nova de Gaia, 31 de Março de 2011

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente  
António Maia Pimpão em representação de  
António Pimpão & Maximino Mota, SROC

# 4

## DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

### Declaração

Vêm todos os membros do Conselho Fiscal do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA. nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA., e que o relatório único de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo contendo, ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente  
António Maia Pimpão em representação de  
António Pimpão & Maximino Mota, SROC

# 05

## GOVERNO DAS SOCIEDADES

**Capítulo O Declaração de cumprimento**

o.1.O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2010 de 1 de Fevereiro, que revogou o Regulamento da CMVM n.º1/2007 e com as recomendações emitidas em Setembro de 2007. Encontra-se disponível no sítio da internet Empresa em [www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt), bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

o.2.De seguida indica-se o cumprimento das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM e os capítulos do presente relatório onde se descrevem as medidas para o seu cumprimento:

Recomendações da CMVM	Cumprimento Relatório	
<b>I. ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	I1/I2
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Sim	I3
<b>I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA</b>		
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Sim	I4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	Sim	I5
<b>I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO</b>		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Sim	I9/I10
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Não	I9/I11
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Não	I6
<b>I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES</b>		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	I8
<b>I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</b>		
I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Sim	I13
<b>I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</b>		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.	Sim	I20
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Aplicável
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	I20



## II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

## II.1. TEMAS GERAIS

## II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar. Sim II5

II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário. Sim II6

II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade. Não

## II.1.2. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos. Não II4

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores. Não II4

## II.1.3. ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 O presidente do conselho fiscal deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções. Sim II21

## II.1.4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. Sim II35

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades Sim II35

## II.1.5. REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa. Não II33

II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes. Sim II30

II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas. Não II5

II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores

Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não Aplicável
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Sim II31
<b>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não II6
II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim II6
II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.	Não II17
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim II6
II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	Sim II11
<b>II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO</b>	
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim II8
II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não Aplicável
II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não Aplicável
<b>II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÕES PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÕES DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL</b>	
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável

II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Sim	III15
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	III15
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Sim	II24
II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	II24
<b>II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS</b>		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não	
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Sim	II39
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Sim	II12
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>		
<b>III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</b>		
III.1.1 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Sim	III16
III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:		
a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;		
b) Estatutos;		
c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;		
d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;		
e) Documentos de prestação de contas;		
f) Calendário semestral de eventos societários;		
g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;		
h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.	Sim	III16
o.3. Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:		
I.3.2.		
De acordo com os actuais Estatutos estabelece um prazo mínimo de 5 dias úteis de antecedência na recepção do voto por correspondência.		
I.3.3		
De acordo com o nº6 do art. 4º dos Estatutos estabelece que um voto corresponderá a um grupo de cem acções.		
I.4. 1		
Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito no ponto 18 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.		

## II.1.1.3

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

## II.1.2.1

O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais dois são não executivos (ver ponto II.1.4 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando o número de não executivos 29% do total dos administradores.

## II.1.2.2

Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

## II.1.5.1

Pese embora todas as medidas cumpridas e explicitadas no número II.3.3 a opção pela explicitação do não cumprimento advém do não alinhamento da remuneração variável dos Administradores com uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.

## II.1.5.3

Embora seja emitida e submetida a apreciação da Assembleia Geral de Accionistas a declaração de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, contendo todos os elementos obrigatórios nos termos da referida Lei, tal declaração não abrange especificamente o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da Sociedade nem a referência à contenção na tomada de riscos, já que a mesma decorre do eficiente sistema de controlo interno implementado na Sociedade.

## II.2.1

Não houve delegação formal de competências nos administradores executivos.

A delegação de poderes do Conselho de Administração encontra-se descrita no ponto II.1.4 do Relatório.

## II.2.3

Recomendação não adoptada uma vez que os membros não executivos não são independentes conforme o ponto II.1.4 do relatório.

## II.5.1

O Conselho de Administração não criou até ao momento comissões especializadas com vista a assegurar a avaliação independente do desempenho dos seus membros.

## 0.4.

Conselho de Administração:

Dado na sua composição não existirem elementos independentes, não é possível exarar uma declaração de independência de cada um dos seus membros.

Conselho Fiscal:

Este órgão, através de declaração escrita, ajuizou sobre a independência de cada um dos seus membros, não tendo detectado qualquer facto que determine a sua perda.

## Relatório sobre o Governo da Sociedade

### Capítulo I Assembleia-geral

I.1. A Assembleia Geral é composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

- Manuel de Oliveira Marques – Presidente
- José Lourenço Abreu Teixeira – Vice-Presidente
- Manuel Fernando Monteiro da Silva – Secretário
- Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora activamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respectivas convocatórias, recepção e controlo de todas as comunicações de accionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das assembleias-gerais.

I.2. A actual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 2007 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 2010.

I.3. A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efectiva nas reuniões ocorridas durante 2010, no montante de 477 Euros e 281 euros respectivamente.

I.4. Os accionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas acções averbadas em seu nome no Livro de Registo de Acções da Sociedade ou fazer prova do respectivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou e-mail, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

I.5. As regras de bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, decorrem da aplicação directa da lei geral aplicável, dado que nos Estatutos da Empresa não se encontram contempladas regras específicas para esta matéria.

I.6. Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 6, a cada grupo de cem acções corresponde um voto.

I.7. Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

I.8. Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os accionistas que sejam titulares legítimos de acções com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os accionistas que não possuam número mínimo de cem acções podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto excepto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da actividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da actividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres ;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, disposição, transmissão, locação, cessão e oneração de bens do activo immobilizado com valor de transacção superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respectiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos accionistas presentes ou representados.

I.9. Os Senhores Accionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das acções e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;

b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto;

c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-geral, sendo adicionados aos aí exercidos.

d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:

- a indicação da Assembleia-geral e do ponto ou pontos da respectiva ordem de trabalhos a que respeita;

- a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

- a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

e) Entende-se que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

I.10. Atendendo ao ponto anterior, a Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

I.11. Conforme descrição na alínea a) do ponto I9, a recepção da declaração de voto têm de ser recepcionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

I.12. Cumpre-nos informar que de acordo com os actuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

I.13. Num período de cinco dias a contar da data da realização das Assembleias Gerais é disponibilizada na página da Internet da Empresa ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)), informação sobre as deliberações adoptadas, ao capital representado e ao resultado das votações.

I.14. Na página da Internet da Empresa ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)), encontra-se disponível um acervo histórico das lista de presenças e as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Empresa dos anos antecedentes.

I.15. Na Assembleia Geral realizada a 23 de Abril de 2010, não esteve presente nenhum representante da comissão de remunerações.

I.16. A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

I.17. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de acções aos membros dos Órgão de Administração.

I.18. A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica a 1 de Janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da segurança Social à data de reforma (65 anos)) para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de Janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;

- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

I.19. Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que

preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.20. Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.21. Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/SA, o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero “compromisso de honra” pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.

I.22. Não existe qualquer acordo entre a Empresa e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

## Capítulo II Órgãos de Administração e Fiscalização

### Secção I – Temas Gerais

II.1. A Empresa é composta pelos seguintes órgãos:

Conselho de Administração eleito em 2007 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2010, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros, accionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

A 29 de Janeiro de 2010, face às renúncias apresentadas por Salvador Fernandes Caetano e por Ana Maria Martins Caetano, aos cargos, respectivamente, de Presidente e de Vogal, o Conselho de Administração nomeou por cooptação, para o período ainda não decorrido do quadriénio em curso, Miguel Pedro Caetano Ramos e Rui Manuel Machado de Noronha Mendes para exercerem as funções de Vogais e, designou para o mesmo período, José Reis da Silva Ramos para Presidente.

O Conselho de Administração e suas funções detalham-se como segue:

- José Reis da Silva Ramos – Presidente
- Hiroyuki Ochiai – Vogal
- Miguel Silva Ramalho da Fonseca - Vogal
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Vogal
- Salvador Acácio Martins Caetano - Vogal
- Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal
- Rui Manuel Machado de Noronha Mendes - Vogal
- Shigeki Enami – Suplente

Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente.

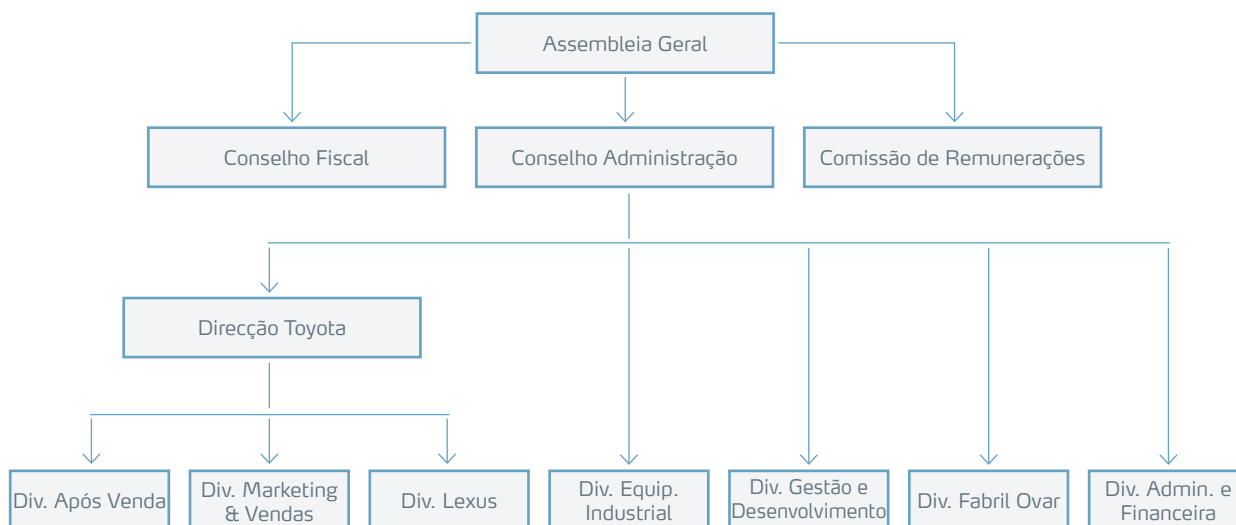
O Conselho Fiscal, eleito em 2007 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2010. Em 31 de Dezembro 2010, era composto pelos seguintes Membros e cujas funções detalham-se como segue:

- José Jorge Abreu Fernandes Soares – Presidente
- Kenichiro Makino – Vogal
- António Pimpão & Maximino Mota, SROC representada por António Maia Pimpão – Vogal
- Fernando Sousa Matos Pires – Suplente

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

II.2. A sociedade não tem qualquer comissão que possa ser enquadrada neste ponto.

II.3. O organigrama funcional da Empresa é como segue:



II.4. O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração disponíveis na página da Internet da Empresa ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)).

II.5. Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções. Os principais riscos encontram-se descritos no ponto II.9.

A informação financeira é divulgada na página oficial na Internet da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e na página oficial na Internet da Toyota Caetano Portugal, S.A., ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)), utilizando como veículo de divulgação o representante para as relações com o mercado.

II.6. O Conselho de Administração delega competências num director responsável por cada uma das divisões identificadas no organograma acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da actividade desenvolvida.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do objecto social e, em especial:

- Sem necessidade de deliberação dos accionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma acções e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obrigá-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do Conselho fiscal, aliená-los por quaisquer actos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extractos de facturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções;
- Constituir mandatários da Sociedade;
- Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgão Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Compete ao Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a actividade e a



independência do Auditor Externo, com ele interagindo directamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

II.7. Nos estatutos da empresa não se encontra estipulado a limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do Grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas actividades.

#### Secção II - Conselho de Administração

II.8. É periodicamente enviada aos membros não executivos do Conselho de Administração toda a informação prévia às reuniões do Conselho com uma antecedência mínima de 5 dias úteis por forma a que as decisões revistam um carácter de independência

II.9. Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

O principal risco financeiro que a Toyota Caetano enfrenta, prende-se com o risco de crédito sobre clientes, isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. De forma a mitigar este risco, a Toyota Caetano implementou procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito e possui seguros de crédito sempre que necessário.

Os riscos económicos em que a Toyota Caetano incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O risco da taxa de juro advém da proporção relevante de dívida a taxa variável incluída na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e ter alterado no exercício de 2008 a sua moeda funcional para o Euro). O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objectivo:

(i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;

(ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e

(iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

II.10. Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do objecto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos accionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma acções e obrigações próprias, conforme deliberado em

Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obrigá-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do Conselho fiscal, aliená-los por quaisquer actos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;

d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;

e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extractos de facturas e outros quaisquer títulos de crédito;

f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções;

g) Constituir mandatários da Sociedade;

h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei.

Não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

II.11. O Conselho de Administração funciona de forma colegial, com funções de gestão e coordenação das diferentes actividades da Empresa, não havendo distribuição formal de pelouros, à excepção do pelouro financeiro o qual é da responsabilidade do vogal Rui Manuel Machado Noronha Mendes, promovendo-se assim a rotatividade proposta nas recomendações da CMVM.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

a) Pela chamada de suplentes efectuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;

b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efectuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;

c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

d) Por eleição de novo administrador.

II.12. O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2010 o Conselho de Administração reuniu 16 vezes, estando as correspondentes actas registadas no livro de actas do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu 4 vezes durante o ano 2010.

A Comissão de Remunerações reuniu 1 vez durante o ano 2010.

II.13. No ponto II.12. refere o número de reuniões do Conselho de Administração.

II.14. Dos actuais membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., 5 desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas a saber:

- José Reis da Silva Ramos – Membro executivo
- Hiroyuki Ochiai – Membro não executivo
- Miguel Silva Ramalho da Fonseca - Membro não executivo
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Membro executivo
- Salvador Acácio Martins Caetano – Membro executivo
- Miguel Pedro Caetano Ramos – Membro executivo
- Rui Manuel Machado Noronha Mendes – Membro executivo
- Shigeki Enami - Membro não executivo

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles, fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 60% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A..

II.15. A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º n.º5 do Código das Sociedades Comerciais.

II.16. A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

a) Pela chamada de suplentes efectuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;

b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efectuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;

c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

d) Por eleição de novo administrador.

II.17. Os administradores não executivos por serem não residentes participam nas reuniões do conselho de Administração pelo sistema de vídeo-conferência. Toda a informação prévia às reuniões do Conselho de Administração é enviada com uma antecedência mínima de 5 dias úteis. Face à informação que lhes é periodicamente enviada vão, nestas reuniões, e não só, colocando as questões que julguem pertinentes ao seu esclarecimento sobre a actividade desenvolvida No entanto não existe referencia no relatório anual de gestão sobre a actividade desenvolvida por estes.

II.18. Todos os membros executivos do Conselho de Administração exercem desde sempre a sua actividade profissional na gestão das Empresas do Grupo Salvador Caetano, nas quais fizeram parte dos seus Órgãos Sociais.

Destes, o Presidente detém 125.590 acções da Empresa e o membro executivo Miguel Pedro Caetano Ramos detém 1.130 acções da Empresa.

II.19. Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	RIGOR - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALTANO - Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO AUTO, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO RENTING, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANOBUS - Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO COMPONENTS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LUSILECTRA - Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CABO VERDE MOTORS, SARL	Presidente do Cons. Adm.
	PORTIANGA - Com. Int. e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO - Indústria (SGPS), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	ATLÂNTICA - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS AUTO - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MOVICARGO - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente
	CRUSTACIL - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa A.G
NOVEF - SGPS, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	ATLÂNTICA - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	POAL - Pvimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LAVORAUTO - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COMP. ADMINIST. IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COCIGA - Construções Cívicas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SIMOGA - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TURISPAIVA - Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.





NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	CAETANO RENTING, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR - Sociedade de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO RETAIL (SUL) SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	LAVORAUTO, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RIGOR - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO.AUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	COMP. ADMINIST. IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CARPLUS - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CHOICE CAR - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	LUSO ASSISTÊNCIA - Gestão de Acidentes, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	ISLAND RENT, Aluguer de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO RETAIL (CENTRO), SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	DICUORE - Decoração, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Technik, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Querdiller, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Quermotor, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Carroceria Centro, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Recambios Centro, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Galicia Auto, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibéricar Cataluña Auto, S.L.	Gerente
	Ibericar Holding Andalucia, S.L.	Gerente
	Lidera Soluciones, S.L.	Gerente
	Sol Green Watt, S.L.	Gerente
	GUÉRIN - RENT - A - CAR (DOIS), LDA.	Gerente
	CENTRAL SOLAR DE CASTANHOS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
RARCON, S.A.	Presidente da Mesa A. G.	

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	CAETANO AUTOBODY - Comércio de Autocarros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANOBUS - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Spain, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO INDÚSTRIA (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Vogal do Cons. Adm.
	MOVICARGO - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua actividade profissional na Toyota Motor Europe.

#### Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal

II.21. Os membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A., desempenham as seguintes funções:

- José Jorge Abreu Fernandes Soares – Presidente
- Kenichiro Makino – Vogal
- António Pimpão & Maximino Mota, SROC representada por António Maia Pimpão – Vogal
- Fernando Sousa Matos Pires – Suplente

O Presidente do Conselho Fiscal é independente face aos critérios estabelecidos no nº5 do artigo 414º do Código das sociedades Comerciais possuindo as competências adequadas.

II.22. Os membros do Conselho de Fiscal, licenciados em economia, vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas empresas abaixo referidas.

Os membros do Conselho de Fiscal não detêm acções da Empresa.

O actual Conselho Fiscal, eleito em 2007 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2010.

II.23. Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Jorge Abreu Fernandes Soares (licenciado em Economia):

PORTIANGA – Comércio Internacional e Participações, S.A - Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Caetano Auto, S.A. - Presidente do Conselho Fiscal

Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. - Vogal do Conselho Fiscal

Kenichiro Makino: não exerce qualquer cargo noutras sociedades.

António Maia Pimpão (licenciado em Economia):

Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único efectivo nas sociedades:

Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.

PORTIANGA – Comercio Internacional e Participações, S.A.

COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.

Pavigrés – Cerâmicas, SA

Rarcon - Arquitectura e Consultadoria, SA

Mercado Abastecedor da Região de Coimbra, S.A.

Policeram - Comercio de Materiais Cerâmicos, S.A.

Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, S.A.

Sulpastéis, Comércio de Produtos Alimentares Congelados, Lda

Novel - SGPS, SA

Milénio 3 - Sistemas Electrónicos, SA

Revisor Oficial de Contas e Presidente do Conselho Fiscal

Armazéns de Mercearia A. Monteiro, S.A.

Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único suplente

SIMOGA – Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.

GORNOR - Investimentos Imobiliários, S.A.

João Fernandes da Silva, SA

Construções Gabriel A.S. Couto, SA

PROANG - Comércio e Serviços, SA

Covim - Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, SA

Algimo - Gestão Imobiliária, SA

Membro suplente do Conselho Fiscal

Baviera – Comércio de Automóveis, SA.

II.24. Compete ao Conselho Fiscal supervisionar a actividade e independência do Auditor externo, com ele interagindo nos termos das suas competências e normas de funcionamento (conforme descritos no ponto II.3 do Relatório), sendo o 1º destinatário do Relatório do Auditor externo.

II.29. A política de remunerações dos directores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado no ponto II.3. deste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objectivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projectos pré-acordados, na parte variável.

#### Secção IV – Remuneração

II.30. A comissão de Remunerações após análise da conjuntura económica actual e ao eventual desempenho da empresa no ano de 2010, é de opinião da manutenção dos valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos órgãos sociais.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do órgão de Administração, esta têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Accionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

II.31. As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2010, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

Remunerações	PARTE FIXA		PARTE VARIÁVEL		TOTAL
	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	EMPRESA	EMPRESAS GRUPO TOYOTA	
ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	419.265	410.833	103.098	66.564	999.760
José Reis da Silva Ramos	152.618	177.328	27.500	32.057	389.503
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	112.175	192.028	27.500	34.507	366.210
Salvador Acácio Martins Caetano	51.485	41.477	27.500		120.462
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	102.987		20.598		123.585
Miguel Pedro Caetano Ramos					
ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	0	0	0	0	0
TOTAL	419.265	410.833	103.098	66.564	999.760

EUROS

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2010, no exercício das suas funções na Empresa foram como segue:

Remunerações	PARTE FIXA	PARTE VARIÁVEL
José Jorge Abreu Fernandes Soares	12.626	0
Kenichiro Makino	0	0
António Pimpão & Maximino Mota, SROC	8.593	0
Fernando Sousa Matos Pires	3.946	0
Total	25.165	0

II.32. Conforme declaração anexa da Comissão de remunerações, existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses da sociedade.

II.33. Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

II.34. Os administradores não executivos do órgão de administração não auferem remunerações conforme Ponto II.31..

II.35. A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado. Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores

Secção V - Comissões Especializadas:

II.36. Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luis Lema Mandim
- Maria Conceição Monteiro Silva
- Francelim Costa da Silva Graça

II.37. Comissão de Remunerações reuniu-se uma vez em 2010.

II.38. A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa.

II.39. Nenhum membro tem afinidades ou parentesco em linha recta até ao 3.º grau, inclusive, com algum membro do órgão de administração ou com os seus cônjuges.

Capítulo III



### Informação e Auditoria

III.1. Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as acções estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

III.2. Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

Salvador Fernandes Caetano	3,998%
Maria Angelina Martins Caetano Ramos e Salvador Acácio Martins Caetano	
através do Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A.	60%
através da Cociga	0,008%
	60,008%
Toyota Motor Europe NV/SA	27%
Millenium BCP - Gestão de Fundos de Investimentos, S.A.	3,96%

III.3. Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Não existem restrições à transmissibilidade das acções ou limitações à titularidade de acções.

III.5. Ver ponto I21.

III.6. A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

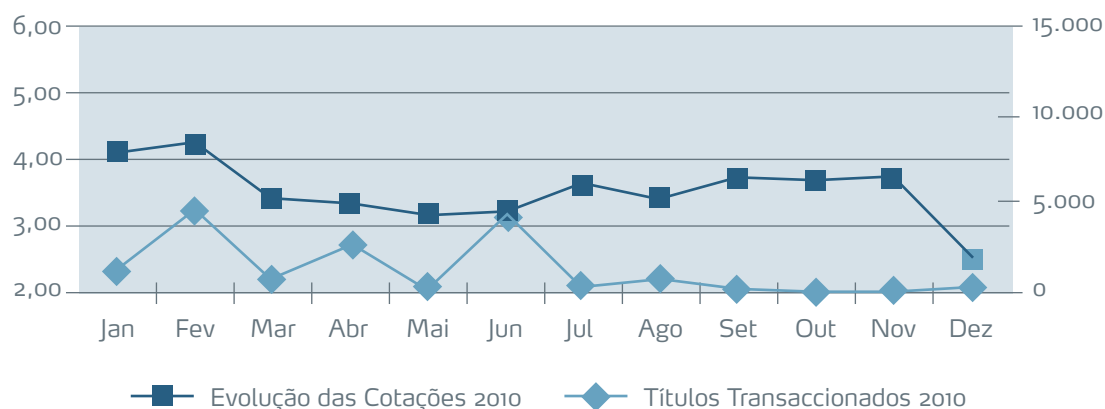
III.7. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de acções aos trabalhadores.

III.8. Durante o exercício de 2010 foram transaccionadas em Bolsa 14.786 acções.

Não se observam movimentos anormais nas transacções mantendo-se ao longo do ano em níveis muito reduzidos.

No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das acções da sociedade. Em termos de evolução da cotação reflexo da crise dos mercados financeiros verificou-se uma tendência negativa tendo iniciado o ano no valor de 4,10 Euros atingindo aí o seu valor máximo, encerrando o exercício no valor de 2,49 Euros. Por outro lado, não são visíveis alterações de cotações por impacto directo de anúncio de resultados (8 de Abril de 2010) ou anúncio do pagamento de dividendos (29 de Abril de 2010).

Evolução Cotações / Títulos Transaccionados 2010



III.9.A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

Rubricas	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Resultado Líquido (mEuros)	10.652	11.034	3.177	10.706	7.802	7.133
Não Distribuível	3.010	5.666				
Distribuível	7.642	5.368	3.177	10.706	7.802	7.133
Dividendos (mEuros)	6.300	5.250	2.450	8.750	5.950	3.500
Dividendo p/Ação (Euros)	0,18	0,15	0,07	0,25	0,17	0,10

De uma forma sintética, podemos afirmar que, embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos distribuíveis e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tinha vindo a distribuir até 2005 dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 50% do resultado.

Tendo em atenção o nível de capitais próprios entretanto atingidos, a partir de 2006 a Empresa tem vindo a distribuir dividendos num intervalo percentual entre os 75% e os 96% dos resultados líquidos distribuíveis obtidos. Em 2010 essa percentagem ronda os 82%.

III.10. A Toyota Caetano Portugal, SA., não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

III.11. Durante o exercício de 2010, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na actividade normal da sociedade.

III.12. Durante o exercício de 2010 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

III.13. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

III.14. Não se verificaram negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

III.15. Através da sua página oficial na Internet ([www.toyotacaetano.pt](http://www.toyotacaetano.pt)), a Toyota Caetano Portugal, SA. disponibiliza informação financeira relativamente à sua actividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da Empresa para os últimos exercícios, as ordens de trabalhos e deliberações tomadas nos últimos três anos bem como as actas das Assembleias Gerais de Accionistas, tanto na língua portuguesa como na língua inglesa.

III.16. Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Representante para as relações com o mercado:

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Telefone: 227867203

E-mail: [rmendes@toyotacaetano.pt](mailto:rmendes@toyotacaetano.pt)

III.17.As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 90.500 Euros, distribuídas da seguinte forma:

Serviços de Revisão Legal de Contas	95%
Outros serviços	5%

A rubrica de outros serviços compreende a verificação de documentação de suporte do projecto de investimento

enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN. O Conselho de Administração na solicitação dos projectos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respectiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de Maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

III.18. O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

Esta foi uma das razões pela qual a Empresa procedeu à alteração no início do exercício de 2010 da entidade que desenvolvia o trabalho de auditoria Externa.

# 06

POLITICA DE  
REMUNERAÇÃO

**Declaração da Comissão de Remunerações**

Tendo reunido aos 20 dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, vem a Comissão de Remunerações da Toyota Caetano Portugal, S.A., declarar o seguinte:

**a) Cumprimento da política de Remunerações definida para o Exercício de 2010.**

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que, para além das mudanças na composição dos Órgãos Sociais que originaram propostas remuneracionais elaboradas em devido tempo, não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2010, tendo assim sido cumpridas as propostas desta Comissão aprovadas na Assembleia Geral de Accionistas de 23 Abril de 2010.

**b) Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2011**

Face à conjuntura económica actual e, atendendo às previsões de actividade e resultados para o exercício de 2011, fornecidas pela Administração da Empresa, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais, até ao terminus do presente mandato e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no sector automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão de que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Empresa, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Accionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em termos históricos e até ao exercício de 2009, a referida remuneração variável, correspondeu a cerca de 3% dos resultados líquidos anuais.

Já em 2010, esta componente remuneracional não ultrapassou os 2% conforme proposta desta Comissão e, isto face à alteração da Composição do Órgão em apreço.

Assim sendo, e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2º da Lei 28/2009 de 19 Junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2010, ou seja que a remuneração variável dos Membros Executivos do Conselho de Administração, não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício.

A decisão de atribuição de RV em função dos resultados obtidos, tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo portanto um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do nº 3 do artigo 2º da lei nº 28/2009 de 19 de Junho e simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo nº do artigo 2º da lei nº 28/2009 garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do nº 3 do artigo 2º da lei nº 28/2009 de 19 de Junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de acções ou opção de aquisição de acções por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização. É proposta desta comissão a manutenção deste critério.

A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais, deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do nº3 do artigo 2º da lei nº 28/2009.

Vila Nova de Gaia, 20 de Janeiro de 2011

A Comissão de Remunerações  
Alberto Luis Lema Mandim  
Dr.ª Maria Conceição Monteiro da Silva  
Dr. Francelim Costa da Silva Graça

# toyota

